UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
MESTRADO EM CULTURA E SOCIEDADE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Viviane Schueda Stacheski

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA: ESTIGMA OU ACEITABILIDADE

CURITIBA
2014

Viviane Schueda Stacheski

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA: ESTIGMA OU ACEITABILIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre, no curso de Pós-Graduação do Mestrado Cultura e Sociedade: diálogos interdisciplinares da Universidade Tuiuti do Paraná, sob orientação da Professora Dra. Maria da Graça Rodrigues Santos.

CURITIBA

2014

STACHESKI, Schueda Viviane
Variação linguística na EJA: estigma ou aceitabilidade. / Viviane Schueda Stacheski. Curitiba: 2014
139 fls.

Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade: diálogos interdisciplinares) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

Orientadora: Professora Dra. Maria da Graça Rodrigues Santos

1. Variação linguística. 2. EJA. 3. Língua Portuguesa

TERMO DE APROVAÇÃO

Viviane Schueda Stacheski

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA EJA: ESTIGMA OU ACEITABILIDADE

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa Cultura e Sociedade: diálogos interdisciplinares da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 21 de março de 2014.

_____

Professora/orientadora Dra. Maria da Graça Rodrigues Santos
Universidade Tuiuti do Paraná

_____

Professora Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade
Universidade Tuiuti do Paraná

_____

Professor Dr. José Luiz da Veiga Mercer
Universidade Positivo

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, minha fortaleza e meu refúgio em todos os momentos da vida.

À minha família, com que sempre posso contar, especialmente a meu esposo Geison pela paciência, dedicação e amor nesse período de construção desse trabalho de pesquisa, ao meu cunhado Cezar pela prontidão em me ajudar em tudo que preciso, em especial na construção dos gráficos, a minha sobrinha Natália pela colaboração na tradução do resumo dessa pesquisa.

Às minhas amigas Cristiane, fiel escudeira de todos os momentos desse mestrado e à minha "amiga-irmã" Heloísa que me acompanha e me apoia em todos os momentos da minha vida.

À Coordenação do Curso de Mestrado em Ciências Humanas, na pessoa da Professora Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade, pelo jeito acolhedor que teve para comigo em todos os momentos que precisei da sua ajuda.

Ao Professor Dr. José Luiz da Veiga Mercer, por acreditar nas possibilidades de realização desse trabalho e por me aceitar como sua orientanda.

De forma muito especial à minha Professora/orientadora Dra. Maria da Graça Rodrigues Santos que me acolheu como sua orientanda, aceitando o grande desafio de orientar um trabalho já em andamento. Muito obrigada, sem o seu auxílio e orientação ele não chegaria ao fim.

À Professora Dra. Solange Mendes Oliveira, pela gentileza que teve ao me ouvir e me aconselhar sempre que precisei e por participar, como suplente, da banca examinadora do meu trabalho de pesquisa.

A todos os professores do Curso de Mestrado, pelos conhecimentos repassados e pelos momentos de informalidade em que demonstraram alegria e carinho a toda turma.

A todas as pessoas que dispensaram um pouco do seu tempo ao responderem meus questionários, mesmo sem terem nenhum vínculo comigo.

À direção e equipe pedagógica do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que prontamente aplicaram o questionário aos alunos para que eu pudesse concluir essa pesquisa.

A linguagem, que é o fato social por excelência,
resulta dos contatos sociais. Ela se tornou
um dos vínculos mais fortes que unem
as sociedades e deve seu desenvolvimento
à existência do grupo social.

(VENDRYES, 1951, p.11 apud LABOV, 2008, p. 304)

RESUMO

Nesta pesquisa, foi objetivado refletir sobre o ensino da língua portuguesa na Educação de Jovens e Adultos voltado a elementos compositores da sociolinguística, em especial à variação linguística, após análise de diversos comentários feitos ao livro didático “Por uma vida melhor” causadores de grande polêmica em maio de 2011. Para tanto, buscou-se bases nos estudos realizados por Labov, Preti, Bagno, Mussalim, entre outros autores relevantes a essa área. Foram investigados os fatores compositores da sociolinguística nas políticas públicas que regem a educação nacional a fim de conferir o grau de importância dado a esses no ensino da língua materna, em especial à habilidade da oralidade. Feitas as considerações teóricas, avançou-se à análise de questionários aplicados a alunos da EJA e a funcionários responsáveis por contratações em segmento comercial, a fim de verificar como as pessoas formadas pela EJA e usuárias de variantes não prestigiadas da língua oral são aceitas pelo ramo comercial, também se buscou observar como tem sido trabalhada a oralidade nas escolas. Os resultados dos questionários apontam que a língua não padrão é fator mais excludente que a formação pela EJA.

Palavras-chaves: ensino de língua portuguesa; variação linguística; políticas públicas; educação de jovens e adultos

ABSTRACT

The aim of this research has been reflecting about young and adult Portuguese Language research, focused on sociolinguistics features, especially on linguistic variation, after analysing several comments made about the textbook "Por uma vida melhor", which, caused a lot of controversy in May 2011. For that, it has also been pursued bassing on studies made by Labov, Preti, Bagno, Mussalim, among other important writers of this area. The sociolinguistics features on public politcs which regulate the National Education have been investigated in order for there to be sufficient degree of those given on Mother Language Teaching, especially oral skills. After theorical considerations, good progress has also been made in analysing questonnaires answered by EJA students and workers responsible for hiring people on business areas in order to verify how EJA graduating people and nonvalued oral standard language users are accepted by commercial branch. It has also been pursued observing oral skills have been developed in schools. The questionnaire results have shown that non-standard language is a more excluding factor than EJA Education.

Key Words: teaching Portuguese language; linguistic variation; public politics; education of young and adult

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE CURITIBA.....104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA ÁREA COMERCIAL DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO..... 108

GRÁFICO 2 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA ÁREA COMERCIAL NO SETOR LOJAS..... 108

GRÁFICO 3 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA ÁREA INCLUINDO OS DOIS SETORES (ALIMENTAÇÃO E LOJAS).....109

GRÁFICO 4 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA SERVIÇOS GERAIS NO SETOR DE ALIMENTAÇÃO..... 110

GRÁFICO 5 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA SERVIÇOS GERAIS NO SETOR LOJAS..... 110

GRÁFICO 6 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE AO CONTRATAR FUNCIONÁRIOS PARA SERVIÇOS GERAIS INCLUINDO OS DOIS SETORES (ALIMENTAÇÃO E LOJAS)..... 111

GRÁFICO 7 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE PARA CONTRATAÇÃO AO PÚBLICO NO SETOR ALIMENTAÇÃO..... 112

GRÁFICO 8 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE PARA CONTRATAÇÃO AO PÚBLICO NO SETOR LOJAS..... 112

GRÁFICO 9 – GRAU DE RELEVÂNCIA DA ORALIDADE PARA CONTRATAÇÃO AO PÚBLICO INCLUINDO OS DOIS SETORES (ALIMENTAÇÃO E LOJAS)..... 113

GRÁFICO 10 – CARGOS DESCARTADOS A CANDIDATOS QUE APRESENTAM NORMA NÃO PADRÃO NA LÍNGUA ORAL NO SETOR DE ALIMENTAÇÃO.....114

GRÁFICO 11 – CARGOS DESCARTADOS A CANDIDATOS QUE APRESENTAM NORMA NÃO PADRÃO NA LÍNGUA ORAL NO SETOR LOJAS.....114

GRÁFICO 12 – CARGOS DESCARTADOS A CANDIDATOS QUE APRESENTAM NORMA NÃO PADRÃO NA LÍNGUA ORAL INCLUINDO OS DOIS SETORES (ALIMENTAÇÃO E LOJAS).....115

GRÁFICO 13 – NÍVEL DE ENSINO CURSADO.....117

GRÁFICO 14 – TEMPO QUE O ALUNO FREQUENTA A EJA.....118

GRÁFICO 15 – ATIVIDADES QUE ENVOLVEM A ORALIDADE.....119

GRÁFICO 16–FREQUÊNCIA DAS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM A ORALIDADE.119

GRÁFICO 17 – AUTOAVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DA LÍNGUA ORAL..... 121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA- Educação de Jovens e Adultos

MEC- Ministério da Educação e do Desporto

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

CEEBJA- Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos

PNLD- Programa Nacional do Livro

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

CNE- Conselho Nacional de Educação

CEB- Câmara de Educação Básica

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....15
2. EPISÓDIO 18
2.1 O FATO.....18
2.2 EXPLICAÇÕES SOBRE O FATO.....20
2.3 POSICIONAMENTOS EM DEFESA AO LIVRO DIDÁTICO "POR UMA VIDA MELHOR".....22
2.4 POSICIONAMENTOS CONTRA O LIVRO DIDÁTICO "POR UMA VIDA MELHOR".....31
2.5 ALGUNS COMENTÁRIOS.....36
3. O LIVRO "POR UMA VIDA MELHOR" E O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ENFOQUE NA SOCIOLINGUÍSTICA.....39
3.1 MANUAL DO EDUCADOR.....41
3.2 "POR UMA VIDA MELHOR" – LÍNGUA PORTUGUESA – LIVRO DO ALUNO.....46
3.2.1 Sobre o primeiro capítulo.....46
3.2.2 Sobre o segundo, o terceiro e o quarto capítulo.....51
3.3 REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NORMA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....55
3.3.1 Variação linguística.....55
3.3.2 Norma e Norma culta.....63
3.3.3 Ensino da língua materna.....70
4. POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ENFOQUE AOS ASPECTOS DA SOCIOLINGUÍSTICA.....77
5. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EJA: QUESTÕES DE FORMAÇÃO E ACEITAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....101
5.1 METODOLOGIA 101
5.1.1 Questionários aplicados em um Shopping Center da cidade de Curitiba 106
5.1.1.1 Primeira questão.....107
5.1.1.2 Segunda questão.....110
5.1.1.3 Terceira questão 112

5.1.1.4 Quarta questão 113
5.1.2 Questionários aplicados em um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos da cidade de Curitiba.....116
5.1.2.1 Primeira questão 117
5.1.2.2 Segunda questão 118
5.1.2.3 Terceira questão 118
5.1.2.4 Quarta questão 121
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....124
REFERÊNCIAS.....131
APÊNDICE.....135
APÊNCICE – A.....135
APÊNDICE – B.....137

1. INTRODUÇÃO

As questões acerca do ensino da língua portuguesa sempre estiveram restritas a discussões e encontros entre especialistas, despertando uma ou outra atenção maior, quando se tratavam de mudanças ortográficas. Em maio de 2011 o fato mudou, quando a mídia divulgou, pela internet, que o conteúdo do livro didático “Por uma vida melhor”, adotado e distribuído pelo MEC, para educação de jovens e adultos, ensinava os alunos a falarem errado

A partir disso, desencadeou-se uma polêmica, embasada em alguns exemplos de frases apresentadas no livro, que expressam linguagem frequentemente empregada na fala coloquial, mas não aceitos na língua padrão. Essas frases foram utilizadas no material para explicar a diversidade cultural como uma realidade e, como tal, devendo ser aceita.

A polêmica se ampliou tanto a ponto de o Ministro da Educação ser convidado a prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre o assunto. Como o MEC se mostrou firme em favor da obra e os temas jornalísticos têm tendência a rápido esquecimento, por serem substituídos por assuntos novos, o debate foi acalmando e um mês depois praticamente não existia mais.

Houve manifestações contra e a favor ao método utilizado no livro. Para a presente pesquisa, ambas manifestações são importantes, por trazerem à tona discussões que geram uma série de questionamentos que podem ser investigados no âmbito do ensino, da cultura e da sociedade contemporânea.

Partindo daí, o estudo busca entender até que ponto esse método de ensino, que reforça o respeito à diversidade cultural, prepara o aluno para o mercado de trabalho, considerando que o modo como a língua portuguesa é empregada pode interferir neste processo, também busca fazer levantamentos de como as variedades linguísticas são aplicadas e aceitas nos meios sociais.

De modo específico, busca-se compreender, por um lado, como adultos oriundos do ensino público, voltado para jovens e adultos, que fazem uso de formas menos prestigiadas da língua portuguesa são recebidos no mercado de trabalho. Toma-se

como hipótese que nas profissões que requerem contato direto com o público, o modo de uso da língua é fator muito importante na contratação do empregado.

Por outro lado, o estudo aponta para uma das possíveis razões que podem explicar por que alguns desses jovens mantêm essa forma de se comunicar, e até que ponto é possível atribuir "culpa" ao ensino. Neste caso, surgem duas hipóteses: a primeira que é a despeito do ensino da língua portuguesa que não reconhece a importância da diversidade cultural dos alunos, orientação dada pelos preceitos da sociolinguística, e seguir o processo de ensino pelas regras tradicionais da língua, que não valorizam o ambiente cultural do aluno, que o ensino da língua suscita. A segunda hipótese é que a oralidade, um dos quatro componentes do processo de aprendizado, não é suficientemente adotada nos ambientes de ensino.

Os capítulos, descritos a seguir, apresentam as bases teóricas e as discussões que estruturam o trabalho que adota como referenciais teóricos os princípios da sociolinguística que compreendem língua, cultura e sociedade e foram desenvolvidos a partir de estudos feitos por Labov, Preti, Bagno e Mussalim, permitindo o alcance dos objetivos propostos.

O capítulo 1 descreve os itens da polêmica, mostrando as duas posições, contra e a favor do método. O interesse, neste caso, é mostrar que ambas apresentam argumentos que são importantes no trabalho.

As posições de defesa do método permitem explicar a importância do respeito aos valores culturais, no processo de ensino. Por outro lado, as posições contrárias ao uso do método, instigam a pesquisa nesse estudo, quando afirmam que só a norma culta permite a transformação do indivíduo.

O capítulo 2 apresenta o conteúdo do livro, de modo a explicar como o uso da língua, na forma menos culta, é abordado e a importância dessa abordagem no conjunto do livro. Complementa o capítulo uma reflexão sobre variação linguística, norma e norma culta, e ensino da língua portuguesa aplicada sob a visão da Sociolinguística, que articula linguagem, sociedade e cultura. Esses elementos têm a função de subsidiar o leitor deste trabalho de pesquisa a entender a metodologia empregada no livro didático, e elucidar os princípios da Sociolinguística, que orientam as análises deste trabalho, de modo geral.

O capítulo 3 aborda os princípios da educação de jovens e adultos, pois o livro em análise é destinado a essa modalidade de ensino. Sendo assim, vê-se a necessidade de analisar as políticas públicas nacionais que a regulam, observando como os elementos da Sociolinguística são mencionados. Afinal, a escola precisa estar embasada nas leis maiores que regem a educação brasileira para executar seus trabalhos. Nesse sentido, serão analisados a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, bem como suas Resoluções e Pareceres pertinentes a elas, e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de língua portuguesa, a fim de verificar quais são os direcionamentos sugeridos por esses documentos que regem a EJA aos princípios da Sociolinguística e aos métodos de ensino.

O capítulo 4 apresenta e discute os resultados das pesquisas de campo realizadas com os responsáveis por contratações de funcionários para lojas e estabelecimentos alimentícios de um shopping de Curitiba, e com alunos de uma escola pública de educação de jovens e adultos. A primeira busca esclarecer algumas questões referentes à discriminação ou não do indivíduo, formado pela EJA e que se apropria de norma não padrão da língua ao se manifestar oralmente, permitindo, assim, a tabulação do grau de importância do uso da língua pelos funcionários que exercem algumas funções em centros comerciais. A segunda tem por objetivo observar como têm sido aplicadas as práticas da oralidade nas salas de aula, a fim de verificar se o direcionamento dado pelas políticas públicas, é realmente empregado com os alunos.

A conclusão deste trabalho se faz através da análise dos resultados das entrevistas, articulando os dados com a pesquisa bibliográfica realizada, pois, de acordo com Alves-Mazzotti (2001, p. 121) “a credibilidade dos conhecimentos das ciências sociais depende do desenvolvimento de suas teorias, incluindo a seleção adequada e a comunicação precisa dos dados observacionais, sua organização em padrões significativos e a validação de suas hipóteses pela atividade coletiva da comunidade científica”.

CAPÍTULO I

2. EPISÓDIO

2.1 O FATO

O ensino da língua portuguesa ganhou destaque em maio de 2011, quando a mídia divulgou, pela internet, que o conteúdo do livro didático “Por uma vida melhor”, adotado e distribuído pelo MEC para educação de jovens e adultos, ensinava os alunos a falarem errado.

A polêmica teve início com a divulgação de exemplos de frases, apresentadas no livro, que se utilizam de linguagem frequentemente empregada na fala coloquial, mas não aceitos na língua-padrão. Foram empregados esses exemplos para, a partir deles, explicar como deve ser a concordância nominal e verbal na norma culta da língua.

A unidade em que aparecem os exemplos coloquiais da língua falada se chama “Escrever é diferente de falar”. Nela, é retratada a variação existente na língua falada e escrita e os cuidados que qualquer pessoa deve ter ao escrever, já que a escrita não permite muitas das variantes que ocorrem na fala.

Na ocasião, a mídia não divulgou toda a intenção dos autores do livro[1], ou a proposta nele apresentada; somente se pautou em exemplos descontextualizados, o que gerou grandes discussões entre jornalistas, linguistas e professores em torno das posturas dos autores da obra.

As discussões foram diversas e divididas entre os que defenderam a obra e os que a repudiaram. Houve os que aprovaram o emprego do ensino da língua incluindo a coloquialidade, e os que defenderam a ideia do ensino da língua por meio do estudo da gramática pela gramática.

Com o ideal de combater o preconceito e reforçar ações democráticas, desde 1997, ano em que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados, defende-se as variedades linguísticas provenientes de todos os alunos. É dada à escola

---

[1] A obra “Por uma vida melhor” é composta pelas disciplinas de: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e literatura, Matemática, Ciências Humanas: história e geografia, Ciências Naturais. Os autores responsáveis pela parte destinada à Língua Portuguesa são: Cláudio Bazzoni, Heloísa Ramos e Mirella Laruccia Cleto.

a responsabilidade de incluir a norma-padrão da língua como mais uma variedade possível para que os alunos possam ser aceitos em diversos ambientes, sem serem vítimas de preconceito linguístico.

O ensino visto desta forma visa à independência e ao progresso das pessoas. Para tanto, espera-se que os alunos sejam participantes ativos do processo de ensino e aprendizagem. A língua, que expressa informalmente as experiências e vivências, disponibiliza grande fonte para o trabalho em sala de aula, tanto com a norma popular, quanto com a norma padrão, sendo assim são fontes riquíssimas que não devem ser dispensadas pelo professor. Além de comunicar, a língua também é ferramenta de mediação social, política e cultural; porém, para que exerça a função de mediar, a norma empregada na fala ou na escrita precisa estar adequada ao ambiente em que é propagada, permitindo a compreensão do que se quer dizer. Essa adequação da fala ou da escrita às diversas possibilidades de emprego é dever da escola proporcionar.

Salienta-se que a polêmica ganhou tanto espaço na mídia que o Ministro da Educação na ocasião, Fernando Haddad, foi convidado a prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre o assunto, já que as discussões acerca do livro envolveram aspectos não apenas linguísticos e pedagógicos, mas questões políticas que representavam relações de poder. O ministro se pronunciou em entrevista à rádio CBN afirmando que os exercícios propostos pelo livro ensinam a norma culta da língua, partindo da forma que os alunos falam, e, ainda ressaltou: “Estamos envoltos em uma falsa polêmica. Ninguém está propondo ensinar errado”.[2] A essa falsa polêmica, expressa pelo Ministro da Educação, estão ligadas questões como distinção de classe e de domínio, expressas pela fala das pessoas.

Como o MEC se mostrou firme em favor da obra e os temas jornalísticos logo se exaurem, por serem substituídos por notícias novas, as discussões e debates sobre a polêmica foram abrandando e um mês depois praticamente já não se ouvia falar sobre esse assunto. Porém, se não houvesse esses levantamentos contrários à aplicação do livro didático em questão, não haveria a polêmica, e, provavelmente, não houvesse

---

[2] Dado coletado de notícia publicada em 17/05/2011 por Último Segundo/ Educação, Portal IG. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+ha+motivo+para+censurar+a+obra+diz+ministro+da+educacao/n1596960540542.html>. Acesso em 12/05/2012.

momento para discussões em torno do ensino da língua portuguesa com ênfase na Sociolinguística, do preconceito linguístico e das variações linguísticas.

2.2 EXPLICAÇÕES SOBRE O FATO

Diante da polêmica causada, centrada no tema "MEC distribui livro que ensina a falar errado", muitas manifestações foram feitas em várias fontes midiáticas a fim de esclarecer os mal entendidos ou apontar falhas na elaboração do material didático.

A Ação Educativa, Assessoria Pesquisa e Informação[3], que desenvolveu a proposta pedagógica do livro didático, primeiramente esclareceu alguns detalhes que haviam sido omitidos nas notícias e organizou uma coletânea dando o nome de "Por uma vida melhor – Intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro", disponível no endereço eletrônico da associação, nele constando os comentários de várias pessoas envolvidas com a educação ou com a língua, que se manifestaram a favor do livro didático.

O principal detalhe esclarecido, diz respeito à Educação de Jovens e Adultos. Segundo o texto publicado pela Ação Educativa, Assessoria Pesquisa e Informação, muitos dos meios que propagaram a notícia não informaram o nível do ensino básico ao qual o livro era destinado. Algumas emissoras televisivas mostraram em suas reportagens crianças em salas de aula, sendo que o material não é destinado a elas. Outro detalhe destacado pelo mesmo texto é que o próprio nome do capítulo "Escrever é diferente de falar", que aceita as variedades linguísticas como reais e usuais, a partir

---

[3] "A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativo, culturais e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável. Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos, no nível local, nacional e internacional. Desenvolve pesquisas, divulga informações e análises enfocando as políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero [...]
A Ação Educativa conta com um conjunto diversificado de fontes de financiamento: agências de cooperação internacionais, organismos multilaterais, institutos e fundações empresariais, órgãos públicos e apoiadores individuais. Ao reconhecer-se como organização que responde ao interesse público, faz questão de prestar contas não só aos apoiadores diretos, mas a qualquer pessoa interessada." Informações disponíveis em: http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/quem-somos. Acesso em 12/05/2012.

de exemplo da variedade oral da língua empregada por algumas pessoas, ensina como a variação linguística ocorre na língua culta.

Outro fator importante em defesa ao livro “Por uma vida melhor”, salientado pelos organizadores da coletânea, é que ele faz parte do Programa Nacional do Livro (PNLD). Sendo assim, passou por criteriosa análise e avaliação feita por especialistas e promovida pelo MEC, estando assim de acordo com as indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino de Língua Portuguesa, que, em sua composição, apresenta um item chamado “Que fala cabe à escola ensinar?”. Além disso, destaca-se que o livro foi criado pela Ação Educativa que tem bastante experiência na elaboração de livros didáticos, e que antes de os livros serem distribuídos pelo MEC, muitos alunos já os usavam, por terem sido adotados pelas escolas por outros meios.

Sobre a avaliação feita ao livro didático, o então Ministro da Educação, em entrevista à rádio CBN, frisou que é realizada por educadores, sendo posteriormente entregues às comissões avaliadoras, formadas por professores de universidades federais. Após os livros didáticos serem aprovados, são apresentados às escolas em guias para que a equipe responsável fazer suas escolhas. Assim, afirma que não houve “ingerência governamental”. Isso porque vários comentários foram feitos no sentido de que o livro só poderia ter sido adotado por um governo esquerdista, após ter, na presidência da república, um homem proveniente de classes populares. Destaca-se, então, que no ano de implementação dos PCNs o Brasil estava sob poder de Fernando Henrique Cardoso, que foi um dos fundadores do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e adversário político de Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a assumir a presidência em 2003. Embora o livro tenha sido distribuído em período de governo petista, o ideal de ensino democrático já havia sido programado para que se instituísse nas escolas, em especial nas públicas. Dessa forma, tal constatação foi contrariada.

Na educação de jovens e adultos, quando o processo de ensino aprendizagem é centrado apenas na operação de noções básicas do conhecimento formal, sem que o aluno tenha oportunidade de mencionar a realidade e debater sobre suas experiências, fortalece-se o caráter excludente que, comumente, caracteriza essa modalidade de ensino.

O aprendizado informal, proveniente do meio que o aluno está inserido, tem tanto ou mais valor do que os conhecimentos transmitidos pela escola na educação básica, em especial na EJA. Assim, em uma visão de ensino que respeita os conhecimentos do aluno e deles parte para lhe apresentar os demais conteúdos, possibilita a ele a construção e reconstrução de seus conhecimentos, procurando formas para questionar a realidade e, na medida do possível transformá-la, partindo de sua própria realidade. Sobre isso Pedro Demo afirma:

> A reconstrução do conhecimento implica um processo complexo e sempre recorrente, que começa, naturalmente, pelo uso do senso comum. Conhecemos a partir do conhecido. Compreendemos um texto a partir do contexto. Significa, sobretudo, aceitar que ninguém é propriamente analfabeto, já que todos temos alguma identidade cultural e histórica e dominamos alguma linguagem. Isso não deve ser tomado como entulho. Ao contrário, constitui-se necessário ponto de partida e referência constante, para elaborarmos o ambiente imprescindível da relação de sujeito. O aluno pode não saber ler e escrever, mas nem por isso deixa de ser um sujeito histórico, pelo menos potencial. O que mais revela a condição de sujeito potencial é o lastro cultural em que estamos inseridos, representado pela linguagem comum e pelo senso comum. Por exemplo, as mães sabem "educar" por força da tradição acumulada historicamente, repassada através das gerações. (DEMO, 1996, p. 25)

Com base nessas ideias, é necessário que a instituição de ensino adote um posicionamento crítico em relação às práticas aplicadas e que o trabalho desenvolvido esteja direcionado para a realidade da comunidade na qual cada escola está inserida. A EJA exerce relevante papel no contexto social de cada educando, pois assume a posição de promover um ensino democrático e socializador.

2.3 Posicionamentos em defesa ao livro didático "Por uma vida melhor"

A coletânea organizada pela Ação Educativa, Assessoria Pesquisa e Informação reúne as críticas feitas ao livro didático anunciadas por vários canais midiáticos, umas aceitando o posicionamento dos autores da obra, outras condenando. Aqui se fará menção a algumas, que foram escolhidas pelo grau de importância para a área de língua ou para a mídia de grande massa.

A Associação de Linguística Aplicada do Brasil baseou sua posição em torno da incompreensão e indignação manifestada pela imprensa, por alguns professores, por

estudiosos da língua e por membros da Academia Brasileira de Letras. Pelo fato da não aceitação do livro ao abordar a variação empregada como “certa e errada” e sim, como “adequada e inadequada”. Em linguística, os termos empregados (adequados e inadequados) são os usuais, pois não se costuma classificar a fala de uma pessoa como certa ou errada, e sim, como adequada ou inadequada à situação de emprego da mesma. Foi afirmado por essa instituição que os “erros”, quando interpretados e explorados de forma contextualizada, auxiliam no desenvolvimento da consciência linguística, que aceita todas as variedades presentes na língua, mas reforça que o domínio da norma culta é indispensável para quem busca participar de atividades sociais de mais prestígio.

De acordo com Ataliba Teixeira de Castilho (2009, p. 12), atualmente as indagações linguísticas que visam uma melhor compreensão da linguagem devem partir de um conjunto de usos, em que as condições de produção não podem ser eliminadas no momento em que se analisa o produto. Se o produto final que se quer é a língua, falada ou escrita, então as formas de emprego já dominadas pelo seu usuário atuam como ponto de partida para tal fim. Não esquecendo que o aluno, mesmo quando se trata de criança, quando chega à escola já tem domínio da língua oral e através dela pode resolver verbalmente seus conflitos. O livro causador da discussão é destinado a alunos que frequentam a EJA, em série equivalente ao sétimo ano do ensino regular, portanto espera-se que nessa etapa do processo educativo, ele já tenha uma base razoável de domínio da língua escrita e, sobre esta, seja capaz de fazer reflexões com a mediação do professor.

Problemas como o ocorrido com esse livro didático já aconteceram em outros tempos. A Associação de Linguística Aplicada citou um caso semelhante ocorrido a partir de uma reportagem publicada na revista *Veja*, em novembro de 2001, com o título “Falar e escrever bem, eis a questão”, em que Pasquale Cipro Neto ofendeu estudiosos da área de linguagem por defender outras variedades linguísticas no ensino de língua portuguesa. O problema maior visto pela Associação de Linguística Aplicada, é que ainda existem muitas vertentes do ensino da língua que continuam tendo como base a metodologia do ensino da gramática pela gramática, mesmo após tantos anos do lançamento dos PCN.

> Neste sentido, a Associação de Linguística Aplicada do Brasil expressa seu repúdio à atitude autoritária e uníssona de vários veículos da imprensa em relação à concepção deturpada de "erro" e convida seus membros a se posicionarem nestes veículos de forma mais efetiva e veemente sobre questões relacionadas a ensino de línguas e políticas linguísticas, construindo leituras mais situadas, persuasivas e plurilíngues. (p.6)

O que não foi levado em questão, talvez por falta de conhecimento na área por parte dos críticos que fizeram a denúncia, é que, como afirma Castilho (2009, p.12) a linguística oscila em duas extremidades. Uma tem a língua como enunciado, valorizando a gramática formal, estrutural e gerativa e a outra tem a língua como enunciação, considerando as gramáticas funcionais.

É compreensível que a língua enquanto enunciação não seja aceita de imediato por todos, quando se tem em mente que o ensino dado na escola durante muito tempo, ignorou a comunidade de fala e experiências do aluno.

Por isso, deu-se a crítica feita pela ABRALIN – Associação Brasileira de Linguística, não entendendo o porquê dos linguistas, pessoas que poderiam ter explicado convincentemente toda a situação, serem pouco ouvidos e mal interpretados diante do anúncio. Isso levou a presidente da época, Maria José Foltran a escrever um texto com o título "Língua e Ignorância", destacando que os envolvidos com as críticas não se aprofundaram na análise do material e se pautaram apenas nas poucas linhas que mostram as variedades linguísticas não-formais. Aponta ainda que o livro está de acordo com os PCN em relação à concepção de língua e linguagem, ao mencionar que a adaptação das variantes linguísticas é fundamental para quem quer adentrar ao mundo letrado, ou seja, o livro não nega a importância de o indivíduo ter o conhecimento da norma culta para que seja mais bem aceito na sociedade. Salienta que:

> [...] em nenhum momento houve ou há a defesa de que a norma culta não deva ser ensinada. Ao contrário, entende-se que esse é o papel da escola, garantir o domínio da norma culta para o acesso efetivo aos bens culturais, ou seja, garantir o pleno exercício da cidadania. Esta é a única razão que justifica a existência de uma disciplina que ensine língua portuguesa a falantes nativos de português. (p.7)

Foltran ainda destaca que em linguística, ciência da linguagem, não se trabalha com os termos “certo” e “errado”, e que esse é um posicionamento científico independentemente de qualquer questão levantada. Ressaltou que as línguas mudam, não para melhor ou pior, simplesmente mudam por interferência de diversos fatores, e com as mudanças ocorridas, formas ganham ou perdem prestígio. Não cabe à linguística dar valor às línguas, apenas descrevê-las. Como essa ciência existe desde o século passado, já se sabe quais são as variedades tidas como prestigiadas e quais são estigmatizadas. Embora se aceite todas as variedades, reconhece-se que o indivíduo que não tem conhecimento da norma culta pode ter ascensão social limitada. A fim de evitar essa limitação é que a escola deve ensiná-la.

Nos PCN (BRASIL, 1997, p.20), afirma-se que à medida que outras ciências, como: Psicolinguística, Sociolinguística, Pragmática, Gramática Textual, Teoria da Comunicação, Semiótica e Análise do Discurso se aprofundam em seus domínios técnicos e teóricos, portanto, não consideram como será o processo de ensino aprendizagem, é possível perceber a importância da escola que considera o aprendizado que se dá fora dela. Ainda é mencionado que não se trata de ensinar a falar ou ensinar a fala “correta”, mas que o importante é adequar as falas ao contexto de sua aplicação, isso afirma o posicionamento mencionado pela presidente da ABRALIN.

Já a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - critica um outro lado que foi totalmente ignorado pelas discussões que é o respeito aos profissionais da educação. Afinal, o livro “Por uma Vida Melhor” foi elaborado por professores experientes na educação de jovens e adultos, foi selecionado pelo PNLD, que é composto por professores de universidades públicas, e foi analisado nas escolas por professores da área de língua portuguesa, juntamente com a equipe pedagógica.

Também destacou questões voltadas a fatores psicológicos dos alunos da EJA, o principal deles centrado na baixa autoestima originária da defasagem dos anos de estudo, e na idade de cada um. Ainda mencionou o quão difícil é para o estudante da EJA conciliar a vida familiar, profissional e escolar. Para tentar amenizar esses fatores tão enraizados nesses indivíduos, a escola deve reconhecer e valorizar suas vivências,

cultura e conhecimento. Reconhecer a linguagem que cada um emprega como real manifestação da língua é um grande passo para a valorização do aluno.

Conclui afirmando que:

> O controle público deve ser exercido pela comunidade escolar e pela sociedade em geral. É direito do cidadão. Mas é preciso garantir que os argumentos sejam expostos, lidos, interpretados sem conceitos preestabelecidos e que não haja manipulação por interesses políticos ou econômicos o que, sabe-se, é difícil de acontecer em um programa do porte do PNLD e que envolve o mercado editorial. Sobretudo é preciso reconhecer e respeitar o protagonismo do professor no processo de ensino-aprendizagem. É ele o profissional preparado para essa mediação e esse debate. (p.9)

Outro sentido dado à polêmica foi manifestado em nota pública pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Segundo essa nota, críticas sem fundamento contribuem para o preconceito e a discriminação social, indo contra ao que estabelece a Constituição da República, em seu Artigo 5º, que garante o direito à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em seguida, afirmaram apoiar a crítica proferida pela pesquisadora Marlene Carvalho, “A fala dos pobres: muito barulho por nada”, em que relata seu trabalho há mais de vinte anos na formação de professores do ensino fundamental, em que procura mostrar a necessidade de reconhecer que a língua do pobre tem suas próprias regras, mesmo sendo desvalorizada em alguns setores do mercado de trabalho, não sendo admitida na Academia Brasileira de Letras. Porém, pela ótica da linguística, tem o mesmo valor que a norma culta. A diferença é que os usuários da língua padrão têm poder político, social e econômico, diferentemente dos pobres que não o possuem.

Ainda, segundo essa mesma nota, a escola deve respeitar a fala dos alunos, mas deve ensinar a norma-padrão, mostrando que existem ocasiões que a exigem na oralidade e na escrita, e por isso ela é ensinada. O texto ressalta como sendo essa a principal questão a ser discutida. A nota termina afirmando que, provavelmente, quem fez a crítica não leu o capítulo todo do livro, pois ele traz a norma culta e a popular

conjuntamente, além de oportunizar exercícios de concordância verbal e nominal e pontuação, totalmente dentro do que determina a norma culta da língua. Afirmou que "uma ou duas frases, fora do contexto do capítulo, estão sendo utilizadas para condenar um livro e a posição da autora em favor da língua dos pobres".

O posicionamento da pesquisadora Marlene Carvalho ressalta um dos principais objetivos a serem trabalhados com alunos do ensino fundamental, determinado pelos PCN (BRASIL, 1997, p.33), que é "expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos — tanto orais como escritos — coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados".

Até agora, neste capítulo, foram referenciados artigos publicados por associações ligadas à Língua Portuguesa ou à Educação, e seus posicionamentos em relação à polêmica. Porém, muitos outros profissionais ligados à área de Língua Portuguesa, como: linguistas, jornalistas, professores, autores, consultores, entre outros, também se pronunciaram. Adiante serão comentados alguns deles e em quais veículos o fizeram circular.

Assim como algumas das associações ligadas à língua, os linguistas Marcos Bagno[4], Cristóvão Tezza (autor, doutor em literatura brasileira, professor de linguística na Universidade Federal do Paraná), Carlos Alberto Faraco[5], Dante Lucchesi[6], dentre

---

[4] Tem graduação em Letras (Bacharelado em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Pernambuco (1991), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2000). É professor-adjunto do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília (UnB), atuando na área de Tradução Francês/Português. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Tradução, Sociolinguística e ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: prática de tradução francês/português, ensino de português, sociologia da linguagem, antropologia linguística, literatura infantil, gramática tradicional e português brasileiro. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4703558E1>. Acesso em: 10/12/13.

[5] Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1978) e doutorado em Linguística - University of Salford (1982). Fez pós-doutorado em Linguística na University of California (1995-96). É Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Bakhtin, discurso, dialogismo, ensino de português e linguística. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4727874Z1>. Acesso em: 10/12/13.

[6] Dante Lucchesi é Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pesquisador do CNPq. Bacharel em Letras Vernáculas pela UFBA (1986), obteve o grau de Mestre em Linguística Portuguesa Histórica pela Universidade de Lisboa, em 1993, e o título de Doutor em

outros, mostraram indignação com o fato das pessoas falarem sobre o assunto sem ao menos saberem do que se tratava. Para eles, o livro não caracteriza só a universalização cultural dada pela variação linguística, mas promove um ensino democrático, já que aceita as diferenças e respeita a dignidade humana. Ensinar que existe apenas uma única forma de se empregar a língua, desconsiderando as demais variedades ou as considerando como de menor capacidade mental é, segundo Lucchesi, “um ato de violência simbólica e mutilação cultural inaceitável”.

Marcos Bagno, em seu texto “Uma Falsa Polêmica”, apontou o alarde promovido a respeito do livro didático como ignorância dos meios de comunicação, além da abordagem dada à variação linguística, presente em todas as línguas existentes. Também citou o fato da Sociolinguística figurar como sugestão, desde 1997, pelos PCN para o ensino da língua portuguesa.

Para ele a polêmica foi gerada por motivos que vão além de livro didático, assim diz:

> Esse dado factual já deixa evidente que a acusação de que "isso é coisa de petistas" que querem "ensinar a falar errado como o Lula" não tem o menor fundamento, a não ser, de novo, a cabal ignorância dos que a pronunciam. Ao fazer tanto alarde em torno de algo que para os educadores é uma prática já consolidada, essa falsa polêmica, na verdade, é mero pretexto para os que se empenham em reunir mais munição para desacreditar o governo da presidente Dilma Rousseff: os mesmos que, amparados pela grande mídia (comprometida até as entranhas com os interesses das elites de um país campeão mundial das desigualdades), tornaram a última campanha presidencial um desfile de mentiras grotescas. Por isso, é melhor procurar em outro canto, porque aqui a "culpa" não é deste governo, mas vem de muito antes. (p.13)

Bagno ainda afirma que dizer que o livro “ensina a falar errado é uma inverdade sem tamanho”, e compara a abordagem da variação linguística com os livros de História lançando ironicamente perguntas como: “Será que vamos ter de excluir dos livros de História toda menção à escravidão porque hoje é ‘errado’ promover o trabalho escravo? Ao abordar a escravidão o livro de História por acaso está "ensinando" alguém a escravizar outros seres humanos?”.

Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2000. É autor do livro *Sistema, Mudança e Linguagem*, publicado pela Editora Colibri de Lisboa, em 1998, e publicado, em edição brasileira, pela Parábola Editorial, de São Paulo, em 2004. informações disponíveis em: <http://www.vertentes.ufba.br/equipe/coordenador>. Acesso em: 10/12/13.

Tezza considerou impressionante como observações sem contexto, manifestadas sem conhecimento sobre o livro e sobre as intenções linguísticas, puderam circular tanto pelo país, chegando a ponto do livro quase ser confiscado. O que provocou para ele certa estranheza é o fato de a linguística ter sido criada no final do século XIX, mas ainda não ser uma área do conhecimento de senso comum, ou seja, essa ciência tem mais de um século, dela originaram-se outras correntes responsáveis pelo estudo da língua em diversos setores e mesmo assim muitas pessoas não a conhecem. Para ele as pessoas letradas deveriam saber que:

> Toda língua, em qualquer parte do mundo e em qualquer ponto da história, é um conjunto de variedades; uma dessas variedades, em algum momento e em algumas sociedades, ganhou o estatuto da escrita, que se torna padrão, é defendida pelo Estado e é o veículo de todas informações culturais de prestígio; há diferenças substanciais entre as formas da oralidade e as formas da escrita (são gramáticas diferentes, com diferentes graus de distinção); a passagem da oralidade para a escrita é um processo complexo que nos faz a todos "bilíngues" na própria língua. Pedagogicamente, dar ao aluno a consciência das diferenças linguísticas e de suas diferentes funções sociais é um passo fundamental para o enriquecimento da sua formação linguística. (p.19)

Tezza reforça que não se pretende abolir totalmente o ensino do enunciado, deixando de lado os conteúdos da gramática, o que se propõe é que as metodologias empregadas sejam mais flexíveis. Lucchesi, em seu artigo "Preconceito linguístico ou ensino democrático e pluralista?", afirma que o problema do ensino da língua portuguesa não são as questões ligadas aos pequenos "erros" empregados na fala. E sim, a falta de metodologias eficazes que aceitem e explorem a bagagem cultural do aluno, promovendo muita prática de leitura e produção de textos, várias situações de comunicação com leitores reais ou supostos. Para poder, também, reconhecer os diversos sentidos e valores ideológicos que a língua veicula em cada situação.

Lucchesi completa sua crítica apontando para a falta de programas lançados pelo Governo Federal para a aceitação da língua em sua diversidade como fator predominantemente cultural. Muitos programas são lançados pelo governo, como tratamento das diferenças sociais e respeito à dignidade humana, dentre eles o racismo e o reconhecimento da importância de se aceitar e respeitar várias manifestações culturais como o candomblé, os blocos afro, entre outros.

O professor cita o norte-americano William Labov, que desmistificou a ideia da Idade de Ouro, na qual as pessoas acreditavam que a língua tinha alcançado um ponto culminante em sua evolução e que as inovações viriam para irem aos poucos destruindo-a. Diferentemente disso, percebeu-se que as mudanças nas línguas acontecem constantemente, mas não as destroem, apenas as alteram em alguns aspectos.

Outro mito apontado por Lucchesi é o da ameaça à unidade linguística, que afirmava que se não houvesse um controle sério para o caos da variação linguística, a comunicação seria comprometida. Hoje, defende-se a heterogeneidade da língua como fator unificante das comunidades socialmente hierarquizadas e culturalmente diversas. Como a língua deve servir tanto para um feirante, como para um juiz, se ela não aceitasse tanta adaptação não poderia atender objetivos tão distintos.

Para Luiz Carlos Cagliari (2008, p. 81), quando as línguas se "transformam com o passar do tempo, não se degeneram, não se tornam imperfeitas, estragadas, mas adquirem novos valores sociolinguísticos, ligados às novas perspectivas da sociedade, que também muda". Para a linguística, a questão da mudança é natural e não é vista como certo e errado, apenas como diferente, os conceitos de certo e errado são dados pela sociedade que marca o indivíduo nas posições de estigma ou de prestígio, de acordo com a variante que utiliza.

No artigo "Polêmica Vazia", Faraco afirma que o tom da notícia é de escândalo, mas sem nenhum fundamento, pois quem a sustentou "leu o que não está escrito", demonstrando sua própria ignorância sobre a realidade linguística do Brasil. Até mesmo jornalistas respeitáveis se pronunciaram com base apenas no "ouvi dizer", sem fazer uma análise do material. Caso contrário, saberiam que a metodologia empregada é apenas para trabalhar com as concordâncias verbal e nominal, que na oralidade de alguns falantes funciona de forma bem diferente da escrita.

Isso prova o quanto o discurso do senso comum[7] é fortemente propagado, exercendo influência ao ouvinte que não critica e não busca informações inteiras e reais sobre os fatos anunciados.

---

[7] Antônio Suárez Abreu explica que o senso comum é "Um discurso que permeia todas as classes sociais, formando a chamada opinião pública. Tanto uma pessoa humilde e iletrada quanto um executivo de alto nível, com curso universitário completo, costuma dizer que os políticos são, em geral, corruptos ou

Os apontamentos feitos por Bagno, Faraco, Lucchesi e Tezza, aqui apresentados, são reforçados por Cagliari (2008, p.82), quando destaca que o respeito proporcionado às variedades linguísticas significa para o aluno uma compreensão do mundo dele e dos outros. Dessa forma, evita-se que o aluno chegue à escola e conclua que seus pais são "burros" por falarem errado e as pessoas da sua comunidade são incapazes e não têm valor porque usam uma linguagem errada para se comunicarem, e que o valor e a cultura estão somente relacionados a quem se apropria do dialeto-padrão. O autor ainda salienta que se o aluno aprender "a verdade linguística das variantes, geração após geração, a sociedade mudará seu modo de encarar esse fenômeno e passará a ter um comportamento social mais adequado com relação às diferenças linguísticas" possibilitando, assim, a diminuição da divisão existente entre as classes econômicas e sociais.

2.4 POSICIONAMENTOS CONTRA O LIVRO DIDÁTICO "POR UMA VIDA MELHOR"

Foram, até agora, comentadas as críticas favoráveis ao livro didático "Por uma vida melhor" e contrárias a quem se opôs a ele. Nesta parte do capítulo, são expostos dois textos que emitem opinião contra o material, publicados em revistas de grande aceitação nacional.

A Revista *Veja* publicou um texto com o título "Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente", escrito por Reinaldo de Azevedo[8]. Primeiramente, o colunista afirma que uma das autoras, Heloisa Ramos, negou o óbvio, a apologia do erro. E segue afirmando, que o livro trata-se de fraude intelectual e técnica, a começar pelo nome "Por uma vida melhor", que

---

que o brasileiro é relaxado e preguiçoso. Na verdade o discurso do senso comum não é um discurso articulado; é formado por fragmentos de discursos articulados. (ABREU 2009, p.30)

[8] José Reinaldo Azevedo e Silva colunista e jornalista brasileiro de orientação política conservadora. Autodefine-se como de direita, liberal e democrática. Foi redator-chefe das revistas *Primeira Leitura* e *Bravo!*, editor-adjunto de política da *Folha de S. Paulo*, coordenador de política da sucursal de Brasília do mesmo jornal e redator-chefe do jornal *Diário do Grande ABC*, de Santo André, entre 1991 e 1993. Foi articulista da revista *Veja* até 07 de outubro de 2009, quando escreveu seu último artigo para a revista. Hoje, mantém um blog hospedado no site da Veja com cerca de 150.000 acessos diários. Pelo Twitter é seguido por mais de 60 mil pessoas. Informações disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reinaldo_Azevedo>. Acesso em 10/12/13.

segundo ele, é péssimo para um livro de ensino de língua, podendo ser bom se fosse de medicina, religião ou de autoajuda.

Azevedo justifica a crítica feita ao nome do livro, dizendo que só terá uma vida melhor quem dominar a norma culta da língua, a qual o livro é contra tendo o apoio do MEC. Sendo assim, a tendência seria a de somente piorar a vida do aluno. Chama ainda de fraude intelectual o fato de serem citados exemplos da variedade popular da língua, como: "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Depois da observação, relacionada às páginas reais do livro, refere-se à explicação da variação e do preconceito linguístico como "conversa mole", com o argumento do emissor conseguir transmitir a mensagem ao receptor. Da mesma forma, cita as linguagens não verbais que também comunicam, por vezes mais que as mensagens verbais, e nem por isso a escola deve ensiná-las.

O autor também defende que a escola deve ensinar as flexões de gênero e número e os números dos verbos, aceitando que as mensagens funcionam fora do padrão formal da língua, mas considerando errado aceitá-la como variante da língua. Disse que o que os "mestres estão fazendo sob o pretexto de respeitar o universo do 'educando', como eles dizem, é contribuir para mantê-lo na ignorância".

Em seguida, cita Paulo Freire que nem "ousou tanto na estupidez militante", quando criou um método inovador para alfabetização de adultos que iniciava com algo que partisse do aluno, o que para Azevedo, não se trata de alfabetização, e sim de um processo de conscientização política que conduziria à libertação. Embora o autor do texto tenha se manifestado contra a proposta de Paulo Freire, defende-o ao dizer que o educador ensinava a norma culta da língua.

Azevedo concluiu que a autora do livro não tem ideia do autoritarismo em que baseia a sua teoria e afirma que "pessoas que desrespeitam os pobres fazem de sua pobreza uma cultura alternativa. Gente decente reconhece o valor intrínseco de certas conquistas – como o domínio da norma culta da língua – e luta para que o acesso a esse código seja um direito de todos".

De acordo com Azevedo, a defesa do MEC a esse livro não surpreendeu a ninguém e é por esse e tantos outros motivos que as escolas são tão ruins, e concluiu:

> A vertente esquerdopata-sindical vai acusar a falta de recursos e os baixos salários dos professores. Não ganham bem, mas, dada a realidade brasileira, também não ganham tão pouco. Não importa! Deem um salário milionário à categoria, e não sairemos do pântano enquanto valores como o que orientam a estupidez acima forem influentes. Um dos fatores que conduziram o ensino brasileiro ao desastre que aí está foi a substituição do conteúdo pelo proselitismo, trabalho conduzido pelas esquerdas "sindicalentas" da educação.

Esse artigo de Reinaldo de Azevedo gerou muitos comentários no próprio veículo que o publicou: críticas provenientes de pessoas ligadas à língua, que em sua maioria se posicionaram contra ele e também de pessoas que manifestaram apoio ao artigo publicado.

A fim de alucidar as ideias expostas pela Revista Veja, citam-se as palavras de Sírio Possenti (1996, p. 17), ao afirmar que não há dúvidas que o objetivo da escola é o de ensinar o português padrão, ou criar condições para que ele seja aprendido. Sendo assim, é possível traçar um paralelo entre as ideias do autor e do colunista, pois Possenti defende a ideia de que não ensinar e não cobrar o emprego da língua padrão é um preconceito proveniente dos profissionais da educação, em especial os da língua, que julgam que o aluno teria dificuldade em aprender tal norma. Da mesma forma, o colunista cita sua repulsa ao nome do livro e aponta que só terá uma vida melhor quem dominar a língua padrão. O linguista defende que o fato de o aluno não aprender a norma-padrão, ou aprender mas não a usar, diz respeito a valores sociais dominantes e com propostas de ensino falhas. Para ele, só há discussão quanto ao emprego (ou não) da língua-padrão para alunos que não a usam na fala, o que torna o problema ainda mais grave.

Para explicar esse problema, Possenti aponta duas teses. A primeira trata da natureza político-cultural, "que é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo" (p.18), já que a língua serve para estabelecer relações entre grupos diferentes em algum aspecto. Sendo a língua padrão a das classes economicamente mais elevadas, os menos favorecidos socialmente só teriam a ganhar ao terem o domínio das variantes pertencentes a outros grupos, desde que se aceite que a mesma língua possa servir para várias ideologias.

A segunda tese é a de ordem cognitiva, que "consiste em imaginar que cada falante ou cada grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua)"

(p.19). Dessa forma, a população menos favorecida só poderia ter o domínio das variantes menos prestigiadas. Essa tese aborda a hipótese de que o aprendizado de uma outra variante é difícil para grupos menos favorecidos, mas o autor se contradiz quando afirma que qualquer pessoa pode ter domínio de muitas formas de falar, pois se o ensino das várias formas de se comunicar for direcionado às crianças, isso facilitaria o aprendizado. Portanto, nenhuma das teses apresentadas demonstra razões para não se ensinar a língua portuguesa padrão nas escolas.

O segundo texto que apresenta a discussão, escrito por Amauri Segalla e Bruna Cavalcanti, com o título "O assassinato da língua portuguesa" publicado na revista ISTOÉ, com a seguinte manchete: "Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como 'os livro' e 'nós pega' causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do País".

A notícia inicia-se com um pedido para o leitor imaginar a cena de um adolescente perguntando à professora se ele pode falar "nós pega o peixe", e a professora manda que consulte o livro "Por uma vida melhor", e nele encontra a resposta: "Claro que pode". Os autores afirmam que essa situação se repetirá em milhares de escolas públicas do país, o que acarretará consequências danosas a quase quinhentos mil estudantes do ensino fundamental, que receberão o livro elaborado por autores que "defendem a ideia de que os erros gramaticais são aceitáveis na língua falada". O livro, nessa perspectiva, condena os alunos a uma "escuridão cultural sem precedentes", pois os "profesores da ignorância" dificultam o aprendizado da norma culta da língua, criando com isso um "apartheid linguístico", dividindo a sociedade. De um lado estariam os ricos e melhor instruídos, de outro os "jovens reféns da falta de conhecimento gramatical", e com isso os autores indagam o porquê do MEC ter aceito essa obra.

Após mencionarem o fato ocorrido com o livro didático e apresentarem as páginas que aparecem as reproduções dos exemplos da fala, afirmam que a autora, Heloisa Ramos, não é conhecida e que não tem grande importância na área da educação. Citam nomes de pessoas que também se manifestaram contra o que foi dito, como: Nélida Piñon, "O livro confirma a tese de que esteve sempre em curso no Brasil o projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe";

Fernando Morais, biógrafo do jornalista Assis Chateaubriand, que afirmou “Esse livro é uma barbaridade, trata-se de um desastre, o oposto do que é pregado por uma pessoa minimamente civilizada”; Francisco da Silva Borba, para quem “O aluno tem que ser ensinado”, “Se ele tolerar infração às regras, então para que serve a escola?”, além destas manifestações outras foram citadas.

A autora Heloisa Campos tentou defender o livro dizendo que não é erro aceitar a variedade popular da língua, e que a proposta é acolher a linguagem do aluno aceitando sua cultura como qualquer outra. Os autores do artigo disseram:

> Embora não faça referências diretas, Heloísa repete as máximas do livro “Preconceito Linguístico”, do professor e escritor Marcos Bagno, que faz certo sucesso entre educadores modernos por colocar questões políticas e ideológicas na discussão. Bagno afirma que a linguagem reproduz desigualdades sociais – como se isso fosse uma descoberta assombrosa. É claro que sim. A questão não é essa. Em vez de manter o jovem que não domina a língua imerso na triste ignorância – a pretexto de preservar suas raízes culturais –, por que não retirá-lo de lá? Falar corretamente não é o primeiro passo para, no avanço seguinte, escrever melhor? Escrever melhor não representa uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional? Tente conseguir um emprego falando “nós vai” e você certamente terá suas chances reduzidas a zero. É simples assim.

Prosseguem afirmando que por mais que se aceitem as variedades da língua, isso não serve para a vida prática, pois quem possui a fala mais próxima da língua padrão é que tem vantagens. Seguem dizendo que o ensino dessa forma é a mesma coisa que em matemática se ensinar a tabuada errada, “quatro vezes três é sempre doze, na periferia ou no palácio”.

Em seu raciocício, situam a condição do nível de educação no Brasil, afirmando que: “a língua, como já observaram pesquisadores importantes, é um elemento que traduz a identidade nacional. É um instrumento de unificação – e não de segregação entre os que sabem e os que não merecem saber. Ela é, acima de tudo, um princípio de cidadania”. E concluem citando o pronunciamento de Janice Ascari, procuradora da República do Ministério Público Nacional, que disse “provavelmente a Justiça receberá uma avalanche de ações contra a publicação” e “Vocês estão desperdiçando dinheiro público com material que emburrece em vez de instruir, essa conduta é inadmissível, se

as ações vingarem, os jovens terão a chance de dizer, em alto e bom som: 'Nós pegamos o peixe'".

Possenti (1996, p.60) afirma que ensinar língua para muitas pessoas de variadas camadas intelectuais e sociais é a mesma coisa que ensinar gramática, sendo assim, imaginam que ensinando gramática estão ensinando a língua. Para o estudo da gramática existem duas atividades que se somam e se interrelacionam, mas não necessariamente devem estar juntas. São elas: estudo de regras mais ou menos explícitas de construções (estudo de regras ortográficas, regras de concordância, regras de colocação de pronomes, etc.); e análise mais ou menos explícita de determinadas construções (análise sintática da oração e do período). Elas podem não estar relacionadas, pois pode acontecer a primeira sem que ocorra a segunda. Ensina-se a regra, sem que se veja obrigatoriedade de ensinar o porquê da mesma. Também podem ser ensinadas as atividades do primeiro caso empregando a metalinguagem, ou seja, discutindo sobre a própria língua, então se faz uso do segundo caso.

Pelo fato do primeiro tipo de atividade ser mais arraigado como consolidação do uso da variedade de prestígio, torna-se mais importante que o segundo, que, de acordo com o autor "só se justifica por critérios independentes do ensino da língua" (p.61). O emprego da gramática na escola é defendido por questões culturais, assim como se ensinam conteúdos, em outras disciplinas, que também não estão ao alcance dos alunos para se aplicar na prática, como "agricultura chinesa, desertos africanos", dessa forma, o ensino da gramática não precisa estar relacionado com o ensino da língua. Essa forma de ensino foi bem conhecida, e, provavelmente, a maioria dos adultos de agora aprendeu língua portuguesa assim.

2.5 ALGUNS COMENTÁRIOS

Com a análise dos textos apontados neste capítulo, bem como outros tantos lidos desde a época do estopim da polêmica, verificou-se que grande parte da indignação, revolta, repulsa e até mesmo menosprezo aos educadores, em especial aos que elaboraram o livro, deu-se por pessoas que não fizeram uma análise total do material: só viram ou ouviram parte dele. Dessa forma, ficaram evidentes alguns

aspectos como: muitas pessoas não têm noção do que é e nem do que defende a Sociolinguística, embora essa ciência tenha surgido há mais de meio século; pensa-se que a educação certa e única era a aplicada no século passado, ou seja, a que empregava o ensino da gramática pela gramática e se esquece de que adaptações e mudanças ocorrem a todo tempo, em todas as áreas e setores, inclusive na educação; não se sabe muito da metodologia adequada ao ensino da EJA, e o que talvez seja mais preocupante e avassalador, porém frequente na sociedade brasileira, é o senso comum de se pensar que qualquer pessoa pode falar, sugerir e opinar sobre a educação. Com essa visão despreza totalmente os intelectuais dessa área de atuação profissional e, principalmente, demonstra desrespeito à pessoa humana e social, pois, assim como um médico sabe que um único medicamento não tem o mesmo efeito para todos os pacientes, um professor sabe que as metodologias precisam ser adaptadas de acordo com o grupo de alunos ao qual se trabalha. Meillet afirma que:

> (...) pelo fato de ser a língua uma instituição social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da mudança linguística é a mudança social, da qual as variações da língua são apenas as consequências... (MEILLET, 1921 apud LABOV, 2008, p.304)

A sociedade aceita muitas das mudanças que vão ocorrendo lentamente ao longo do tempo. Lentamente, pois toda mudança requer tempo de assimilação citando como exemplo as novas e diversas estruturas familiares, o homosexualismo, a posição igualitária entre homens e mulheres, negros e brancos, o divórcio, etc. Ao se tratar da língua, há grande resistência na aceitação dessas mudanças. Dante Lucchesi (2004, p.55) ressalta que “os processos de variação e heterogeneidade na língua estão relacionados aos processos de mudança linguística, na medida em que os processos de mudança passam necessariamente pelo processo de variação”, ela ocorre pelo fato de ser social.

Lucchesi (2004, p.185) explica que “qualquer estudo que pretenda explicar um processo de mudança deverá considerar tanto o encaixamento da mudança na estrutura linguística, quanto na estrutura social”. Por esse fato é que a língua é considerada um sistema vivo. Muda porque mudam as pessoas que a empregam.

Para Luiz Carlos Cagliari (2008, p.32), o objetivo principal do ensino de língua portuguesa para todas as etapas do ensino é mostrar para o aluno os usos que a língua tem e proporcionar ao máximo reflexões para que ele possa estender o conteúdo aprendido na escola em diversas situações de vida. O professor deve ensinar o que é uma língua, especificando seus usos, propriedades e valores atribuídos pela sociedade e os diversos usos linguísticos, nas muitas situações de emprego na vida em sociedade.

Neste capítulo foi feita uma análise geral dos apontamentos dados ao fato anunciado pela mídia. Em seguida, a fim de que o leitor possa estabelecer suas próprias conclusões a respeito do fato exposto, far-se-á uma análise detalhada do material em questão. Ressaltando que esse trabalho de pesquisa é uma contribuição à mudança de atitude frente ao ensino da língua. Apesar do reconhecimento do papel cultural dela, desde meados do século passado, ainda hoje a visão tradicional de ensino está muito presente no ambiente escolar.

CAPÍTULO II

3 O LIVRO "POR UMA VIDA MELHOR" E O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA COM ENFOQUE NA SOCIOLINGUÍSTICA

Um dos principais objetivos desta pesquisa é fazer levantamentos de como as variedades linguísticas são aplicadas e aceitas nos meios sociais. Para tal, neste capítulo será feita uma apresentação do volume dois do livro da Coleção "Viver, Aprender", denominado "Por uma Vida Melhor", destinado ao segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental, elaborado pelos autores Cláudio Bazzoni, Heloísa Ramos e Mirella Laruccia Cleto, que foi objeto das críticas apresentadas no capítulo anterior. O enfoque neste capítulo será dado à área de Língua Portuguesa, pois o livro citado é integrado, ou seja, contempla as seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Literatura, Matemática, Ciências Humanas: História e Geografia e Ciências Naturais. Cada uma das áreas está dividida em capítulos, cada um envolvendo um tema.

O sistema educacional brasileiro vem mudando paulatinamente quanto ao ensino de Língua Portuguesa. Embora a escola atual ainda não aceite totalmente a realidade heterogênea da língua e siga aplicando metodologias baseadas na tradição gramatical, que aplica a norma padrão da língua como única possibilidade, e descarta as demais variantes por considerá-las erradas, o ensino passou a ser mais contextualizado e o método reflexivo já tomou o lugar da metodologia que transmitia o conhecimento. Com isso, o professor tende, cada vez mais, a ocupar o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem.

"Viver, Aprender" foi publicado pela editora Global – Ação Educativa- e é composta por sete volumes, todos eles dedicados a alunos da Educação de Jovens e Adultos. São separados em Primeiro e Segundo Segmento do Ensino Fundamental. O primeiro segmento compreende o ensino equivalente aos primeiros anos do Ensino Fundamental, ou seja, do primeiro ao quinto ano. E o segundo segmento corresponde às séries seguintes, do sexto ao nono ano.

A coleção está organizada da seguinte forma: ao Primeiro Segmento de Ensino Fundamental apresentam-se três volumes, são eles: Volume Único intitulado “Alfabetização – Diversidade, Cultura e Trabalho”; Volume 1 que recebe o nome “Vivências e Diversidades”, o qual é destinado ao ensino referente ao segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental e Volume 2 chamado “Direitos e Participação”, destinado ao ensino referente ao quarto e quinto anos do Ensino Fundamental. Para o trabalho com o Segundo Segmento do Ensino Fundamental, foram elaborados quatro volumes, são eles: Volume 1 intitulado “Contexto de Vida e Trabalho”, destinado ao ensino referente ao sexto ano do Ensino Fundamental; Volume 2 chamado “Por uma Vida Melhor”, destinado ao ensino referente ao sétimo ano do Ensino Fundamental; Volume 3, “Mundo em Construção”, destinado ao ensino referente ao oitavo ano do Ensino Fundamental e Volume 4, “Identidades”, que se destina à última série do Ensino Fundamental, o nono ano.

Analisando os títulos das obras que formam a coleção “Viver a aprender”, nota-se que eles sugerem situar o aluno em conhecimentos fundamentais para a transformação de suas vidas. Os temas abordados situam o aluno no contexto socioeconômico atual.

O Volume 2, “Por uma Vida Melhor”, que é o objeto de análise neste capítulo, está organizado, na área de Língua Portuguesa, em quatro capítulos: “Escrever é diferente de falar”; “Histórias, histórias, histórias...”; “Texto de divulgação científica” e “A hora e a vez do leitor”. A unidade de Língua Inglesa é composta por dois: “Situando-se” e “*English speaking countries”*. Arte contempla: “Guerra e violência e Amor”. Em matemática, os capítulos recebem os temas: “Números no dia a dia”; “O dia em duas rodas”; “Conectando e Mutirão e moradia”. Em Ciências Humanas: História e Geografia são mencionados nos capítulos os temas: “Trabalho livre e escravo no Brasil”; “A gestação do Brasil contemporâneo”; “Mundo em movimento”; “Brasil: território, economia e sociedade”. Em Ciências Naturais propõem-se os temas “Alimentação e cultura” e “Nutrição e funcionamento do sistema digestório”.

Acima foi apresentado um panorama geral de como a obra “Por uma vida melhor” está organizada, porém a análise, como já mencionado, será feita somente na área de Língua Portuguesa. Destaca-se que nessa obra é possível perceber que os

temas propostos, apresentados pelos títulos, são bem abrangentes e inserem o ensino no contexto social do aluno.

O primeiro ponto que merece destaque neste trabalho diz respeito à apresentação do livro, quando os autores deixam claro que a ideia é abordar assuntos e conceitos essenciais para os alunos, para que possam dar continuidade aos seus estudos, e ainda salientam:

> As abordagens das diferentes áreas de conhecimento orientaram-se pelo respeito à dignidade humana, à igualdade de direitos, à participação e pela corresponsabilidade pela vida social. Estudar significa aprender em uma multiplicidade de sentidos: aprendemos conceitos básicos das diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo habilidades e podemos nos tornar também mais competentes para refletir sobre o mundo que nos cerca em muitos aspectos. (BAZZONI *et al*. 2009, p.5)

O público alvo desse material didático é bastante heterogêneo. São pessoas provenientes de áreas rurais e urbanas, jovens e adultos que por algum motivo não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada, e por razões pessoais ou profissionais percebem a necessidade de retomar os estudos objetivando a conclusão do ensino básico. Por essas razões, é preciso um material didático diferente do utilizado para alunos que frequentam a escola na idade certa. É necessário se ter o cuidado de abordar assuntos que tenham sentido ao grupo de alunos em questão.

3.1 MANUAL DO EDUCADOR

O volume “Por uma vida Melhor” também conta com o Manual do Educador, elaborado pelos mesmos autores do livro didático, que serve de apoio ao professor, por serem apresentadas nele considerações relevantes a cada um dos temas abordados, bem como o direcionamento que deve ser dado aos alunos no momento da sua aplicação. Além disso, os autores sugerem atividades complementares, endereços eletrônicos, filmes e livros que complementam a proposta de trabalho. Na apresentação desse manual são citados os objetivos que se pretendem alcançar com sua aplicação. Pretende-se que os alunos:

> Desenvolvam novas habilidades e adquiram conhecimentos para tomar decisões apoiadas em uma consciência solidária e que valorize a diversidade

> presente nos grupos sociais; aprendam a investigar a realidade para interpretá-la e buscar soluções para os problemas que os afetam; tenham acesso a bens culturais que apoiem e fortaleçam a conquista e a garantia de direitos de cidadania. (BAZZONI *et al*. 2009, p.6)

A finalidade do ensino de Língua Portuguesa no século XXI é possibilitar que os alunos adquiram as habilidades necessárias para transitar pelo mundo da escrita, da leitura e da oralidade. Por esta razão, Bazzoni *et al*. (2009, p.8), apresenta que o objetivo geral de qualquer programação de estudo de Língua Portuguesa deve ser a ampliação da competência linguística do aluno em relação à fala, à escuta, à leitura e à escrita. Para tanto, recomendam algumas práticas consideradas boas pelos autores do livro didático, dentre elas, as que: “tratem a língua como atividade social com intenção comunicativa”; “apresentam coerência entre os objetivos, os conteúdos, a metodologia e a avaliação”; “selecionam conteúdos relacionados com o desenvolvimento da competência linguística dos alunos”.

A habilidade de leitura necessita ser trabalhada sempre, para que o aluno possa ir aprofundando o seu nível. No Manual do professor, Bazzoni *et al*. (2009, p.8) afirma que “O ensino da leitura, em muitos casos, confunde-se com despertar o gosto e o hábito da leitura”. Para tanto, a leitura, assim como as demais habilidades, necessita ser planejada. Cabe ao professor elencar os principais objetivos que se quer conquistar com cada um dos gêneros textuais aplicados, lembrando que nas turmas da EJA a relação dos alunos com a língua é bastante variada.

O discente também precisa ampliar a visão de que "ler se relaciona apenas com o lúdico, o prazer e a naturalidade. Ler não é uma atividade natural, pelo contrário, é uma atividade cognitiva complexa que se aprende”, como ratifica Bazzoni *et al*. (2009, p. 10). O aluno, até se tornar um bom leitor, precisa passar por vários níveis de leitura. Portanto, “o professor é quem vai possibilitar a interação entre o texto e o aluno” (*id*., 2009, p.10), relevando os apontamentos dos discentes. Os autores destacam que:

> Na exploração dos gêneros, procuramos ultrapassar os aspectos estruturais e formais do texto, colocando diante dos olhos dos estudantes os seus aspectos comunicativos e interacionais. Os textos dizem alguma coisa a alguém, de determinada forma, em determinado contexto histórico, em determinada circunstância de interlocução. Os aspectos sociocomunicativos e funcionais são evidenciados pela situação de produção e de recepção dos textos, sendo bastante explorados nas atividades de leitura. (BAZZONI *et al*. 2009, p.10)

O trabalho com gênero[9] não é somente destinado à leitura. Para o desenvolvimento da escrita, o aluno precisa saber qual é o objetivo do texto que será produzido, para quem será destinado, qual é o gênero que será empregado, qual é a estrutura necessária para o gênero em questão. Ao determiná-lo, também é necessário saber onde o texto será publicado, qual é a forma que deve ter e qual a estrutura linguística deverá ser utilizada. Anteriormente à escrita, há a necessidade de uma boa proposta de produção textual, clara e objetiva. Além disso, é importante oportunizar momentos de aprimoramento do texto.

Assim como a produção de texto escrito, a produção de texto oral não pode ser esquecida. "A oralidade, assim como a escrita, é um fenômeno linguístico que pode e deve ser trabalhado na escola. Mas isso não pode significar, em hipótese alguma, estigmatizar o estudante pelos traços que marcam sua fala" (BAZZONI *et al*. 2009, p.10).

Para se trabalhar com a oralidade, é necessário propiciar momentos para que os alunos tenham contato com diversas formas de manifestações orais, como palestras, debates, conferências, discursos, declamações de poesias, leitura em voz alta, entre outras. Afinal, um dos objetivos essenciais do ensino de língua portuguesa é que o aluno seja capaz de "falar sem se intimidar diante de qualquer interlocutor, expor com clareza e fluência temas para além da esfera cotidiana, avaliar o que o outro fala para não se deixar enganar ou para reformular posições são as capacidades essenciais para o exercício da cidadania em uma cultura tão fortemente oral como a brasileira". (BAZZONI *et al*. 2009, p.11)

O aluno precisa, então, perceber que a fala também é um texto, só que pronunciado oralmente, e, da mesma forma que o escrito, tem uma estrutura a ser

---

[9] Todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam. Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura. São caracterizados por três elementos:
.conteúdo temático: o que é ou pode tornar-se dizível por meio do gênero;
.construção composicional: estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero;
.estilo: configurações específicas das unidades de linguagem derivadas, sobretudo, da posição enunciativa do locutor; conjuntos particulares de sequências que compõem o texto, etc.
A noção de gênero refere-se, assim, a famílias de textos que compartilham características comuns, embora heterogêneas, como visão geral da ação à qual o texto se articula, tipo de suporte comunicativo, extensão, grau de literariedade, por exemplo, existindo em número quase ilimitado. (PCN,1997, p.21). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf. Acesso em: 26/01/2013.

seguida. A língua oral, igualmente à língua escrita, se adapta a padrões exigidos, como a norma padrão. Como exemplo tem-se:

> Uma importante questão para ser trabalhada quando lidamos com a linguagem oral, diz respeito às variações linguísticas. A variação é um fenômeno inerente a todas as línguas. O português que se fala hoje é tão bom quanto o que se falava antigamente; nenhuma região do país fala melhor do que outra; nenhum segmento social se expressa mais "corretamente" do que outro. Na verdade, existem diferentes formas de dizer, que variam de acordo com a época, o grupo social, a situação comunicacional. É inegável que algumas variedades são valorizadas de modo diferente pela comunidade de falantes. As variedades mais prestigiadas são aquelas faladas pelos segmentos mais ricos da população. A discriminação linguística é uma entre tantas outras formas de exclusão provocadas pelas desigualdades sociais. (BAZZONI *et al*. 2009, p.11)

Cabe aos profissionais da educação mostrar que em muitas situações são necessárias adaptações ao falar, que variam de acordo com os ouvintes e ambientes para que o próprio locutor seja mais aceito pelo grupo.

Para a aplicação da análise linguística, os autores propõem aos educadores uma reflexão bem profunda. Aplicá-la é ir além do ensino da gramática, pois é preciso que a usem como "ferramenta para que o aluno aprimore a compreensão e a produção de textos orais e escritos e faça uma reflexão sobre os fatos da língua e as implicações sociais que ela produz" (BAZZONI *et al*. 2009, p. 11). Ao refletir sobre a língua, o aluno vai compreendendo como o texto funciona nos meios sociais que circula, e, à medida que reflete, com o intermédio do professor, vai conhecendo e compreendendo os conteúdos da Língua Portuguesa nesses meios reais da comunicação.

Porém, o texto não deve servir apenas como pretexto para o ensino da gramática, ao contrário disso, a análise linguística deve auxiliar o aluno a aprofundar a interpretação dos textos, pois, "fazer análise linguística é refletir sobre a linguagem" (BAZZONI *et al*. 2009, p. 11).

Os conteúdos do livro em análise foram organizados visando uma progressão dos conhecimentos dos alunos. São apresentados e trabalhados para a fixação, em outros momentos são relembrados e aprofundados. Na educação, quando os conteúdos são organizados dessa forma, são denominados "currículo em espiral".

No manual do educador, os autores também salientam a necessidade de alguns procedimentos que auxiliam no processo ensino-aprendizagem, como a organização do

espaço da sala de aula que deve ser feita para que várias atividades possam acontecer ao mesmo tempo. Sugerem também que nas salas haja, se possível, equipamentos eletrônicos como rádios, DVD, computadores, gravadores etc., para serem usados simultaneamente com os materiais escritos. Visitas, saídas, passeios e pessoas convidadas por motivos pertinentes ao processo de ensino são outras sugestões, com isso, o aluno muitas vezes concretiza o aprendizado, além de vivenciar manifestações culturais que, por vezes, não conheceria sem o intermédio da escola. A última sugestão é que o aluno tenha contato com as bibliotecas em suas variadas formas. Podem ser itinerantes, da escola, da comunidade em que a escola está inserida, do município, da sala de aula, com diversos acervos: livros, periódicos, revistas, CDs e DVDs.

As orientações para a avaliação, sugeridas pelos autores, foram baseadas na Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, elaborada pela Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos – COEJA. Propõem para o segundo segmento que se avalie o aluno através de "registro de contrato didático, observação do professor, testes e provas, questões ou situações-problema, atividades que exigem justificativas, mapas conceituais, atividades com linguagem escrita ou oral, atividades de culminância de uma unidade didática" (BAZZONI *et al*. 2009, p. 22). A avaliação não serve mais somente para dar uma nota ao aluno, e sim, propor caminhos para se alcançarem os objetivos. Sendo assim, os autores propõem que:

> A avaliação de Língua Portuguesa deve assumir um caráter diagnóstico. Ela acontece de forma contínua, tanto por meio das situações de interação que se dão em sala de aula quanto por meio de atividades específicas, programadas como momentos de avaliação. Em ambos os casos, o professor deve ter em mente que aqueles instrumentos lhe fornecem dados acerca do estágio em que o aluno se encontra, dentro do conjunto de objetivos propostos para determinado ciclo/fase/ano. (BAZZONI *et al*. 2009, p.23)

A observação da atuação do aluno com o objeto de estudo pode ser dado de várias formas. O material didático em análise dá meios para o método de avaliação sugerido, por meio das atividades ofertadas nos capítulos, lembrando que o professor deve adequar à avaliação, de acordo com o sistema proposto pela escola.

3.2 POR UMA VIDA MELHOR – LÍNGUA PORTUGUESA – LIVRO DO ALUNO

A Unidade 1 do livro “Por uma Vida Melhor” – Volume 2, destinado ao segundo segmento do ensino fundamental, objeto de interesse deste estudo, é composta por quatro capítulos, distribuídos em setenta e duas páginas.

3.2.1 Sobre o primeiro capítulo

O capítulo 1 intitulado “Escrever é diferente de falar” traz primeiramente um texto que tem como tema central o título do capítulo. Está organizado com os seguintes itens e subitens: texto, convite à leitura (diálogo com o texto), explorando o universo textual, roda de escrita, convite à leitura (diálogo com o texto), novamente aparece o “Explorando o universo textual” e termina com atividade (aplicar conhecimentos).

A análise do primeiro capítulo do livro “Por uma vida melhor” será meticulosamente apresentada, para que o leitor possa entendê-lo de forma ampla, e oposta aos apontamentos apresentados pela mídia, que só ressaltou os exemplos provenientes da língua oral coloquial, desconsiderando todo o contexto.

O texto base aborda as diferenças existentes entre a aquisição da língua escrita e da oral, relacionando a oral ao aprendizado espontâneo, e a escrita a um aprendizado formal, já que necessita de local apropriado, de uma pessoa disposta a ensinar junto com a pessoa disposta a aprender, além de materiais destinados a esse fim.

O texto prossegue introduzindo a ideia de norma culta e de variedade linguística, afirmando que não existe somente uma única forma de se expressar oralmente e por meio da escrita. E mesmo para a última são adotados padrões formais ou informais, e, apesar de existirem variantes, há comunicação entre os usuários da mesma língua. Bazzoni *et al*. afirma que:

> Contudo, é importante saber o seguinte: as duas variantes são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas

> variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana. (BAZZONI *et al*. 2009, p.12)

Salienta-se a responsabilidade da escola em apresentar ao aluno a norma culta da língua, possibilitando assim que ele tenha mais uma opção na hora de se comunicar. E, por fim, o livro mostra as diferenças existentes entre as manifestações da língua, ressaltando a distinção entre a escrita de um bilhete a um amigo e um requerimento, e o mesmo fator que pode ocorrer entre a fala com os familiares e uma conversa com autoridades.

O item "Convite à leitura" é baseado no seguinte parágrafo, produzido por um aluno (VAL, 1999 *apud* BAZZONI *et al):*

> A violência em nosso pais esta a cada dia que passa se acentuando mais, isto devido a diversos fatores podemos citar o fator economico a ganancia do homem pelo dinheiro, o desemprego dos pais, a falta de moradias, alimentação e educação impedem o de criar seus filhos dignamente dai a grande violencia da sociedade o menor abandonado, que sozinho sem ter uma mão firme que o conduza pela vida, parte para o crime o roubo na tentativa de sobreviver. (BAZZONI *et al*. 2009, p. 12)

Após a análise do parágrafo, o discente é levado a refletir sobre o que foi lido para identificar os problemas encontrados na escrita. Essa prática traz os argumentos necessários para abordar o conteúdo "emprego do ponto". Inicialmente, afirma-se haver falhas de acordo com a norma culta da língua, já que o texto não cumpre algumas regras impostas para a escrita. Em seguida, são apresentados os casos do emprego do ponto e outro parágrafo com falhas na escrita, e, consequentemente, na interpretação, por conter falta de pontuação adequada. O aluno é novamente levado a pensar na estrutura ideal. Explica-se o que é período e faz-se menção ao ponto de interrogação e ao ponto de exclamação.

Em seguida, novo conteúdo é apresentado - pronome, ainda com a ideia de aprimorar a escrita de textos. Enfatiza-se que é usado para substituir os substantivos, evitando-se, assim, repetição de palavras. Aproveita-se esse enfoque e se trabalha com a concordância entre as palavras, enfatizando que é outro fator auxiliar na construção de orações. Seguem, então, vários exemplos para ilustrar e explicar, primeiramente, a concordância nominal. Como modelo apresenta-se:

> Alguns **insetos**[10] provocam **doenças**, às vezes, fatais à **população** ribeirinha.
> Insetos (masculino, plural) ← alguns (masculino, plural)
> Doenças (feminino, plural) ← fatais (feminino, plural)
> População (feminino, singular) ← ribeirinha (feminino, singular)
> (BAZZONI *et al.* 2009, p.15)

Abaixo do modelo há a explicação classificando os substantivos como palavras centrais. Enfoca-se a questão do gênero (masculino, feminino) e número (singular, plural), afirmando-se que na norma culta da língua as palavras que acompanham as palavras centrais devem apresentar o mesmo gênero e número, e que o mesmo nem sempre se aplica à norma popular. É comum, por exemplo, a concordância acontecer da seguinte maneira:

> Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado.
> Livro (masculino, singular)→ os (masculino, plural)
> Ilustrado (masculino, singular)
> Interessante (masculino, singular)
> Emprestado (masculino, singular)
> (BAZZONI *et al.* 2009, p. 15)

Seguindo o modelo acima, os autores levantam as seguintes questões:

> Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:
> O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:
> Os **livros** ilustrado**s** mais interessante**s** estão emprestado**s**. (2009, p. 15)

O modelo dado acima é o que dá início a toda a problemática levantada em relação a esse livro didático. A explicação continua da seguinte forma:

> Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro'?."
> Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (BAZZONI *et al.* 2009, p. 15)

[10] Os destaques aparentes em algumas palavras foram feitos exatamente como aparecem no livro didático "Por uma vida melhor".

Após abordar o conteúdo concordância nominal, os autores, também partindo da realidade do aluno, explicam a concordância verbal.

> Existe outro tipo de concordância: a que envolve o verbo. Observe seu funcionamento:
> O menino pegou o peixe.
> menino→ singular
> pegou→ singular
> Os meninos pegaram o peixe.
> Meninos→ plural
> pegaram→ plural
> O menino pegou o peixe.
> menino→ 3ª pessoa
> pegou→ 3ª pessoa
> Eu peguei o peixe.
> eu→ 1ª pessoa
> peguei→ 1ª pessoa
> Na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular/plural) e em pessoa (1ª, 2ª, 3ª) com o ser envolvido na ação que ele indica. (BAZZONI *et al.* 2009, p. 15)

Depois de tratar de como a concordância deve ser empregada na norma culta da língua, os autores citam como é representada, em alguns casos, na norma popular:

> Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:
> Nós pega o peixe.
> Nós → 1ª pessoa, plural
> Pega → 3ª pessoa, singular
> Os menino pega o peixe.
> menino → 3ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")
> Pega → 3ª pessoa, singular
> Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação da fala. (BAZZONI *et al.* 2009, p. 16)[11]

Os próximos conteúdos a serem trabalhados nesse mesmo capítulo são sílaba e acento gráfico. São relembrados assuntos como sílaba tônica, separação silábica, algumas regras de acentuação, bem como palavras com grafia igual, mas que ao se empregar o sinal de pontuação, muda-se a pronúncia e o significado.

---

[11] Em um quadro ao lado desta abordagem, há observações sobre questões ligadas à concordância, explicando que se chama "pessoa", mas que não há o sentido de ser humano, e assim explica-se como funcionam as pessoas do verbo.

O item chamado “Explorando o Universo Textual” traz o parágrafo analisado em “Convite à Leitura” e toda a continuação do texto produzido pelo aluno. Nele, são apontadas as falhas de escrita e apresentadas as orientações para a melhor maneira de saná-las.

Há uma série de exercícios para a memorização dos conteúdos elencados no capítulo, lembrando que os autores mencionam no Manual do Educador que essa parte da unidade serve como avaliação do que foi trabalhado até ali.

Mais um “Convite à leitura” é apresentado ao aluno, desta vez um texto de Juó Bananére, escrito no início do século vinte.

> Migna terra
> Migna terra tê parmeras,
> Che ganta inzima o sabiá,
> As aves Che stó aqui
> Tambê tuttos sabi gorgeá (...)
> (BAZZONI *et al.* 2009, p.22)

Para que o aluno compreenda o texto em “Diálogo com o Texto” são lançadas perguntas como: se o poema despertou a atenção pela leitura, como o eu-lírico[12] se manifesta por sua terra, quais são os aspectos naturais da terra, o que se observa no modo de escrita de algumas palavras e o que há de peculiar na autoria do poema.

No item “Explorando o universo textual”, deixa-se claro que o texto de Juó Bananére trata de um repertório popular escrito, com a intenção do autor de tentar transcrever as palavras da maneira que se fala, e que o poema foi baseado em uma obra da variedade culta da língua, a “Canção do Exílio”, escrita por Gonçalves Dias. Ainda há a explicação a respeito de como era a língua oral na época da criação desse poema, enfatizando o dialeto ítalo-português e a comparação entre os textos da norma culta e popular. São citados Patativa do Assaré e Adoniran Barbosa nas obras:

---

[12] O “eu-lírico” caracteriza-se como a voz do poeta, dissociada da figura do autor, de acordo com Moisés (1985, p. 360): “A poesia corresponderia à expressão do ‘eu’ por intermédio de metáforas ou vocábulos polivalentes: o ‘eu’ do poeta, matriz do seu comportamento como artista, se volta para si próprio, adota não só a categoria de ‘sujeito’ que lhe é inerente, mas também a de ‘objeto’; portanto, introverte-se, autoanalisa-se, faz-se espetáculo e espectador ao mesmo tempo, como se perante um espelho. Evidentemente, os conteúdos do ‘eu’ refletem o mundo físico, do ‘não-eu’, mas o sujeito se volve para ‘representações’ nas quais se gravou a realidade física, não para ela própria: não é a Natureza que importa, mas sua imagem na mente.”

Saudosa Maloca, *Samba do Arnesto*, *Trem das Onze* e *Tiro ao Álvaro*, como autores que também empregavam a variedade regional da fala em suas obras.

Em “Atividades”, o aluno deve reescrever frases que estão na norma popular da língua para a norma culta, fazendo todas as adaptações necessárias, além de preencher as lacunas das frases com “mas ou mais”. Finalizando o capítulo, é sugerido ao aluno que dê continuidade ao texto iniciado da seguinte forma: “A voz da mulher é ainda pouco ouvida em nossa sociedade. Afinal, ter competência para falar não implica ser ouvido.” Bazzoni *et al*. (2009, p. 27). Ao desenvolver o texto, o aluno deverá iniciar os parágrafos com as palavras; “mas”, “além disso” e “assim”.

Concluindo a análise feita do primeiro capítulo do livro “Por uma vida melhor”, espera-se que o leitor tenha conseguido chegar a conclusões próprias, após refletir sobre a metodologia pretendida pelos autores, ao produzirem o livro didático em análise, e assim, poder posicionar-se criticamente a favor ou contra ele.

3.2.2 Sobre o segundo, o terceiro e o quarto capítulo

O segundo capítulo recebe o nome “Histórias, histórias, histórias...” e tem como objetivo geral trabalhar com o gênero textual narrativa, sendo assim, é iniciado com um texto que tem como tema central o título do capítulo. Está organizado com os seguintes itens e subitens: “Texto”, “Convite à Leitura (diálogo com o texto)”, “Conhecer Mais”, “Explorando o Universo Textual”, “Roda de Conversa”, “Atividade” e novamente “Conhecer Mais”.

O capítulo inicia com a afirmação de que se contam histórias todo o tempo, pois essa prática é inerente ao cotidiano do ser humano. Existem histórias que relatam as aventuras ocorridas na vida real ou imaginária, que se tornam muito empolgantes para quem as lê.

No “Convite à Leitura”, o aluno é apresentado ao livro *As aventuras de Robinson Crusoé*. Primeiramente, situa-se a obra na história e apresenta-se uma breve biografia de Daniel Defoe. Em seguida, há um fragmento dela para a leitura e várias questões de interpretação. A ideia ao se trabalhar com o texto citado é a de promover uma reflexão sobre alguns aspectos da narrativa, como: as relações entre os personagens e lugares

e a localização dos lugares citados no mapa apresentado, além de estabelecer relação entre a História e os acontecimentos da narrativa.

É citada a obra *Odisseia*, a mais antiga narrativa de aventura, apenas como informação extra. Passa-se, então, para o "Explorando o universo textual", no qual é abordada a estrutura do texto narrativo e seus elementos, como os tipos existentes de narrador e a abordagem do discurso direto e indireto. Em seguida, são direcionados exercícios para a fixação dos discursos.

Em "Pequenas palavras importantes", menciona-se o conteúdo "conectores". Em "ortografia", há a explicação da incorporação das letras *k, w* e *y* ao alfabeto, após o acordo ortográfico da língua portuguesa. Atividades de fixação concluem o item.

Para a aplicação da habilidade da oralidade, são sugeridos vários livros de aventura real ou fictícia no mar. Os alunos devem providenciá-los e preparar a leitura de um capítulo para compartilhar para toda a turma.

A proposta para a produção textual é escrever uma narrativa de aventura, baseada na imagem de um barco no mar. A fim de ampliar os conhecimentos das manifestações culturais, são sugeridos os filmes *Robinson Crusoé*, *Náufrago*, e *Moby Dick*.

O terceiro capítulo, intitulado "Texto de divulgação científica", pretende despertar o aluno para uma linguagem técnica e científica. Está organizado com os seguintes itens e subitens: "texto", "convite à leitura", "diálogo com o texto", "conhecer mais", "explorando o universo textual", "características da linguagem jornalística", "Como é a linguagem do artigo de divulgação científica?", "O adjetivo e a construção de sentido", "O número e a construção de sentido", "Comparações, Parênteses, Indagações e o trabalho do cientista", "roda de conversa" e "atividade". O capítulo explica a respeito da responsabilidade dos jornalistas que publicam matérias informativas, o que é um dos grandes desafios atuais para a profissão, pois precisam explicar de forma clara e precisa novas teorias e descobertas, para que o leitor leigo no assunto consiga entender.

No item "Convite à leitura", são citadas reportagens sobre a Ilha de Páscoa escritas por Marcelo Gleiser, que se tornou conhecido por escrever colunas de divulgação científica para o jornal Folha de S. Paulo. Com a leitura desses textos, o

aluno fará relações com o que diz o primeiro texto, quando afirma que um jornalista pode escrever matérias relacionadas a assuntos científicos, assim como um especialista nesses assuntos pode escrever para jornais. Em seguida, são propostas questões envolvendo tanto a interpretação quanto a compreensão, para tal citam três livros de Marcelo Gleiser, autor dos textos base do capítulo, e documentários.

O emprego da linguagem de um texto científico é mostrado ao aluno em "Explorando o universo textual/ O que é linguagem científica?", Bazzoni *et al.* (2009, p. 52), em que são ressaltados aspectos como: emprego de uma linguagem objetiva e impessoal; linguagem concisa e formal, própria da modalidade culta da língua; verbos geralmente no presente; vocabulário técnico e preciso; palavras de significado denotativo; título de rápida identificação do assunto; recursos ilustrativos; e referencial bibliográfico.

Seguem atividades para se observarem melhor os aspectos da linguagem científica e jornalística, e há a aplicação do conteúdo "adjetivo". Também são destacados elementos como: o número e a construção de sentidos; as comparações e o uso dos parênteses na escrita de textos científicos.

Na "Roda de conversa" é direcionado um debate a partir da fala de Marcelo Gleiser, que afirma: "O homem é um predador ineficiente, imediatista, que tende a não calcular o quanto pode consumir antes de se autodestruir". O aluno deve posicionar-se a favor ou contra, e apresentar argumentos convincentes.

Em "preparar para falar" são dados dois textos informativos: um sobre as formigas e outro sobre o porquê de a água do mar ser salgada. Os alunos devem ler os dois, escolher um dos temas, aprofundá-los através de pesquisa e apresentar oralmente para toda a classe.

O quarto e último capítulo da área de língua portuguesa é chamado de "A hora e vez do leitor".[13] Está organizado com os seguintes itens e subitens: "Texto", "Convite à leitura", "Convite à leitura", "Convite à leitura"[14], "Explorando o universo textual (como se

---

[13] Os autores do livro em análise explicam em nota de rodapé (2009, p.59) que o título *A hora e vez do leitor* faz referência ao título do conto *A hora e vez* de Augusto Matraga, em homenagem ao escritor João Guimarães Rosa (1908-1967). *A hora e vez* de Augusto Matraga é um dos contos do livro *Sagarana* (1946), a obra de estreia do autor.

[14] O capítulo está organizado nessa sequência, são três textos diferentes e três "convite à leitura", correspondente aos textos apresentados.

aplica o uso de aspas e pronome demonstrativo)", "conhecer mais", "roda de conversa" e "atividade".

O capítulo se inicia com várias perguntas ao aluno referentes às suas experiências com a escrita. Depois mostra um percurso histórico da carta e os elementos que a compõem. O foco central desse capítulo é o gênero carta do leitor. Ao escrevê-la, o leitor deve ter consciência de que seu texto pode ser publicado, mas antes há uma edição que o adapta.

Em "Convite à leitura" são mostrados exemplos de carta do leitor. O aluno deve observar o assunto de cada uma e se a linguagem empregada é formal ou informal. Salienta-se que ao se publicar a carta, é colocado um título para ela e pede-se para o aluno observar se existe ou não relação entre o título e o conteúdo da carta.

O texto "Temperatura do planeta aumentará até 4°C até 2100, diz ONU" é apresentado ao aluno continuando o item "Convite à leitura". A partir dele são ofertadas várias atividades de interpretação e compreensão de texto, e pesquisas para aprofundar o assunto.

É apresentada para análise uma carta fictícia do leitor. São levantadas várias questões a partir dela, algumas de inferência, outras de uso de expressões na elaboração de frases – como "devido a" e "em razão de" – e ainda, sobre o que é argumentar e a argumentação empregada pelo autor da carta.

"Explorando o universo textual" traz os casos de aplicação das aspas e também dos pronomes demonstrativos.

Em "Conhecer mais" é mostrado que também na literatura alguns autores usam as cartas do leitor. O romance *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, é dado como exemplo, e é sugerida a sua leitura.

A "Roda de conversa" mostra que quando acontecem erros na publicação de revistas e jornais, eles são informados ao leitor na próxima edição.

Para o treino da escrita são propostas duas situações. Uma sobre a maioridade penal ser reduzida para os dezesseis anos, e a outra é a escrita de uma carta do leitor.

Concluindo o capítulo quatro, do livro "Por uma vida melhor", é exposto o texto "Em busca do tempo futuro", de Carlos Heitor Cony, da Folha de S. Paulo, que aborda as criações de Leonardo Da Vinci e todo o descrédito e críticas que existiram a elas. É

apresentad o texto chamado “Temperatura do planeta aumentará até 4°C até 2100, diz ONU”, para que em seguida à leitura do mesmo os alunos façam um debate.

3.3 REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO, NORMA E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A descrição dos capítulos do livro didático e do manual que o acompanha, enfatizam o ensino da língua portuguesa referindo-se à norma culta e à variação linguística. Esta parte do trabalho esclarece sobre estes conceitos, de forma a subsidiar o entendimento da metodologia empregada no livro didático analisado no início deste capítulo. Considera-se ainda o fato deste trabalho situar-se no campo interdisciplinar, havendo, portanto, a necessidade de elucidar tais questões para leitores que não são estudiosos da língua. Em seguida, apresenta-se uma reflexão sobre o ensino da língua materna, com enfoque alinhado ao modo como se apresenta na EJA, baseado nas quatro habilidades da língua: ler, escrever, falar e ouvir.

3.3.1 Variação linguística

Muitas são as formas de falar a mesma língua, fato notório entre seus usuários, mas essas diferenças, por vezes, geram conceitos de “certo” e “errado” em relação à fala. Esses conceitos podem originar preconceito em relação aos que a empregam de forma diferente das adotadas por parte da população, que demonstra em seus linguajares a língua padrão, rotulando a outra parte da população como menos escolarizados, “caipiras”, entre outros estigmas. A esse fato comum a todas as línguas existentes, ou seja, às muitas formas de dizer a mesma coisa é chamada variação linguística. As pessoas que dedicam seus estudos à língua aceitam essas variedades como inerentes à organização da comunicação verbal.

Para Dino Preti (2003, p.11), desde o momento do nascimento todas as pessoas já estão em contato com vários signos linguísticos[15] e em todo o decorrer da vida em

[15] Para Saussure, o signo linguístico é uma entidade de duas faces, que une de maneira arbitrária um *significante* a um *significado*. Por significado entende-se o conceito, isto é, a ideia, a imagem psíquica da coisa. Por significante, a realização material desse conceito, ou seja, a sua concretização por meio de

sociedade, existirão trocas de comunicação e problemas provocados pela língua. A aquisição da língua materna é o que marca o despertar da consciência na criança, que, à medida que aprende a se comunicar, vai sendo introduzida na comunidade à qual pertence. A língua[16] não é a única forma de comunicar: ela faz parte de um conjunto de formas utilizadas para a representação simbólica, conhecido por linguagem[17], que abrange o verbal e o não verbal, como é o caso dos gestos, expressões faciais e corporais, vestimentas, dentre muitas outras expressões, inerentes a outras áreas do conhecimento.

Diante da língua estabelecida socialmente tem-se a fala[18], que é única, pertence ao indivíduo, sendo assim, carrega a identidade de quem a pronuncia, mas está inalteravelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão ligadas às estruturas sociais. A fala só existe a partir do momento que o indivíduo tem contato com a língua, uma não existe sem a outra. Dessa forma, tem-se que não existe um único modo de enunciar a língua, pois, cada tipo de estrutura social definido vem acompanhado de um tipo de estrutura linguística.

A língua, então, não é mais vista como um sistema homogêneo, sem variação, como se fosse único e que todos os falantes a usam da mesma maneira. Passa a ser entendida como um sistema heterogêneo, formado por unidades e regras variáveis,

---

fonemas, ou de alguma coisa que os represente, como as letras do alfabeto. O significante é a parte perceptível, enquanto o significado é a parte inteligível do signo. (TERRA, 1997, p.32)

[16] Num sentido descritivo, sincrônico, "língua" pode se referir a uma *única* norma linguística tanto quanto a um *grupo* de normas aparentadas. Num sentido histórico, diacrônico, "língua" pode ser uma língua comum resultante de unificação. Um "dialeto", então, é qualquer uma das normas aparentadas compreendidas sob o nome geral "língua", historicamente o resultado ou de divergência ou de convergência.

Como esse processo histórico pode ser repetido indefinidamente, os dois termos são ciclicamente aplicáveis, com "língua" sempre como o termo superordenado, e "dialeto" como o subordinado. Isso também fica claro pelo tipo de estruturas formais em que podem ser colocados: "X é um dialeto da língua Y", ou "Y tem os dialetos X e Z" (nunca, por exemplo, "Y é uma língua do dialeto X"). "Língua" como termo superordenado pode ser usado sem referência a dialetos, mas "dialeto" fica sem sentido se não estiver implícito que há outros dialetos e uma língua à qual se pode dizer que eles "pertencem". Portanto, todo dialeto é uma língua, mas nem toda língua é um dialeto. Einar Haugen (BAGNO, 2001, p. 97)

[17] "Algunos estudiosos consideran el lenguaje, en primer término, en sus determinaciones externas, en su existencia en el individuo y en la comunidad, y establecen, por consiguiente, oposiciones como: aspecto individual – aspecto social; acervo lingüístico individual – acervo lingüístico social; actos lingüísticos individuales – actos lingüísticos de la comunidad; actos individuales – patrimonio o institución social; actos individuales – producto histórico colectivo". COSERIU (1967, p.38)

[18] Para Harold Palmer, el "habla" (speech) es el 'conjunto de actividades físicas y mentales implicadas en el acto por el cual una persona comunica a otra un determinado concepto (pensamiento, noción o emoción)'. Para Charles Bally, el habla, en cambio, sería instrumento de la vida afectiva, expresaría sentimiento y acción. COSERIU (1967, p.21)

utilizado em comunidades que também são heterogêneas, compostas por várias pessoas diferentes umas das outras. Os procedimentos de mudança, que se constatam em uma comunidade de fala, acontecem em todos os momentos em que há variação nos padrões de comportamento linguístico. De acordo com Labov (2008, p. 21), "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre". Para que ocorra a mudança, primeiramente precisa acontecer a variação.

As línguas mudam continuamente e vagarosamente no tempo: não são estáticas. Seus usuários não percebem esse jogo de mutação, por vezes, só se dão conta que ocorreu ao terem contato com textos escritos antigos. A escrita tem o registro mais formal que a fala, já que se baseia na língua padrão que se encontra nas gramáticas. Ninguém escreve como fala, pois ao falar, cada pessoa ou grupo de pessoas, emprega em sua comunicação uma variedade da língua diferente das outras. A escrita não é mera representação gráfica da fala, há várias diferenças no emprego da língua falada e da escrita, muitas delas são de natureza gramatical, mas a mais importante é como se estrutura o texto falado ou escrito por cada pessoa. Preti ressalta que:

> A língua escrita (e nela se manifesta a literatura, como uma variante em nível superior, em função de seus objetivos estéticos) sempre constituiu, em todas as épocas, um fator de unificação linguística, pois suas transformações são bem mais lentas do que as apresentadas continuamente pelo ato de *fala* no tempo e no espaço.
> Essa feição tradicionalizante da *escrita* é mantida pela *ortografia*, sistema escrito destinado a representar os signos sonoros numa língua. Como as reformas ortográficas são pouco frequentes, enquanto a evolução da *fala* é constante e natural, em todas as línguas ocorre uma defasagem entre dois sistemas (o sonoro e o escrito).
> Ao tentar, pois, descrever o *ato falado*, esbarra o escritor com esse primeiro entrave. Se quiser superá-lo (...) caminhará certamente para uma *ortografia fonética individual*, nem sempre uniforme e razoável, que poderá até impedir a compreensão do leitor, habituado à transcrição convencional dos signos sonoros. Essas tentativas de transcrição da *fala,* consoante uma ortografia pessoal do escritor, encontram um obstáculo praticamente intransponível: tratando-se de uma atitude individual da língua, de interferência direta e consciente na norma *escrita* coletiva, criam, de imediato, uma reação na comunidade: existe, com efeito, uma ortografia oficial, empregada pelo organismo escolar, sancionada pela Academia e pelos vocabulários ortográficos, pelos dicionários e pelos livros. (PRETI, 2003, p. 65)

Ao considerar a diferença existente entre a língua e a fala, e entendendo que a heterogeneidade da língua passa por reflexões sobre o preconceito linguístico, ou seja,

problemas sociais, é possível perceber que a língua abrange um universo muito mais amplo, necessitando de uma ciência própria para tal. Sendo assim, Tânia Maria Alkmim, aponta que:

> Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a *comunidade linguística*, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. (ALKMIM, apud, MUSSALIM, 2001, p.31)

A fim de ilustrar a diferença que ocorre entre a língua e a fala, faz-se necessário retomar os estudos de Saussure, que, embora tenham sido suplantados anteriormente aos da Sociolinguística, os conceitos dados por ele para os termos “língua” e “fala”, ou como dizia *langue* e *parole,* estão ainda presentes em muitos textos referentes a esses temas. Seus apontamentos perduram pelo fato de ter sido um importante linguista do início do século XX, que constatou a importância de uma ciência que se preocupasse com a individualidade e, ao mesmo tempo, com a multiplicidade da fala. No livro “Curso de Linguística Geral” obra póstuma feita a partir de anotações do autor, defende que:

> A língua trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de forma completa. Ainda, ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la, nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. (SAUSSURE, 2008, p. 21)

Saussure (2008, p.27) fez uma separação entre as partes, língua e fala: “uma, essencial, tem por objetivo a língua, que é social em sua essência, e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem”, ou seja, a fala. Esses são os motivos pelos quais os estudos saussurianos não são aceitos pela Sociolinguística, justamente por acreditar que a língua é fato social isolado do indivíduo.

Quanto a isso, Dante Lucchesi (2004, p.42) aponta que o “estudo da variação linguística é excluído, a partir da concepção de língua de Saussure. Se a linguística deveria centrar-se no estudo da língua enquanto sistema, todos os fenômenos relativos à variação linguística, por serem estranhos ao sistema, deveriam ser banidos desse estudo”. Diferentemente da ideia saussuriana, a Sociolinguística aceita e defende a influência do social na fala, bem como as influências da fala na língua do grupo que a emprega.

Embora a linguística tenha surgido por volta dos anos vinte do século XX, foi somente em meados dos anos 60, quando Willliam Labov apontou a relevância de se compreender os dialetos sociais em sua pesquisa sobre o inglês não padrão, que surgiu efetivamente a Sociolinguística. Difundida especialmente nos Estados Unidos, consequência da grande divulgação dos estudos de comunicação.

De acordo com Preti (2003 p, 12), a Sociolinguística, por entender a comunicação linguística como manifestação da vida em sociedade, percebeu que o estudo da língua podia ligar-se à Sociologia. Abrindo, assim, novos campos de atuação à pesquisa, diferentes das empregadas pela linguística que considerava a fala do indivíduo separada do social.

Considerando linguagem, cultura e sociedade como manifestações inseparáveis, surgiu a necessidade de linguistas e antropólogos trabalharem juntos, a fim de analisarem como os fenômenos linguísticos acontecem no contexto social. Segundo Alkmim (apud, MUSSALIM, 2001, p.29), a atuação de linguistas e demais estudiosos formados em campos das ciências sociais é que deu origem à Sociolinguística, que “nasce marcada por uma origem interdisciplinar”. A mesma autora ressalta que os estudos de Saussure foram relevantes à linguística do século XX, pois:

> teve um papel decisivo na questão da consideração da relação linguagem-sociedade: é esta que se encarrega de excluir toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno linguístico (...) É Saussure quem define a língua, por oposição à fala, como o objeto central da Linguística. Na visão do autor, a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. (ALKMIM, apud MUSSALIM, 2001, p. 23)

Ao se pronunciar uma sentença, sem se dar conta, pronuncia-se também todo um valor social. São esses fatores sociais associados à linguagem que a Sociolinguística tem como objeto de estudo. Ela estabelece a relação entre as variações habituais na expressão verbal e as diferenças de natureza social, compreendendo em cada comando, o linguístico e o social, como manifestações estruturadas e regulares.

Para pronunciar uma sentença, fazem-se algumas escolhas das palavras que serão empregadas. Se ao querer falar "Estou com um problema" a pessoa diz "Tô cum pobrema", isso quer dizer que empregou variantes das palavras: estou, com, um e problema, mas essa mesma sentença cumpriu perfeitamente com a função social, isto é, comunicou a mensagem idealizada. Para Labov (2008, p. 221):

> É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer "a mesma" coisa. Algumas palavras como *carro* e *automóvel* parecem ter os mesmos referentes; outras têm duas pronúncias, como *cantando* e *cantano.* Existem opções sintáticas como *Uma pessoa que eu confio muito* vs. *Uma pessoa em quem eu confio muito* ou *É fácil para ele falar* vs. *Para ele falar é fácil*. Em cada um destes casos, temos o problema de decidir o lugar desta variação na estrutura linguística. (LABOV, 2008, p. 221)

A variação linguística acontece por duas ou mais palavras terem um mesmo valor linguístico, ou seja, "bicicleta" ou "bicicreta" representam um mesmo objeto. Embora Labov (2008 p. 290) afirme que "os falantes não aceitam de imediato o fato de que duas expressões diferentes realmente 'têm o mesmo significado' e existe uma forte tendência a atribuir diferentes significados a elas".

Ainda que seja falada por pessoas de uma mesma região, ela sofrerá variações que dependerão da profissão do falante, da classe social, do gênero, da faixa etária e da situação do momento da fala. Em uma ocasião mais formal, o falante tende a se policiar mais durante a emissão dos seus enunciados e, sem perceber, vai adequando sua fala, a fim de, por exemplo, ser mais bem aceito por seus ouvintes. Dessa maneira, os aspectos citados interferem na língua, permitindo que tenha variações não apenas na pronúncia, como também na morfologia[19], na sintaxe[20] e no léxico[21]. A variação é

[19] "Em linguística, Morfologia é o estudo da estrutura, da formação e da classificação das palavras. A peculiaridade da Morfologia é estudar as palavras olhando para elas isoladamente e não dentro da sua participação na frase ou período. A Morfologia está agrupada em dez classes, denominadas classes de palavras ou classes gramaticais. São elas: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo,

configurada de acordo com os atributos ordenados das línguas e é praticada porque é contextualizada em concordância com seus usuários. Para Alkmim:

> Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico. Nesse sentido, qualquer tentativa de buscar apreender apenas o invariável, o sistema subjacente – se valer de oposições como "língua e fala", ou competência e *performance* – significa uma redução na compreensão do fenômeno linguístico. O aspecto formal e estruturado do fenômeno linguístico é apenas parte do fenômeno total. (ALKMIM, apud MUSSALIM, 2001, p.33)

É comum perceber a variação entre as regiões do país, inclusive é bem comentada, por seus falantes, pela mídia e por diversos autores. A língua varia conforme algumas circunstâncias que envolvem distinções geográficas, históricas, econômicas, políticas, sociológicas, estéticas. Por apresentar muitas diferenças, por vezes, provocam problemas de relacionamento no trinômio falante-ouvinte-situação, por ocorrerem diferenças nos sons na pronúncia das palavras, no significado e até na gramática. A variação está presente em toda língua natural e é correlacionada a fatores extralinguísticos que Preti, apoiado na sociologia francesa, define como:

> 1. Geográficas: envolvem as variações regionais e é preciso separá-las com cuidado, para que as diferenças linguísticas por elas determinadas não sejam confundidas com aquelas ocorridas por influência sociológica, numa mesma comunidade.
> 2. Sociológicas: compreendem as variações provenientes da idade, sexo, profissão, nível de estudos, classe social, localização dentro da mesma região, raça, as quais podem determinar traços originais na linguagem individual.
> 3. Contextuais: constam de tudo aquilo que pode determinar diferenças na linguagem do locutor por influências alheias a ele, como, por exemplo, o assunto, o tipo de ouvinte, o lugar em que o diálogo ocorre e as relações que unem os interlocutores. (PRETI, 2003, p.17)

Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição." Disponível em: <http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/>. Acesso em: 23/03/2013.

[20] "A Sintaxe é a parte da gramática que estuda a disposição das palavras na frase e a das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si. Ao emitir uma mensagem verbal, o emissor procura transmitir um significado completo e compreensível. Para isso, as palavras são relacionadas e combinadas entre si. A sintaxe é um instrumento essencial para o manuseio satisfatório das múltiplas possibilidades que existem para combinar palavras e orações." Disponível em: <http://www.soportugues.com.br/secoes/morf/>. Acesso em: 25/03/2013.

[21] "O conceito de léxico engloba vários significados que permitem que a palavra seja utilizada em diversos ramos da linguística. Léxico é o vocabulário de um idioma ou de uma região, o dicionário de uma língua ou o conjunto de vocábulos empregados por um autor." Disponível em: <http://conceito.de/lexico>. Acesso em: 25/03/2013.

De acordo com os aspectos socioeconômicos, são considerados os níveis de formação escolar, o acesso à cultura (é importante que se pense aqui em alguns meios transmissores de cultura, como livros, teatros, cinema, etc.), que podem servir de modelo para enriquecer o vocabulário do falante e melhorar as sentenças pronunciadas por ele. Quanto à idade, também é bastante comum se notar a diferença de fala, comparando-se, por exemplo, um adolescente e um adulto falando, ou melhor ainda, um adolescente conversando com um idoso. Isso ocorre porque a vivência e o conhecimento de mundo é bem diferente em cada um dos casos. Há também a diferença entre os gêneros: homens falam diferente de mulheres. As variedades da língua atribuem identidades a vários grupos sociais, como: surfistas, os esqueitistas, roqueiros, etc. Grupos de profissionais também têm sua língua própria. Labov (2008, p. 144) afirma que "quanto à profissão, há diferenças nítidas entre operários, executivos e profissionais liberais". Além de todos esses fatores, é necessário entender que as variantes ocorrem inclusive na fala de uma única pessoa, já que não se fala da mesma forma com as pessoas da família, como se fala com um chefe; não se fala com os amigos em situações totalmente descontraídas, como se fala em uma reunião formal, dentre outros exemplos.

Pensando de forma um pouco mais prática, toma-se a palavra *mandioca* como um dos muitos exemplos existentes da variação dada pelo regionalismo, observa-se que pode ser dita no país como: *macaxeira, aipim, manaíba, macaxera,* mas todas elas representam o mesmo produto. A variação ocorrida pelo regionalismo não causa tanto estranhamento a quem ouve, como a variação causada pelo nível socioeconômico. Ouvir *mandioca* ou *aipim* causa o mesmo efeito social, bem diferente de se ouvir "vou ponhá" no lugar de "vou por ou porei".

Entender a heterogeneidade da língua é perceber perspectivas para melhor compreender a diversidade cultural, social e histórica de uma comunidade. Para Labov:

> A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008, p.150)

A língua não está apenas ligada a fatores meramente linguísticos, mas também a fatores políticos e sociais. Isso porque ela tem a função de comunicar ao receptor a mensagem pensada e propagada pelo emissor, que por sua vez, deixa transparecer a sua posição ocupada na sociedade, atuando assim, segundo Preti (2003, p.12), como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros a significados arbitrários, com os quais se processa a comunicação linguística.

Para se conhecer uma língua é necessário muito mais que dominar os códigos linguísticos, o vocabulário, a sintaxe, etc. É preciso saber o valor social atribuído às formas de se falar.

Na história social, as variantes linguísticas constituíram-se ao mesmo tempo, e todas elas servem para a comunicação entre falantes de comunidades de fala. As variantes não tornam a língua pior, ou melhor, somente aproximam o usuário de um melhor entendimento do mundo, proporcionando conexões com o meio em que está inserido.

Como feito, a linguagem entra numa manifestação total, ou seja, na própria presença social, sobressaindo-se a todas as demais expressões existentes na sociedade. Segundo Lucchesi (2004, p. 87), "a função de representação é a função mais importante da língua, é a função intelectiva". Manifesta sempre as relações obtidas entre os temas e o que foi simbolizado, reportando à experiência dos homens. A linguagem e a sociedade se relacionam, reciprocamente, de modo que é impossível conceber a sociedade sem a linguagem, e a linguagem sem a sociedade. É na língua e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente em todas as circunstâncias comunicativas.

3.3.2 Norma e norma culta

Para entender melhor a questão das variações linguísticas, faz-se necessária uma discussão em torno de norma[22] e norma culta, que estabelece paralelo entre

[22] "Lo que, en realidad, se impone al individuo, limitando su libertad expresiva y comprimiendo las posibilidades ofrecidas por el sistema dentro del marco fijado por las realizaciones tradicionales, es la *norma*. La norma es, en efecto, un sistema de realizaciones obligadas, de imposiciones sociales y culturales, y varía según la comunidad. Dentro de la misma comunidad lingüística nacional y dentro del

línguas de prestígio e línguas estigmatizadas. A língua original ajuda a compor o comportamento linguístico de boa parte das comunidades populares de uma sociedade, que acabam sendo estigmatizadas socialmente pela variação empregada. Por outro lado, as pessoas de maior prestígio socioeconômico se apropriam mais das normas padrões que apresentam menor variação em relação à norma culta da língua.

É necessário, primeiramente, compreender que o assunto norma e norma culta não se estende apenas à ciência da língua, que tem a função muito mais de observar como de fato acontece a comunicação entre os falantes, não impondo regras e muito menos dando caráter de valor a alguma das formas empregadas.

Como a sociedade é formada não apenas pela soma dos indivíduos que pertencem a ela, mas também pelas normas e regras que a organizam e estabelecem o comportamento individual, a língua, por ser social, também segue as regras criadas pelos sujeitos sociais.

Ao se ter a língua como um meio simbólico de representação, é interessante lembrar como funcionam os outros meios de representação. Podem-se usar as roupas como exemplo para essa analogia. A roupa que se usa para ir a uma festa formal é diferente da usada para ir a uma universidade, que é diferente da usada para ir à praia, e assim por diante. A roupa que se usa diz muito a respeito da pessoa que a veste, pois carrega, de certa forma, uma identidade do indivíduo. Ao se ver uma pessoa vestindo batina, já se sabe que se trata de um religioso da igreja católica. Da mesma forma, a língua representa a região de que se é proveniente, o sexo, o nível educacional, a profissão etc. Além de todas essas representações, ela, assim como as roupas, é adaptada ao ambiente em que vai se pronunciar. Uma única pessoa tem várias maneiras de falar, pois não se fala da mesma forma numa igreja e em um estádio, não se fala com o hefe como se fala com o filho, e assim por diante.

Para explicar as determinações do comportamento linguístico nas sociedades, Bagno, em seu livro *Norma Linguística*, apresenta os seguintes pontos elaborados por Stanley Aléong:

---

mismo sistema funcional pueden comprobarse varias normas (lenguaje familiar, lenguaje popular, lengua literaria, lenguaje elevado, lenguaje vulgar, etcétera), distintas sobre todo por lo que concierne al vocabulario, pero a menudo también en las formas gramaticales y en la pronunciación. COSERIU (1967, p.98)

> I- A organização social de toda sociedade funciona com auxílio de instituições que estão no princípio da estrutura social. Pensamos particularmente nas formas de enquadramento que são a família, a escola, o direito, a divisão do trabalho, entre outras.
> II- A vida social é constituída de interações constantes entre indivíduos (...). O fato de pertencer a um grupo ou de possuir certas características distintas confere ao indivíduo um *status*, isto é, uma categoria ou uma posição numa estrutura hierárquica. Por estrutura hierárquica pode se entender tanto uma estratificação em classes sociais quanto em pequenos grupos. Por outro lado, o papel que o indivíduo desempenha em função de seu *status* é constituído de todos os deveres e obrigações que se pode atribuir ao fato de ocupar um lugar ou uma posição – uma profissão por exemplo – num grupo ou numa sociedade.
> III- Se a consciência ou a percepção de si, dos outros e da situação é um elemento essencial no funcionamento do humano, não se deve esquecer que o estado dessa consciência, em particular sua veracidade, é largamente condicionado pela situação objetiva na qual se encontram os indivíduos. (BAGNO, 2001, p.148)

O que é entendido como normal a um grupo, não é para outro. Se para um grupo o normal é dizer “o pneu da bicicreta tá cum pobrema”, o estranho, e até mesmo considerado errado, seria ouvir essa mesma sentença pronunciada numa norma padrão da língua. E, nesse grupo, quem se apropriar da língua na forma padrão será tido como “diferente”.

Considerando a norma linguística como um produto da hierarquia existente entre as muitas variantes da língua, e agregando a cada uma delas um valor diferente sobre a conveniência de seu uso exigido através das interações linguísticas, evita-se o perigo de acreditar na existência de uma única norma, passando a aceitar que cada variante carrega o seu juízo de valor.

De acordo com Terra (1997, p. 40), em uma mesma língua é possível observar a atuação de duas forças contrárias: uma que tende a uniformizá-la; e outra que aceita a variedade como consequência dos usos individuais da fala. A primeira é apresentada pela escola e pelos meios de comunicação de massa, graças a sua aceitação a um grande número de pessoas, eles exercem força no sentido de padronizar o uso que se faz da língua.

Para esse fenômeno que tende a regularizar, igualar ou uniformizar a língua é dado o nome de norma padrão, que de acordo com Terra (1997, p.40), trata-se de “um conjunto de regras que impõem um padrão de linguagem a ser seguido pelos falantes”.

Sendo assim, a norma é um sistema de produções indispensáveis, de imposições sociais e culturais que variam de acordo com a comunidade. Mesmo em uma determinada comunidade linguística e dentro de um mesmo sistema funcional, podem ocorrer várias normas que são diferenciadas pelo vocabulário, pelas formas gramaticais e pela pronúncia, e é isso que a norma padrão tenta evitar.

Muitas das explicações dadas às indagações acima vem da gramática normativa, que segundo Terra (1997, p.56): "pressupõe que há uma única forma correta de utilização da língua, segundo padrões preestabelecidos pela linguagem escrita, impondo um modelo de linguagem que é o de uma determinada classe social, coincidentemente a classe dominante". Nela não consta o modo como realmente a sociedade a emprega, e não prevê nenhuma punição a quem não a usa de forma "correta". Quem acarretará alguma sanção ao não cumprimento do que é proposto pela norma padrão, são as comunidades que a empregam de forma diferente, o que acaba gerando preconceito linguístico.

Para as mesmas indagações apontadas acima, Alkmim explica que:

> A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo "correto" de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante. (ALKMIM, apud, MUSSALIM, 2001, p.40)

O termo "culta", utilizado para designar a norma, para muitos estudiosos já denota uma peculiaridade discriminatória, pois entende-se que é superior à outra. Esse termo é usado pela literatura e demais registros escritos que necessitem de cuidado com a linguagem expressa, pois até mesmo a língua escrita apresenta variação, pois ao mudar a situação de interação, muda também a forma de se escrever. As escritas informais destinadas às pessoas ligadas afetivamente a quem se escreve e a literatura

classificada como popular, tomando como exemplo a literatura de cordel, não necessitam dessa cautela. Sendo assim, não se pode determinar todo registro escrito como exemplo da norma culta.

Preti (2003, p.31) destaca que no "*dialeto social culto* é possível notar as marcas de gênero, número e pessoa; uso de mais pessoas gramaticais do verbo; emprego de todos os tempos e modos verbais; utilização da voz passiva; riqueza de construção sintática; emprego de preposições nas regências", dentre outras, e também é possível perceber maior domínio de vocábulos e sinônimos referentes a eles. Por outro lado, o mesmo autor caracteriza o "linguajar do *dialeto social popular* salientando: economia nas marcas de gênero, número e pessoa; redução das pessoas gramaticais do verbo; redução dos tempos da conjugação verbal e de certas pessoas; falta de correlação verbal entre os tempos; maior emprego da voz ativa em lugar da passiva; emprego dos pronomes pessoais como objeto, vocabulário mais restrito", entre outras.

Não se nega o distanciamento entre as duas normas da língua, mas muitos meios vêm intervindo para que os usuários das formas estigmatizadas se sintam forçados a mudar sua fala. Nos meios de comunicação de massa, a norma usada é a padrão; quando aparecem personagens aplicando o dialeto popular, normalmente referem-se à classe econômica inferior. Com os escritores acontece o mesmo. Não significando que a norma padrão deva ser considerada de forma sucinta e abstratamente como se não pertencesse à língua de fato. Assim Preti defende que a norma:

> É o ponto de chegada no processo de uniformização e nivelamento da língua. A própria sociedade se encarrega de preservar o *uso*, que ela própria estabeleceu. Grande é a preocupação, em todos os níveis da comunidade, em sujeitar-se a esse acordo tácito comum, de tal forma que estamos constantemente, em termos de língua, à procura de saber o que é certo ou errado, o que se pode ou não dizer. (PRETI, 2003, p.51)

À palavra "norma" foram atribuídos muitos significados como cita A.Rey (2001, pág. 116 apud BAGNO, 2003 pág. 40): a mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo a ideia de média, de frequência, de tendência geralmente e habitualmente realizada, e à conformidade a uma regra, de juízo de valor,

de finalidade designada. Porém, precisa-se pensar que regras são essas, quem as cria, e em quem ou onde se baseiam para elaborá-las.

A dedução que se faz é que o termo “norma culta” é uma enumeração natural em sociedades em que o ramo da educação é a base para a definição de culto e não-culto. A ordenação linguística disposta pela escola só poderia empregar à norma algo como culta a essa regra, já que se tem um marco bem acentuado entre as línguas de prestígio e as línguas estigmatizadas. Sendo assim, é possível verificar o isolamento do ensino da língua aos atos da fala, principalmente a pronunciada espontaneamente, até mesmo pelos usuários da chamada “norma culta”, que em seu uso coloquial acabam aplicando sentenças diferentes a ela. Preti salienta:

> Antigamente – talvez até bem pouco tempo atrás – ainda se pensava que um indivíduo culto, um professor de língua, por exemplo, não poderia expressar-se utilizando-se, por exemplo, de um vocábulo gírio, por ser de um *registro* linguístico popular, incompatível com um falante culto. E há pessoas que, ainda hoje, são suficientemente tolas para afirmarem que “têm medo de falar errado” na presença de um professor de Português, como se este devesse ser permanentemente um falante formal, uma “gramética ambulante”. A aceitarmos tal absurdo teríamos que aceitar, também, que os falantes cultos seriam os interlocutores mais desagradáveis na conversação, pela perda da naturalidade de fala, elemento básico para o bom andamento da interação verbal. (PRETI, 2004, p.15)

Algumas metodologias de ensino da língua materna estão tentando envolver norma culta e popular, mas nem todos os profissionais entendem a necessidade desse vínculo entre as duas normas. Preti (2003, p.55) diz que a norma culta é a tradicionalmente ensinada pela escola, mas que hoje já se pensa que a função do organismo escolar não seja substituir no aluno a norma popular que ele já traz com sua língua falada, pelos modelos da norma culta, mas sim mostrar-lhe que ambas podem coexistir e ser utilizadas na comunicação, conforme as circunstâncias.

Os fatores socioculturais criaram uma distinção entre o que denominamos de culto e popular. A definição de “culto”, no entanto, passa por instituições sociais carregando a noção de que a norma culta é algo apreciado e utilizado pelos grandes intelectuais. E o que nutre essa imagem, muitas vezes, são os próprios livros, em especial os dedicados ao ensino de língua portuguesa, que trazem exemplos de textos literários de séculos passados, dando a entender que a língua contemporânea não merece estima e nem deve ser usada como modelo. Porém, o que se ensina nas

escolas se mostra muitas vezes distante da realidade do aluno, que acaba passando o valor de inútil enquando objeto de comunicação.

Dino Preti em seu livro “Sociolinguística: os níveis da fala”, tem um capítulo em que analisa a representação das variedades linguísticas na literatura brasileira. Como exemplo tem-se:

> A grande variedade social das persongens de *O Tronco do Ipê* cria oportunidade para reproduzir diversos *tratamentos*, salientando-se os afetivos, utilizados pelos criados, pelos pretos escravos: *vosmecê, dona, nhô, nhonhô, sinhá, sinhó, nhanhã.*
> A notação da influência dos fatores *etnológicos* sobre o *dialeto social* das personagens cria, pela primeira vez no romance brasileiro, um diálogo ajustado às personagens, colaborando na criação do painel social que faria de *O Tronco do Ipê*, no dizer de Gilberto Freyre, um “romance caracteristicamente de casa-grande aristocrática, com sinhás e mucamas, com ioiôs e negros velhos do tempo da escravidão, com barão, padre e até compadre.”
> Observemos nestes trechos:
> - E sinhá D. Francisca, está melhor, meu nhonhô? Perguntou o preto com interesse.
> - Ora, nhanhã, eu nem me lembro mais.
> - Quem sabe, sinhazinha? Foi uma noite...
> - Sinhá. D. Francisca está chamando vosmecê.
> - É mesmo, nhô Mário já chegou!
> Ao lado desses tratamentos mais familiares e afetivos, cujos exemplos poderiam ser muitos para documentar o que afirmamos, encontramos, nas reuniões de cerimônia, aqueles mais protocolares, como *V. Reverendíssima, V. Exª, senhor, barão, senhora baronesa, senhor conselheiro* etc., documentando com precisão a importância que se atribuía aos títulos e cargos na aristocracia rural, evidente herança portuguesa:
> - Não vi, mas é o mesmo. V. Exª o diz!
> - V. Reverendíssima não entende disso, retorquio o senhor Domingos Paiva formalizando-se.
> - Ora, senhor barão, mas é uma cousa tão bonita, um moço elegante, que se veste bem.
> - Concordo com o senhor conselheiro, disse um lavrador abastado. Filho meu não põe o pé em Paris...
> - A Excelentíssima está jogando o perde-ganha, balbuciou ele.
> - Quer meu conselho, senhora baronesa? Guarde para depois; hoje não é um bom dia. (PRETI, 2003, p. 99)

Na citação acima pode-se verificar a língua empregada em duas vertentes: quando se refere a personagens que ocupam lugar de prestígio na sociedade, a língua é formal e empregam-se muitos pronomes de tratamento que destacam ainda mais as posições ocupadas; ao representar a fala dos personagens que ocupam o papel de escravos, a língua é menos formal e são colocadas muitas marcas da oralidade. Esses exemplos reforçam as relações existentes entre sociedade socioeconomicamente

privilegiada relacionada ao uso da língua padrão; e sociedade com nível socioeconômico menor relacionada à língua mais distante da língua padrão.

O problema da norma não está na aplicação da língua em suas formas, e sim em querer que ela tenha uma forma única de ser propagada, trazendo aos falantes os conceitos do que é certo e do que é errado em seu uso. A oposição existente entre norma culta e norma popular é o que mantem a língua num contínuo curso, separando de um lado o poder formado pelas falas individuais e, de outro, as forças que regulam e nivelam os hábitos linguísticos. Todo esse vai e vem é o que torna a língua cada vez mais viva e heterogênea.

3.3.3 Ensino de língua materna

Dando sequência ao estudo de base Sociolinguística, é conveniente ressaltar que a pesquisa nessa área traz duas contribuições significativas: a primeira é a oportunidade de ter a língua como uma das metas da compreensão da posição social das comunidades. A segunda está vinculada diretamente ao processo de ensino aprendizagem, que pede por mudanças diante da heterogeneidade linguística, mudanças essas, que se iniciam pelo abandono de metodologias tradicionais de ensino e pela aderência a formas que valorizam o repertório linguístico do aluno.

Muito tem se falado sobre a difícil missão do processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Há quem o considere desinteressante, monótono, superficial, dentre outros atributos dados a esse processo. Mas por que ele é considerado assim? Quem são os responsáveis por isso? O que se pode fazer para que ocorra a melhoria no ensino da língua materna?

A língua materna necessita ser vista não como um sistema fechado e único, mas como aberto e proveniente de variadas práticas sociais manifestadas através da fala ou da escrita por indivíduos pertencentes às comunidades linguísticas. Para tanto, deve tomar a linguagem no seu contexto real, ou seja, as relações sociais que se constituem constantemente.

Tendo a língua como sistema heterogêneo, pode-se entender que os usuários, por estarem sempre envolvidos em posições discursivas formais ou informais,

consciente ou inconscientemente monitoradas, formam o conjunto de falantes que interagem socialmente por meio da linguagem.

No ato da fala, o indivíduo adapta o texto às condições apresentadas a ele. Da mesma forma, a escrita também necessita se adaptar conforme a situação discursiva em que vai se apresentar. Ela muda de acordo com o autor que a redige e com o grupo de leitores a quem o texto será destinado. A maneira de escrever uma declaração é bem diferente da de uma poesia ou uma carta de amor. Entender que a escrita é adaptável é, para muitos, bem mais fácil do que perceber que a fala da mesma forma se adapta. Para Preti, essa adaptação acontece da seguinte forma:

> Esse tipo de análise deveria mudar, se nos referíssemos à modalidade escrita da língua. A razão é simples: muda a *situação de interação*. Não temos mais o ouvinte à nossa frente, face a face, com o qual interagimos. Não contamos mais com os recursos entonacionais. Na língua escrita, poderemos até mesmo não saber quem lerá nosso texto e, portanto, só poderemos pressupor suas reações às nossas ideias. Além disso, pensamos para escrever, temos oportunidade de refazer nosso texto, corrigi-lo, reelaborá-lo, o que não ocorre com a fala. Sobre a produção de nossos textos pesa intensamente nossa cultura linguística, nosso nível de escolaridade, nossa leituras, nossos conhecimentos gramaticais, nossa possibilidade de consultar um dicionário. São todos fatores de controle do texto que redigimos. A tendência, pois, é atendermos com mais atenção às normas da linguagem culta escrita, com obediência às regras da gramática tradicional, embora o coloquial possa também fazer parte de nosso estilo. Teorias linguísticas mais recentes procuram ver as duas modalidades de língua como um *continuum*, pois há textos falados (conferências, por exemplo) que se aproximam da escrita, assim como textos escritos que se aproximam da fala (escritos murais, cartas familiares, *cartuns* etc.), o que torna a variação linguística um fenômeno comum às duas modalidades de língua. (PRETI, 2004, p.18)

A língua é o mecanismo essencial no processo de constituição do conhecimento, deve ser ensinada como forma de ampliação das diversas maneiras de sua aplicação, que já é conhecida e empregada pelo aluno na sua variedade de expressão oral. Fica, então, à escola a responsabilidade de ensinar a língua padrão abrangendo suas quatro habilidades: o falar, o escutar, o ler e o escrever. Mas, contrário a isso, Luiz Carlos Travaglia (2000, p.101) aponta que o ensino de língua voltava-se com mais intensidade ao ensino prescritivo, apegando-se às regras gramaticais, que são estabelecidas pela tradição literária, e repetidas ano após ano reforçando que são “certas” e “boas”.

Por outro lado, o autor critica a falta de espaço às atividades de produção e compreensão textual, que auxiliam o aluno a desenvolver a competência comunicativa.

A escola não dando importância e espaço a essas práticas, torna-se responsável pelos sentimentos avessos ao ensino da língua, pois o mesmo não passará de repetições de conteúdos já apresentados em anos anteriores, sem que o aluno perceba na prática o porquê de determinados conteúdos transmitidos, ficando para ele um amontoado de regras gramaticais sem entendimento real do que significam.

A fim de elucidar o processo de ensino da língua materna, é necessário observar alguns aspectos importantes contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), destinados ao ensino de Língua Portuguesa. Primeiramente é relevante situar historicamente o processo de ensino. Os PCN apontam que a partir dos anos de 70, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de melhoria no ensino, discussão essa que centra seu foco no eixo do domínio da leitura e escrita, tida como responsável por grande parte dos casos de repetência. Essa situação ocorre, em especial nas antigas primeiras e quintas séries, primeiramente pela dificuldade que se tinha nos processos de alfabetização, em seguida por não se conseguir que o aluno nesse nível tivesse padrões apropriados para o uso da língua escrita, para que assim pudesse progredir em seus estudos.

No início dos anos 80 houve um avanço no ensino de língua portuguesa. Surgiu a ideia de que os conteúdos aplicados deveriam provir de reflexões sobre seus empregos e suas finalidades. Antes disso, eram abordados sem que houvesse uma fundamentação. Os conteúdos não eram contextualizados, fazendo com que os alunos não conseguissem transportá-los às suas realidades, nem mesmo empregá-los em textos que produzissem. Muitas críticas ao ensino foram feitas, as que mais se destacam são (PCN):

> A desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos; a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto; o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o consequente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente, uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada. (BRASIL, 1997, p.18)

A partir das críticas feitas, viu-se a necessidade de revisão das práticas de ensino que vinham sendo empregadas, dando espaço à reflexão do que podia ser considerado como “erro”, levando-se em conta as variedades linguísticas provindas dos alunos. Anteriormente, não se considerava outra língua além da padrão, que era tida como única. Num retrocesso histórico, pode-se perceber que isso acontecia, pois os alunos que frequentavam a escola eram os de família monetariamente mais abastada, consequentemente, usuários de uma linguagem mais próxima da ensinada na escola, além de participarem de mais atividades que envolvem a linguagem.

Com isso, houve grande mudança no processo de ensino de língua portuguesa, consolidando com práticas de ensino em que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem. Surge, então, o eixo “uso-reflexão-uso”, linguagem essa utilizada em sua função real, a de comunicar algo a alguém, ou seja, o texto propriamente dito, não mais aquele que era escrito com a ideia de educar. Com essa mudança é possível vislumbrar uma melhoria no ensino da língua, já que ele passou a ser real para o aluno que começou a aprendê-la através de atividades práticas e reflexivas. Com isso, a proposta pedagógica passa a ter os seguintes ideais:

> A razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio; a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção; as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos. (BRASIL, 1997, p. 19)

De acordo com Travaglia (2000, p. 107), para que ocorra um efetivo aprendizado da língua, não basta ensinar a gramática e supor que o aluno incorporará esses conhecimentos na prática diária da língua. Mas, para esse aprendizado é preciso que as aulas proporcionem “reflexões sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação do acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição e funcionamento da língua”, dessa forma se trabalha com o que é proposto pelo PCN, pois os três elementos necessários ao ensino estarão envolvidos: o aluno, a língua e o ensino. A língua deve receber um destaque bem amplo. Deve ser abordado como se fala e se escreve fora da escola, em instâncias públicas e em textos que circulam nas sociedades, dessa forma cabe aos professores, ao planejarem suas aulas, contemplar

toda a amplitude do uso da língua, não descartando jamais as variedades linguísticas. Os PCN indicam que:

> As condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas, como a psicologia da aprendizagem, a psicologia cultural e as ciências da linguagem. O avanço dessas ciências possibilita receber contribuições tanto da psicolinguística quanto da Sociolinguística; tanto da pragmática, da gramática textual, da teoria da comunicação, quanto da semiótica, da análise do discurso.
> No que se refere à linguagem oral, algo similar acontece: o avanço no conhecimento das áreas afins torna possível a compreensão do papel da escola no desenvolvimento de uma aprendizagem que tem lugar fora dela. Não se trata de ensinar a falar ou a fala "correta", mas sim as falas adequadas ao contexto de uso. (BRASIL, 1997, p.22)

De acordo com os PCN (p.26), para um efetivo trabalho com a língua portuguesa, há de se derrubar dois mitos: primeiramente, o de que existe uma única forma "certa" de falar, depois, de que a fala é o espelho da escrita, de que para se escrever bem precisa, antes de mais nada, consertar a fala do aluno, fazendo-o se sentir discriminado e levando-o a deduzir que sua comunidade não tem nenhum valor cultural.

Observando a estrutura dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, percebe-se que um dos temas transversais é a pluralidade cultural. Por essa via, todo conhecimento trazido pelo aluno, que é um ser social, deve ser valorizado, incluindo a língua que carrega. A fala, que é a manifestação oral da língua, é tão importante nesse processo que uma das partes dos PCN tem como título "Que fala cabe à escola ensinar", deixando claro que no Brasil muitas são as variedades linguísticas que identificam as pessoas geograficamente e socialmente, o que causa uma certa discriminação e uma ideia de que as línguas de menor prestígio são inferiores e/ou erradas.

Como visto no subtítulo desse capítulo intitulado "Variação linguística", as línguas mudam diante de vários aspectos. Segundo Cagliari (2008, p. 82), a escola quando incorpora um mesmo comportamento preconceituoso diante dos modos de falar de seus alunos, reforça as marcas de prestígio e de estigma que são encontradas na sociedade.

Não admitir o diferente e empregar noções de certo e errado, salienta o quanto a escola quer atender aos alunos de forma geral, sem aceitar as particularidades de cada um. O autor ainda destaca que aceitar o diferente é difícil no momento da avaliação, que em muitos casos só se aceita sim ou não, ou seja, não há uma maleabilidade em muitas das formas empregadas para a avaliação. Dessa forma, a aceitação à variação linguística toma a mesma proporção.

Para que a variação linguística seja aceita, toda a visão e proposta pedagógica da escola deve ser mudada, em especial na disciplina de língua portuguesa. Cagliari (2008, p. 82) salienta que enquanto as escolas não mudam suas propostas, "os professores mais esclarecidos deveriam pelo menos discutir o problema da variação linguística com seus alunos e mostrar-lhes como os diferentes dialetos são, por que são diferentes, o que isso representa em termos das estruturas linguísticas das línguas", e além dos aspectos referentes à língua, deve-se ressaltar como a sociedade considera a variação linguística, seus preconceitos e o efeito disso no cotidiano de cada pessoa.

Para o autor, "a escola deve respeitar os dialetos, entendê-los e até mesmo ensinar como essas variedades da língua funcionam comparando-as entre si; entre eles deve estar incluído o próprio dialeto de prestígio, em condições de igualdade linguística". As práticas pedagógias que enfocam o ensino democrático e consideram a língua falada como elemento essencial para o ensino, não podem descartar as variedades da língua, já que o aluno, em sua vivência diária, percebe o quão diferente as pessoas falam.

Cagliari (2008, p. 83) destaca que a escola precisa expor para os educandos "que a sociedade atribui valores sociais diferentes aos diferentes modos de falar a língua e que esses valores, embora se baseiem em preconceitos e falsas interpretações do certo e errado linguístico, têm consequências econômicas, políticas e sociais muito sérias para as pessoas". A forma de se evitar esses problemas está na forma que se aprende a língua, para Cagliari:

> Aprender português (...) não é só aprender como a língua (e suas variedades) funciona, mas também estuda ao máximo os usos linguísticos; e isso não significa só aprender a ler e a escrever, mas inclui ainda a formação para aprender e usar variedades linguísticas diferentes, sobretudo o dialeto-padrão. A escola dessa forma não só ensinaria português como desempenharia ainda o

> papel imprescindível de promover socialmente os menos favorecidos pela sociedade. (CAGLIARI, 2008 p. 83)

Essas condições de adequação à língua visam que o aluno possa frequentar todos os ambientes sem que sofra preconceito linguístico. Ao se tratar de ensino de jovens e adultos, isso se torna ainda mais relevante, já que, de acordo Cagliari (2008, p. 83) “se alguém aspira a um emprego em que se lide com o público, sobretudo envolvendo as classes sociais mais altas, só obterá se for falante do dialeto dessas mesmas classes”. Somente na escola é que o aluno poderá treinar a fala em condições formais, por meio de simulações de situações reais da língua. Portanto, cabe a ela a função de preparar o aluno para perceber que a adequação à língua oral é necessária para ser melhor aceito em determinados grupos sociais.

Após terem sido expostos assuntos embasadores do ensino da língua portuguesa, que aceita as variante linguísticas de seus alunos, ainda fica uma pergunta: será que a a escola é totalmente autônoma para a escolha de métodos de ensino e avaliação? Para responder a essa pergunta vê-se a necessidade de analisar as diretrizes que regulam a Educação de Jovens e Adultos a fim de verificar o que determinam para a EJA.

CAPÍTULO III

4 POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ENFOQUE AOS ASPECTOS DA SOCIOLINGUÍSTICA

Após reflexões dos elementos essenciais ao ensino de língua portuguesa, associado a fatores sociolinguísticos destacados no segundo capítulo deste trabalho de pesquisa, este capítulo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo os seguintes documentos que a regulam: Constituição da República Federativa do Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, Parecer CNE/CEB 11/2000, Plano Nacional de Educação, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos e Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, principalmente no enfoque dado ao ensino da língua portuguesa composto por aspectos voltados à Sociolinguística, ou seja, à língua, à cultura e à sociedade. O objetivo desse capítulo é subsidiar a análise do livro didático "Por uma Vida Melhor", responsável pela discussão sobre a variação linguística, tema central desse trabalho de pesquisa.

A EJA é uma categoria de ensino múltipla por atender jovens, adultos e idosos, formando turmas heterogêneas, por serem compostas por alunos de diferentes idades, de diferentes experiências de vida e tempo variado em que ficaram longe da escola. Por esse motivo, é comum acontecerem conflitos de interesses, causando, por vezes, um relacionamento turbulento entre os colegas de classe que precisam aprender com uma única metodologia de ensino. Sendo assim, o professor tem papel importante como mediador, pois é o responsável por valorizar os saberes que cada um dos seus alunos tem. Sobre a atuação do professor, Paulo Freire afirma:

> Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei dever ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos. (FREIRE, 1996, p.64)

Por muito tempo não se tinha esse olhar para os alunos da EJA: esta modalidade ela era compreendida de forma limitada, bastando a transmissão de poucos conhecimentos e o ingresso do aluno na cultura letrada. Porém, como as transformações políticas, sociais e econômicas estão presentes em todas as sociedades, essa forma de ensino precisou se adaptar para atender as diferentes necessidades e interesses dos grupos que dela se utilizam.

Um dos programas de alfabetização, lançado pelo Congresso Nacional, que teve grande repercussão em 1967 sob a Lei nº 5.379, que tinha como objetivo central prover a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Convém lembrar, que nessa época a nação estava sob regime militar, a sociedade brasileira era marcada pelo autoritarismo e pelas classes hierarquicamente marcadas. Foi um movimento de alfabetização em massa, porém, não se tinha muito o cuidado com a metodologia empregada. O Artigo 2º dessa Lei propunha:

> Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação (BRASIL, 1967).

Por mais que não houvesse a preocupação com a metodologia empregada e que, qualquer pessoa com boa vontade pudesse participar do processo de alfabetização de quem não teve a oportunidade de frequentar a escola na idade certa, já se via um ideal de cidadania, de aceitação das diversidades e de uma tentativa de superação das desigualdades sociais.

A partir de 1988, ano em que foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, a educação de jovens e adultos foi garantida, a fim de atender aqueles que não tiveram condições de frequentar o ensino regular, cumprindo com o que é proposto no Capítulo II dessa lei, com o título – Dos direitos sociais - Art. 6º, em que são afirmados os “direitos sociais a educação”, bem como outros proventos necessários às condições básicas de vida. Ainda nesse documento se verifica os seguintes direitos:

DA UNIÃO

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V- proporcionar os meios de **acesso à cultura, à educação e à ciência**[23]; (vide art.212)
> DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
> Seção I – Da Educação
> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II. **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar** e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III. **pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas**[24], e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
> I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988)

O Artigo 214 da Constituição merece destaque, pois prevê o Plano Nacional de Educação com duração plurianual[25], visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis. Ao poder público fica a competência de ações para a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país. Assim, estão presentes alguns dos elementos principais defendidos pela Sociolinguística: a língua, a cultura e a sociedade. De forma geral, é pretendido nele o trabalho com a língua, para a erradicação do analfabetismo, e a formação sociocultural por meio da preparação do indivíduo para o trabalho, que contribui para a sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96 – ou também mencionada como LDB, estabelece a EJA como modalidade específica da educação básica. A Seção V dessa Lei, é composta por dois artigos que se ocupam da Educação de Jovens e Adultos, essa lei foi responsável por substituir a nomenclatura dada a esse nível de ensino, que anteriormente era chamado de ensino supletivo, deixando o termo atual mais abrangente. A palavra educação envolve saberes maiores

---

[23] Grifo da autora desse trabalho de pesquisa.
[24] Grifos da autora deste trabalho de pesquisa.
[25] "Plurianual: que dura ou vale por vários anos. O Plano Nacional de Educação determina o período de dez anos.". Disponível em: <http://www.dicio.com.br/plurianual/>. Acesso em: 16/05/2013.

que a palavra ensino, essa por vezes é compreendida apenas como a transmissão de conteúdos.

O Artigo 37 garante a EJA para os alunos do ensino fundamental e médio que não tiveram acesso à educação na idade própria, garantindo gratuidade a esse nível de ensino, acesso e permanência do trabalhador na escola. Para isso o governo estimulará ações integradas e complementares, pois a EJA deve, se possível, articular-se com a educação profissional. O artigo 38 regulamenta os cursos e exames para essa modalidade a fim de ter uma base nacional comum de currículo. Também determina a idade de maiores de quinze anos para ingressar no programa de conclusão do ensino fundamental, e maiores de dezoito, para o ensino médio. Caso o aluno perceba estar apto no domínio de alguns conhecimentos, até mesmo de modo informal, poderá ser avaliado por meio de exames próprios.

Nesse mesmo documento aparece o enfoque à formação do profissional da EJA. Quanto mais bem preparado ele for, mais efetivos serão os trabalhos que as políticas públicas propõem. Assim destaca-se:

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)
> § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).
> § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (BRASIL, 1996)

A formação inicial e continuada é considerada pela LDB direito de todos os profissionais que atuam nos estabelecimentos de ensino sendo uma apreensão revelada nas reformas praticadas na política de formação docente, uma vez que não só possibilita o progresso na qualificação e competência dos profissionais, mas também permite investigações e debates acerca do desenvolvimento dos professores.

No ano de 1997 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a fim de sugerir às escolas tanto públicas, quanto privadas, metodologias inovadoras para

a época, pois se vinha empregando, com frequência, ainda a pedagogia tradicional. O encaminhamento dado à educação é voltado para a busca da autonomia e da cidadania. Essa ideia inovadora da metodologia e dos objetivos gerais da educação já aparece explícita no início do primeiro livro dos PCN, chamado “Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

A coletânea referente aos PCN, em especial o de língua portuguesa, tem destaque nesta pesquisa, porque é nele que aparecem pela primeira vez apontamentos sobre assuntos referentes aos princípios da Sociolinguística, a variação linguística e o preconceito linguístico, por exemplo.

Os PCN determinam, como objetivos gerais, a compreensão da cidadania como participação social e política; o diálogo como forma de interação para mediação de conflitos; o conhecimento das características do Brasil, a fim de levar o aluno a construir a noção de identidade nacional; o conhecimento e valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural, para poder se posicionar contra qualquer discriminação proveniente das diferenças culturais; a percepção de ser responsável pelo ambiente e por sua melhoria; o desenvolvimento do sentimento de confiança em suas capacidades gerais para exercer seus direitos e deveres de cidadão; o conhecimento do seu corpo e de atitudes benéficas a ele; a utilização das diversas linguagens para produzir, expressar e comunicar suas ideias em diferentes situações de comunicação; o conhecimento para usar diferentes recursos tecnológicos como fonte de informação e de construção do conhecimento; o questionamento da realidade com a formulação de problemas para conseguir resolvê-los através do pensamento lógico, da criatividade, da intuição e da capacidade de análise crítica.

Para que os objetivos gerais do ensino básico sejam alcançados nas diversas áreas de conhecimento, o trabalho deve ser norteado por temas transversais, que são: ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo. Sendo a EJA considerada uma modalidade da educação básica, os PCN também tem a função de orientar o processo de ensino e aprendizagem. A partir deste momento, falar-se-á sobre os PCN da língua portuguesa, pois é onde se encontram melhores explicações aos aspectos referentes à Sociolinguística.

Ainda na introdução do PCN de língua portuguesa, há apontamentos sobre o processo histórico do ensino da língua. Ele era baseado anteriormente em assuntos que não retratavam situações reais e sociais da língua, o que acabava gerando desinteresse e desmotivação ao aluno, que via cada vez mais diferença entre a língua real, oral ou escrita, e a ensinada na escola. Com o enfoque dado ao ensino da língua partindo do texto real, oral ou escrito, e voltando a ele da mesma forma, afirma-se nos PCN:

> As condições atuais permitem repensar sobre o ensino da leitura e da escrita considerando não só o conhecimento didático acumulado, mas também as contribuições de outras áreas, como a psicologia da aprendizagem, a psicologia cultural e as ciências da linguagem. O avanço dessas ciências possibilita receber contribuições tanto da psicolinguística quanto da Sociolinguística; tanto da pragmática, da gramática textual, da teoria da comunicação, quanto da semiótica, da análise do discurso. (BRASIL, 1997, p.20)

Dando sequência à ideia apresentada sobre o domínio da leitura e da escrita, os PCN evidenciam a questão do trabalho com as variações linguísticas, que fora ignorada completamente até sua elaboração e é o principal objeto de estudo desta pesquisa. Diz-se:

> No que se refere à linguagem oral, algo similar acontece: o avanço no conhecimento das áreas afins torna possível a compreensão do papel da escola no desenvolvimento de uma aprendizagem que tem lugar fora dela. Não se trata de ensinar a falar ou a fala "correta", mas sim as falas adequadas ao contexto de uso. (BRASIL, 1997, p. 20)

O domínio da língua é tido como possibilidade para participação social, pois, só assim o homem tem acesso às informações, pode defender seus pontos de vista, constrói seus conhecimentos e os compartilha. Para isso, a função da escola deve ser a de "garantir aos alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos" (BRASIL, 1997, p.21).

Também se afirma que a linguagem, ação interindividual com finalidades distintas, se realiza através do processo de interlocução nos diferentes grupos de uma sociedade e em diversos momentos da história, em bares, igrejas, listas de compras, cartas, etc. Mas em cada uma dessas situações ela vai depender de quem a está propagando, do assunto e do momento histórico. Sendo assim, a língua:

> (...) é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.
> A linguagem verbal possibilita ao homem representar a realidade física e social e, desde o momento em que é aprendida, conserva um vínculo muito estreito com o pensamento. Possibilita não só a representação e a regulação do pensamento e da ação, próprios e alheios, mas, também, comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas e, desse modo, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes.
> [...] as escolhas feitas ao dizer, ao produzir um discurso, não são aleatórias — ainda que possam ser inconscientes —, mas decorrentes das condições em que esse discurso é realizado. Quer dizer: quando se interage verbalmente com alguém, o discurso se organiza a partir dos conhecimentos que se acredita que o interlocutor possua sobre o assunto, do que se supõe serem suas opiniões e convicções, simpatias e antipatias, da relação de afinidade e do grau de familiaridade que se tem, da posição social e hierárquica que se ocupa em relação a ele e vice-versa. Isso tudo pode determinar as escolhas que serão feitas com relação ao gênero no qual o discurso se realizará, à seleção de procedimentos de estruturação e, também, à seleção de recursos linguísticos. (BRASIL, 1997, p.22)

Os PCN defendem que o ensino da língua depende de três variáveis: o aluno, a língua e o ensino. O segundo elemento é considerado “tal como se fala e se escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente” (1997, p. 25). Essa será aprendida através da interação entre o aluno e o objeto de estudo, com a mediação do professor, responsável em propor reflexões e ações sobre a língua.

Um dos assuntos relevantes a esta pesquisa, que é levantado pelos PCN, é “Que fala cabe à escola ensinar?”. Nesse item, primeiramente, afirma-se que no Brasil há muitas variedades linguísticas, provenientes de uma mesma língua, as quais classificam as pessoas quanto a sua origem geográfica e social. Destaca-se que as variedades de menor prestígio acabam sendo rotuladas como inferiores ou erradas. Diante disto, aponta-se:

> O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1997, p.26)

Ao continuar a explanação sobre as variedades lingüísticas, certifica-se que ao considerar as duas hipóteses apontadas como verdadeiras, a de que existe uma única forma correta de falar, e de que a escrita é o espelho da fala, pratica-se uma "mutilação cultural". Ao desvalorizar a maneira de falar do aluno, se está definindo, intrinsecamente, sua comunidade como formada por pessoas incapazes. E ao considerar a segunda ideia como verdadeira, demonstra-se desconhecimento total em relação à escrita, já que nenhuma variedade da oralidade pode ser considerada perfeita para ser reproduzida pela escrita.

A respeito do trabalho com a língua oral, os PCN afirmam:

> A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997, p.26)

Em relação à língua oral, os PCN ressaltam que ela é usada por diversas instituições sociais e que cada uma delas, bem como cada um dos seus membros, a empregam de diferentes formas. A orientação dada às escolas para mediar essa situação é a de que se promovam situações em que o aluno precise adequar a fala a padrões formais como entrevistas, apresentação de seminários, dramatizações, etc. Reforça-se ainda que o aluno seja obrigado a adaptar a fala pelo simples fato de estar na escola, mas não é por isso que a oralidade deve deixar de ser trabalhada. Se a escola não promover esse treino da adequação à língua formal, provavelmente o aluno não encontre outro ambiente para fazê-lo.

Estes trabalhos são essenciais para que o aluno consiga atingir os objetivos propostos pelos PCN através do ensino da língua portuguesa:

> - utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
> - conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado;

- compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia;
- expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos — tanto orais como escritos — coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados. (BRASIL, 1997, p.33)

Após alguns anos do lançamento dos PCN, que contribuíram para a educação básica de forma geral, foram lançadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que estão expostas na Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. O Artigo 1º apresenta de modo geral o que ela propõe. Tem-se:

> Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação. (BRASIL, 2000)

O Artigo 5º determina que as propostas curriculares da EJA obedeçam aos princípios, objetivos e às diretrizes curriculares formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha essa Resolução. O parágrafo único que segue esse artigo reforça que a EJA é uma modalidade da educação básica de ensino. Como tal, apresenta uma identidade própria considerando “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio”.

Para que o trabalho com a EJA seja eficaz, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, assim como demais documentos das políticas públicas nacionais, apontam no Artigo 17 a necessidade da formação continuada dos profissionais que atuam com essa modalidade de ensino. Com efeito, determina que a formação de professores seja apoiada em:

> I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;
> II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas;
> III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;
> IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (BRASIL, 2000)

O inciso IV acima citado empregou o termo “linguagens”, diferentemente do que é comum se ver em grande parte dos livros didáticos, que, normalmente, trazem exemplos da gramática normativa, a gramática responsável pelas normas, regras da língua, não dando espaço para que se trabalhe com as diversas linguagens nas aulas de Língua Portuguesa.

Para que o profissional atuante na EJA consiga trabalhar com o que é proposto há a necessidade de uma prática pedagógica transformadora, abrangendo duas dimensões de atuação profissional do educador que necessitam estar presentes, a prática e a teórica. É a partir da reflexão que o aluno compreenderá a necessidade da aquisição da língua-padrão tanto na fala quanto na escrita: também perceberá que as variações linguísticas são autênticas e fazem parte da cultura e da história de todo indivíduo e comunidade.

De acordo com o Parecer CNE/CEB 11/2000, o ensino da EJA tem três funções, reparadora, equalizadora, permanente ou qualificadora. Pela primeira a nação repara uma dívida social com as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa. “Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea”. Cumprir essa primeira função significa não só garantir “a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano”. Para que os educandos tenham condições de aperfeiçoarem a criticidade, construírem ou reconstruírem atitudes éticas e compromisso político, primeiramente a educação deve promover um ensino em que o aluno possa ressignificar sua vida, começando pelo respeito aos conhecimentos adquiridos a partir da experiência vivida:

> A função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em

> função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. (Parecer CNE/CEB 11/2000)

Ainda se afirma que a função reparadora não significa somente a entrada a uma escola de qualidade que proporciona ao aluno estar no "circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado", mas o reconhecimento de igualdade e "o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante". Porém há de se ter o cuidado em não deturpar a ideia de reparação com a de suprimento. Para reparar o dano causado são ofertadas condições para que o indivíduo possa progredir nos quesitos que foram prejudicados no decorrer do tempo, e, progredindo, ele supera por condições próprias as suas dificuldades. Diferentemente da ideia de suprir, que é dar a ele o que lhe falta, normalmente produtos básicos, para a sua subsistência.

O texto que trata sobre a função reparadora menciona o Parecer CNE/CEB nº 4/98, que diz:

> Nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história. (BRASIL, 2000)

A segunda função da EJA é a função equalizadora, que visa à inserção no trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação aos trabalhadores, donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados, que por vários motivos tiveram sua vida escolar interrompida. No Parecer CNE/CEB 11/2000 (p.10) é citado Aristóteles, segundo o qual "a equidade é a retificação da lei onde esta se revela insuficiente pelo seu caráter universal". Para isso, é necessário lembrar que o jovem e o adulto são, em sua maioria, trabalhadores, que, por vezes, encontram instabilidade em seus empregos e no seu cotidiano pela falta que essa formação lhes causa.

A escola tem a função de focar uma educação centrada no aluno para motivar seus interesses, capacidades e objetivos, visando à transformação do cidadão e o integrando em sua comunidade. O aluno precisa, através do que aprende na escola, fazer a ligação entre o saber, os meios utilizados para a sua sobrevivência e as

relações sociais que o cercam. Essa função complementa o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - 9394, de 20 de dezembro de 1996, no Título primeiro, Art. 1º, Parágrafo 2º "A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social". O Parecer CNE/CEB 11/2000 cita o Parecer CNE/CEB nº 15/98, que enfatiza que os alunos da EJA:

> ...são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub – representados nessa etapa da escolaridade. (BRASIL, 2000, p.09)

Os alunos que não foram favorecidos diante de seu direito de acesso e permanência na escola devem, na EJA, receber maiores oportunidades que os demais alunos da Educação Básica CNE/CEB 11/2000 (p.10) na "busca de restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade". Na tentativa de estabelecer um melhor conceito para o termo igualdade, é mencionado Bobbio (1996):

> Mas não é supérfluo, ao contrário, chamar atenção para o fato de que, precisamente a fim de colocar indivíduos desiguais por nascimento nas mesmas condições de partida, pode ser necessário favorecer os mais pobres e desfavorecer os mais ricos, isto é introduzir artificialmente, ou imperativamente, discriminações que de outro modo não existiriam... Desse modo, uma desigualdade torna-se instrumento de igualdade pelo simples motivo de que corrige uma desigualdade anterior: a nova igualdade é o resultado da equiparação de duas desigualdades. CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000, p.10)

A EJA simboliza um comprometimento de efetuar uma jornada de desenvolvimento às pessoas de toda e qualquer idade. O convívio entre essa hegemonia de idades proporciona uma atualização de conhecimento, de cultura e de ideais de trabalho por meio de trocas de experiências entre adolescentes, jovens, adultos e idosos. Além de oportunizar qualificação de vida a todos os envolvidos nesse processo, inclusive para os idosos, que se sentem muito valorizados quando suas experiências de vida podem ensinar às gerações mais novas.

Esta intenção de proporcionar aos alunos uma formação continuada gera a terceira função que é chamada de função permanente ou qualificadora. Sua finalidade é

propiciar a todos a atualização de conhecimento. O Parecer CNE/CEB 11/2000 (p.11) afirma que “mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA”. Seu embasamento é dado pela consideração que a natureza cognitiva do indivíduo é incompleta e que o ser humano necessita adequar-se e atualizar-se tanto nas áreas da educação, quanto nas áreas sociais. O Parecer, portanto, faz um apelo para que aconteça “a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade”.

A ideia de continuidade é complementada com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional -LDB, Título segundo, Art. 2º, estabelece que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação permanente nas sociedades modernas entendem os saberes de forma integrada.

Para uma educação constante, que realmente supra às necessidades das sociedades modernas tem de se aceitar que os conhecimentos devem ser apresentados e estimulados levando o aluno a ligá-los a demais saberes já existentes e assim poder desenvolver conceitos e aprendizagens mais significativas. O Parecer CNE/CEB 11/2000 destaca:

> Na base da expressão *potencial humano* sempre esteve o poder se qualificar, se requalificar e descobrir novos campos de atuação como realização de si. Uma oportunidade pode ser a abertura para a emergência de um artista, de um intelectual ou da descoberta de uma vocação pessoal. A realização da pessoa não é um universo fechado e acabado. A função qualificadora, quando ativada, pode ser o caminho destas descobertas. (BRASIL, 2000, p.11)

Esse mesmo documento que regulariza a Educação de Jovens e Adultos também expõe:

> A função qualificadora é também um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de **material didático**[26] que seja permanente enquanto processo, mutável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de e no acesso a meios eletrônicos da comunicação. (BRASIL, 2000, p.12)

[26] Grifo feito pela autora deste trabalho de pesquisa.

Outra menção importante que o Parecer CNE/CEB 11/2000 cita, diz respeito à oralidade, habilidade primordial para qualquer relação entre membros de uma sociedade. Segundo Camacho (apud MUSSALIM, 2001, p.50), o que a sociolinguística faz é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares. Por isso no Parecer CNE/CEB 11/2000, aponta:

> Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vocacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancioneiro regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena. (BRASIL, 2000, p.5)

Sobre a importância com o trabalho com a língua oral e escrita, Vera Masagão Ribeiro destaca:

> A democratização de um sistema simples de escrita como o alfabético rompeu o domínio oligárquico que caracterizou as primeiras sociedades que utilizaram sistemas escritos, mas gerou uma complexa escala de distinções sociais, segundo a qual as pessoas podem ler ou não podem. Essa fonte de estratificação social é ainda alimentada pela inevitável tensão entre a tradição oral – que mesmos nas sociedades com escrita continua sendo a modalidade pela qual se realiza a socialização primária dos indivíduos no âmbito familiar e comunitário – e a tradição escrita que a escola tem como encargo disseminar, gerando descontinuidades mais difíceis de serem separadas por estudantes oriundos de grupos primários menos letrados. Além disso, os autores destacam o fato de que a cultura escrita se dissemina tão forçosa e uniformemente quanto a oral, por serem a leitura e a escrita normalmente atividades solitárias, que mais podem ser evitadas. (RIBEIRO, 1999, p.23)

Sendo assim, não se pode mais conceber o estudo de nenhuma sociedade afastada desses domínios, e esta é a função da sociolinguística, compreender todos os acontecimentos culturais e todas as ideologias das sociedades, através dos domínios referentes à língua.

No Título terceiro – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, da LDB no Art. 4º, VII – se afirma a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades,

garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola". Atualmente para garantir uma metodologia eficaz que não desmotive o aluno e o leve a evadir da escola novamente, é recomendável proporcionar diálogo entre educandos e educadores, exigindo deste, atenção às práticas discursivas que intermediam o indivíduo e a realidade. Através da fala, da escrita e da leitura, instigando-os com reflexões e questionamentos sobre os saberes destacados, há uma possibilidade maior do aluno se inserir numa sociedade, que o Parecer CNE/CEB 11/2000 menciona:

> Igualmente deve-se considerar a riqueza das manifestações cujas expressões artísticas vão da cozinha ao trabalho em madeira e pedra, entre outras, atestam habilidades e competências insuspeitas. De todo modo, o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena. (BRASIL, 1996, p.6)

O Parecer acima citado reforça a importância do ingresso do aluno ao mundo letrado e o domínio do mesmo para que se possam ter as mesmas oportunidades que os demais participantes da sociedade.

No Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, Parte III – Da modalidade de ensino – o item 5 é destinado à Educação de Jovens e Adultos, entendendo que um grande número de pessoas não teve acesso ao ensino na idade certa. Em 2001, ano em que a lei foi aprovada, eram dezesseis milhões de brasileiros maiores de quinze anos analfabetos.

Diante de tal realidade, o Plano Nacional de Educação aceita como premissa a necessidade de adaptação do ensino para o aluno da EJA, já que considera o desenvolvimento como primordial para encarar as transformações sociais. Para tal, a metodologia de ensino teve de ser adaptada, já que não se deve mais empregar uma concepção tradicional da educação de jovens e adultos, que tinha o professor como detentor da sabedoria e os conhecimentos dos alunos provindos de suas vivências fora da escola, não eram relevantes.

Muitas das contribuições nas mudanças ocorridas à EJA se devem a Paulo Freire. Ele deixou um patrimônio de ideias e concepções para a educação, para a

cultura e para a cidadania que estão nos meios mais usados da nossa época, não por simples modismo, mas pela sua sensibilidade e genialidade de oposição à exclusão das massas, que se constituem em conceitos criadores nesse quesito. Segundo Freire:

> É possível vida sem sonho, mas não existência humana e História sem sonho. A dimensão global da Educação Popular contribui ainda para que a compreensão geral do ser humano em torno de si como ser social seja menos monolítica e mais pluralista, seja menos uni direcionada e mais aberta à discussão democrática de pressuposições básicas da existência. Esta vem sendo uma preocupação que me tem tomado todo, sempre – a de me entregar a uma prática educativa e a uma reflexão pedagógicas fundadas ambas no sonho por um mundo menos malvado, menos feio, menos autoritário, mais democrático, mais humano. (FREIRE, 2001, p.17)

Um pouco antes do lançamento do PNE, Paulo Freire já demonstrava intranquilidade com respeito ao ensino dado a jovens e adultos, pois acreditava em uma prática pedagógica focada na compreensão e no respeito à pessoa e aos saberes que a cotidianidade lhe concede, portanto as relações existentes entre a clientela da EJA, o ensino e o professor eram imprescindíveis.

O Plano esclarece que os alunos da EJA correspondem a uma quantidade numerosa e heterogênea tanto a respeito das idades, quanto dos interesses e práticas sociais. Por isso são necessários programas próprios para essa modalidade, assim, destaca-se que “é necessária, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente”. Não se pode pensar no aluno da EJA como se pensa em uma criança que é alfabetizada na idade certa, por isso a elaboração de materiais didáticos específicos para essa clientela é primordial ao processo de ensino-aprendizagem.

Os oito anos de estudo devem ser ampliados gradativamente, e os alunos que concluírem o equivalente ao ensino fundamental devem ter acesso ao ensino médio. Para que isso seja possível, o poder público deve financiar o ensino, mas conta com o auxílio de outras instituições como “universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações da sociedade civil em geral devem ser agentes dessa ampla mobilização”.

A fim de promover uma educação continuada que prepare o aluno ao mercado de trabalho, fazendo a integração da educação profissional à educação básica,

portanto, desenvolvendo tanto o lado manual, quanto o intelectual dos alunos e ampliando a perspectiva criadora e não alienante, o Governo Federal lançou, em 2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), sob o Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, que logo fora substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Desta forma, a EJA pode ser integrada ao PROEJA oferecendo oportunidade de estudo do Ensino Médio, para os alunos que não o fizeram na idade certa, vinculando os conhecimentos desta fase do ensino às habilidades da educação profissional.

O Plano Nacional de Educação ainda propõe vinte e seis objetivos e metas a serem atingidos para os dez anos de vigência. O primeiro a ser mencionado é a erradicação do analfabetismo, que buscará atender, no período de dez anos, 10 milhões de jovens e adultos que ainda encontram-se sem os domínios da leitura e da escrita.

Dos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Educação os que se referem à Educação de Jovens e Adultos são:

> 5. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de **material didático-pedagógico, adequado à clientela**[27], para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.
> 12. Elaborar, no prazo de um ano, parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.
> 15. Sempre que possível, associar ao ensino fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.
> 22. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.
> 24. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.
> 25. Observar, no que diz respeito à educação de jovens e adultos, as metas estabelecidas para o ensino fundamental, formação dos professores, educação a distância, financiamento e gestão, educação tecnológica, formação profissional e educação indígena.
> 26. Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica. (BRASIL, 2001)

[27] Grifo da autora deste trabalho de pesquisa.

Outro meio oficial que se adéqua com os princípios da sociolinguística é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)[28], lançado em outubro de 2004 sob a Portaria Nº 3.415. É uma avaliação ofertada para as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. Ela tem como objetivo principal "construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros".

Podem realizar esta avaliação todas as pessoas que tiverem interesse, pois além de diagnosticar a educação básica brasileira, ela dá a possibilidade ao candidato de eliminar disciplinas, caso ela tenha tido um bom resultado nela. O ENCCEJA é direcionado para as pessoas que não concluíram o ensino fundamental, pois o ensino médio é avaliado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No endereço eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os interessados em realizar a avaliação, têm acesso a materiais de estudo divididos em quatro volumes, que contemplam as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia, Ciências. Também no mesmo endereço é possível consultar o material do professor que traz os objetivos e conteúdos das atividades contidas no livro do aluno. Todo o material adota o que é proposto pelos PCN.

No índice de competências necessárias ao aluno para desenvolver as atividades de Língua Portuguesa que se referem à sociolinguística, tem:

> Reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social e as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito linguístico.
> Identificar, em textos de diferentes gêneros, as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro (situações de formalidade e coloquialidade).
> Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas (fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas) que singularizam as diferentes variedades sociais, regionais e de registro.

---

[28] A sua estruturação foi delegada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep e a sua Diretoria de Avaliação da Educação Básica – INEP/ DAEB, pela Portaria MEC nº 3.415, de 21/10/2004 e pelo Parecer CEB/CNE nº 19/2005 http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_148.php. Acesso em 27/01/2013.

> Reconhecer no texto a variedade linguística adequada ao contexto de interlocução.
> Comparar diferentes variedades linguísticas, verificando sua adequação em diferentes situações de interlocução.
> Identificar a relação entre preconceitos sociais e usos linguísticos.[29]

No livro do aluno o sétimo capítulo intitulado "Os tons e mil tons do português do Brasil" emprega com bastante afinco as questões voltadas à sociolinguística. Em seu início tem-se:

> Neste capítulo, você vai refletir sobre o mito de que aqui, no Brasil, se fala uma única língua. Vai discutir, também, sobre dois outros mitos: o de que há uma única maneira certa de falar e de escrever, e o de que o brasileiro não sabe falar sua língua materna.
> Refletir sobre essa questão é muito importante para combater um certo tipo de preconceito que acaba impedindo muitos brasileiros de exporem suas ideias.
> Vamos estudar como as línguas variam e por que essa variação não é nenhum defeito. Durante o trabalho, você vai ler e produzir textos de diferentes tipos, vai descobrir caminhos para, aos poucos, dominar mais ferramentas, que ajudem a ajustar seu texto às exigências da situação comunicativa, também em relação ao domínio da norma de prestígio.
> Esperamos que você realize um bom trabalho![30]

Nas orientações dadas ao professor a esse mesmo capítulo, primeiramente pede-se para que se reconheça e valorize a linguagem do grupo social a qual pertença, bem como as demais variedades da Língua Portuguesa, tentando, com isso combater o preconceito linguístico. Em seguida destacam-se algumas considerações sobre as variações lingüísticas, como:

> Independentemente de sua escolaridade, qualquer brasileiro, se for um falante de português, sabe português. Por estar inserido em uma comunidade de falantes, já sabe pelo menos uma de suas variedades. Certamente, ele é capaz de perceber que as formas da língua apresentam variações e que determinadas expressões ou modos de dizer podem ser apropriados para certas circunstâncias, mas não para outras.
> Sabe, por exemplo, que existem formas mais ou menos delicadas de se dirigir a alguém, falas mais cuidadas e refletidas, falas cerimoniosas. Pode ser que saiba, inclusive, que certos falares são discriminados e, eventualmente, até ter vivido esta experiência.
> Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades

---

[29] http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/matriz_competencia/Mat_LP_EF%20(1).pdf. Acesso em 20/05/2013.

[30] http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/material_estudo/livro_estudante/lingua_portuguesa.pdf. Acesso em 20/05/2013.

> linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções. Além disso, os padrões próprios da tradição escrita não são os mesmos que os padrões de uso oral, ainda que haja situações de fala orientadas pela escrita.
> Por isso mesmo, o preconceito linguístico como qualquer outro preconceito, deve ser combatido com vigor e energia. É importante que o estudante, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana.[31]

Continuando as orientações ao mesmo capítulo, tem-se:

> O que seu aluno vai encontrar no capítulo?
> 1. As muitas línguas do Brasil.
> 2. Como as línguas variam?
> • As línguas mudam de um tempo para outro.
> • As línguas variam de um lugar para outro.
> • As pessoas que vivem em um mesmo lugar não falam a língua do mesmo jeito.
> • Dependendo da situação, uma pessoa varia seu modo de falar.
> • Cada ciência e cada profissão têm o seu jeito próprio de falar.
> • As pessoas não escrevem do jeito que falam: a ortografia.
> • As pessoas não escrevem do jeito que falam: a organização do texto.
> 3. De olho nas pistas da variação:
> • As diferentes pronúncias.
> • Os diferentes empregos de palavras.
> • As diferentes maneiras de organizar as palavras na frase.
> • As diferentes lógicas da concordância.
> 4. É preciso aprender a variedade de prestígio? (*ibid.*)

Nesse mesmo material destaca-se que a variação linguística se encarrega de uma função fundamental para o desenvolvimento da consciência linguística e da competência discursiva do discente e são sugeridas atividades para desempenhar tais habilidades.

O Plano Nacional de Educação tem duração de dez anos, de 2001 a 2011, portanto em dezembro de 2010 foi enviado ao Congresso Nacional um novo Plano Nacional de Educação para vigorar de 2011 a 2020, composto por dez diretrizes e vinte metas. Como o livro didático “Por uma vida melhor”, que foi analisado no segundo capítulo desse trabalho de pesquisa, foi publicado em 2009, o Plano em vigor era o da Lei nº 10.172/2001, porém salienta-se na observação do novo Plano Nacional de Educação que a EJA tem mais relevância que no antigo. A ênfase para a erradicação

---

31 http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/material_estudo/livro_estudante/lingua_portuguesa.pdf. Acesso em 21/05/2013.

do analfabetismo é grande, ocupa lugar no primeiro item das diretrizes do Projeto de Lei nº 8.035 de 2010, correspondente ao PNE – 2011/2020.

Das vinte metas, três são referentes a essa modalidade de ensino, em especial a aspectos relevantes a essa análise, cada uma delas com estratégias específicas para alcançar o que a meta propõe. São elas:

> Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
> Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
> Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (BRASIL, 2010)

Na Meta 10 do Plano Nacional de Educação, no item 10.5 consta: "Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional". Esses elementos expostos na meta citada, são fundamentais para que o aluno alcance o que é proposto nas demais metas, para tanto, há de se ter zelo com a elaboração de material didático específico à EJA, essa preocupação aparece mais explicitamente no PNE atual do que no antigo.

Outro apontamento feito em relação a materiais didáticos adequados à EJA é visto no "Documento Base Nacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade" que ressalta a importância de:

> Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de estratégias didático pedagógicas, como já tratado anteriormente. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos da EJA. Por fim, precisa apresentar condições materiais concretas para sua sustentabilidade, o que representa ter uma estratégia coerente de gestão, de recursos financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA.[32]

[32] http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sudest.pdf. Acesso em 21/05/2013.

Para atender a essa determinação quanto à formação do profissional da educação, há de se considerar que em todas as escolas há a presença de pedagogos orientando o trabalho pedagógico, além dos profissionais licenciados que trabalham diretamente com os alunos. Porém se questiona se estes profissionais realmente estão aptos a exercer suas funções frente à EJA. Isto se afirma no Documento Base Nacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade onde no subtítulo "EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento".

> No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Apesar de todo o esforço dos sistemas na formação continuada de professores de redes públicas, é tímido o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como *locus* de formação específica. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador. (*ibid.*)

O aperfeiçoamento profissional de forma continuada é um fator importante na política de valorização do profissional de ensino. Ficando claro que para assegurar qualidade no atendimento aos alunos da EJA, é necessário ampliar a formação dos professores, para atuar nesta modalidade. Paulo Freire (1996, p.103), sobre esse assunto aponta, que o professor não pode "ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos da minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos".

A aproximação entre os conhecimentos adquiridos ao longo da vida do aluno e o ensino proposto pela escola auxilia a clientela da EJA que se distanciou por determinado tempo da escolarização, e que, na maioria dos casos, não teve mais contato com nenhuma instituição que cumprisse a função do ensino acadêmico. Por este motivo, as experiências escolares ficaram muito distantes, por vezes, até inexistentes, isso demonstra a necessidade de a metodologia empregada para essa modalidade de ensino, dar funcionalidade àquilo que é ensinado ao aluno. Paulo Freire (1996, p.83) diz que "a alfabetização numa área de miséria só ganha sentido na dimensão humana se, com ela, se realiza uma espécie de psicanálise histórico-político-

social de que vá resultando a extrojeção da culpa indevida". Quando o aluno consegue romper com o sentimento de culpa e opressão existente em si, ele dá oportunidade para que aflore uma posição de autonomia e de responsabilidade quanto a sua formação escolar, percebendo-se como agente transformador da sua própria história.

O que fica nítido em muitos dos documentos das políticas públicas que regem a educação nacional, apresentados e discutidos neste trabalho, é que o ensino precisa ir além do aprendizado de sala de aula, ele precisa se estender às práticas diárias dos indivíduos. Segundo o que foi observado, quando o aluno da EJA percebe que as aprendizagens recebidas na escola podem ser transferidas às suas práticas corriqueiras, ele entende que a função da escola também é a de articular teoria e prática, a fim de concretizar os conteúdos e diminuir as barreiras existentes entre a escola e a sociedade em que cada um participa, pois, os alunos são, segundo Freire (1996, p.84) "'programados para aprender' e impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender". O ideal da educação é tentar mudar seus pensamentos, para que assim, possam mudar suas atitudes enquanto cidadãos, buscando sempre o melhor para eles mesmos.

Nesse sentido é que o trabalho com a sociolinguística junto à educação auxilia no processo de transformação, já que conscientiza o aluno e toda a equipe pedagógica da heterogeneidade linguística: fazendo-se compreender a ideia de que não há comportamento linguístico categórico, de uma gramática invariável, já que a variação é inerente à linguagem humana. Sendo assim, cabe à escola o compromisso de alertar e ensinar a estrutura da língua portuguesa padrão através de recursos pedagógicos adequados para cada uma das situações de ensino, a fim de que o aluno perceba, que, em variadas circunstâncias do seu dia a dia, a variação linguística estará presente.

Nesse capítulo foram elencadas as principais informações que regulam o ensino de língua portuguesa abordando aspectos defendidos pela sociolinguística. Porém questiona-se como o aluno frequentador da EJA tem sido estimulado na escola para que consiga adaptar a sua fala aos diversos ambientes que frequenta, e como o mercado de trabalho aceita as pessoas que se apropriam de uma língua não padrão.

Para tal verificação, seguem no próximo capítulo, os resultados obtidos através de pesquisa de campo.

CAPÍTULO IV

5 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EJA: QUESTÕES DE FORMAÇÃO E ACEITAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A língua, a despeito do seu potencial cultural e da perspectiva da Sociolinguística, pode ser um instrumento de exclusão social. As pessoas que se apropriam de uma língua distante da variedade padrão, não têm as mesmas oportunidades de emprego que as que a empregam, principalmente nos setores empregatícios que têm contato direto com o público. Com base na hipótese de a língua também ser um dos elementos causadores de barreiras de ascensão social, apresenta-se como objetivo central deste capítulo investigar como as pessoas usuárias de variantes linguísticas estigmatizadas e que cursaram a EJA para obter o ensino básico, são vistas pelo mercado de trabalho. O segundo objetivo é o de observar como tem sido aplicada a oralidade, pelas escolas da EJA, sendo ela uma das quatro habilidades da língua, proposta por várias das políticas públicas nacionais para essa modalidade de ensino.

5.1 METODOLOGIA

Para a pesquisa de campo foi adotada uma única metodologia, aplicação de questionário, que segundo Maria de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2002, p. 98) é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito”. As mesmas autoras apontam vantagens e desvantagens para esse meio de pesquisa. Algumas das vantagens se destacaram para a escolha desse método, como: o fato de permitir que as pessoas o respondam no momento que considerarem mais apropriado; a não exposição da identidade de quem respondeu, o que gera maior liberdade ao entrevistado; a não-influência do pesquisador sobre o entrevistado e obtenção de respostas mais precisas. As desvantagens maiores, no caso desta pesquisa, são as mesmas que autoras apontam: a impossibilidade do pesquisador ajudar em questões não entendidas pelo entrevistado e a dificuldade que

pode surgir na compreensão das questões propostas, podendo levar a uma invariabilidade nelas.

Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 99), o processo de elaboração do questionário, além de ser longo, é complexo, pois "exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas. Os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos geral e específico". Ciente das vantagens e desvantagens da aplicação de questionário e dos cuidados necessários em sua estruturação, em sua elaboração[33] buscou-se contemplar nas perguntas apontamentos que permitissem relacionar com os principais objetivos propostos ao se iniciar esta dissertação.

Os questionários também serviram de base para a observação de elementos constituintes das hipóteses levantadas. Sua elaboração levou em conta as pessoas que o iriam responder: assim, tomou-se o cuidado de os enunciados serem claros e das questões poderem ser respondidas em pouco tempo, pois quem os responderia estaria em horário ou de trabalho ou de estudo. No momento da elaboração, atentou-se em como seria feita a análise dos dados buscados. Sendo assim, deu-se preferência às questões de múltipla escolha. Marconi e Lakatos (2002, p. 103) definem essas questões como "perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto". As autoras também afirmam que esse tipo de questão "é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade tão boa quanto a de perguntas abertas".

Após a conclusão dos questionários, os mesmos foram aplicados em dois setores diferentes: lojas de um Shopping Center e uma escola. No primeiro setor, o Shopping Center, o objetivo é ter a visão do encarregado por contratações de funcionários diante dos quesitos língua oral estigmatizada e formação do ensino regular pela EJA. No segundo setor, a escola, a ênfase foi dada à língua oral, especialmente em como as escolas de EJA a tem aplicado.

A fim de constatar a consistência das hipóteses, neste capítulo apresentam-se resultados de questionários aplicados a pessoas responsáveis por contratações de

[33] A elaboração do questionário foi feita pela autora deste trabalho de pesquisa juntamente com sua professora orientadora.

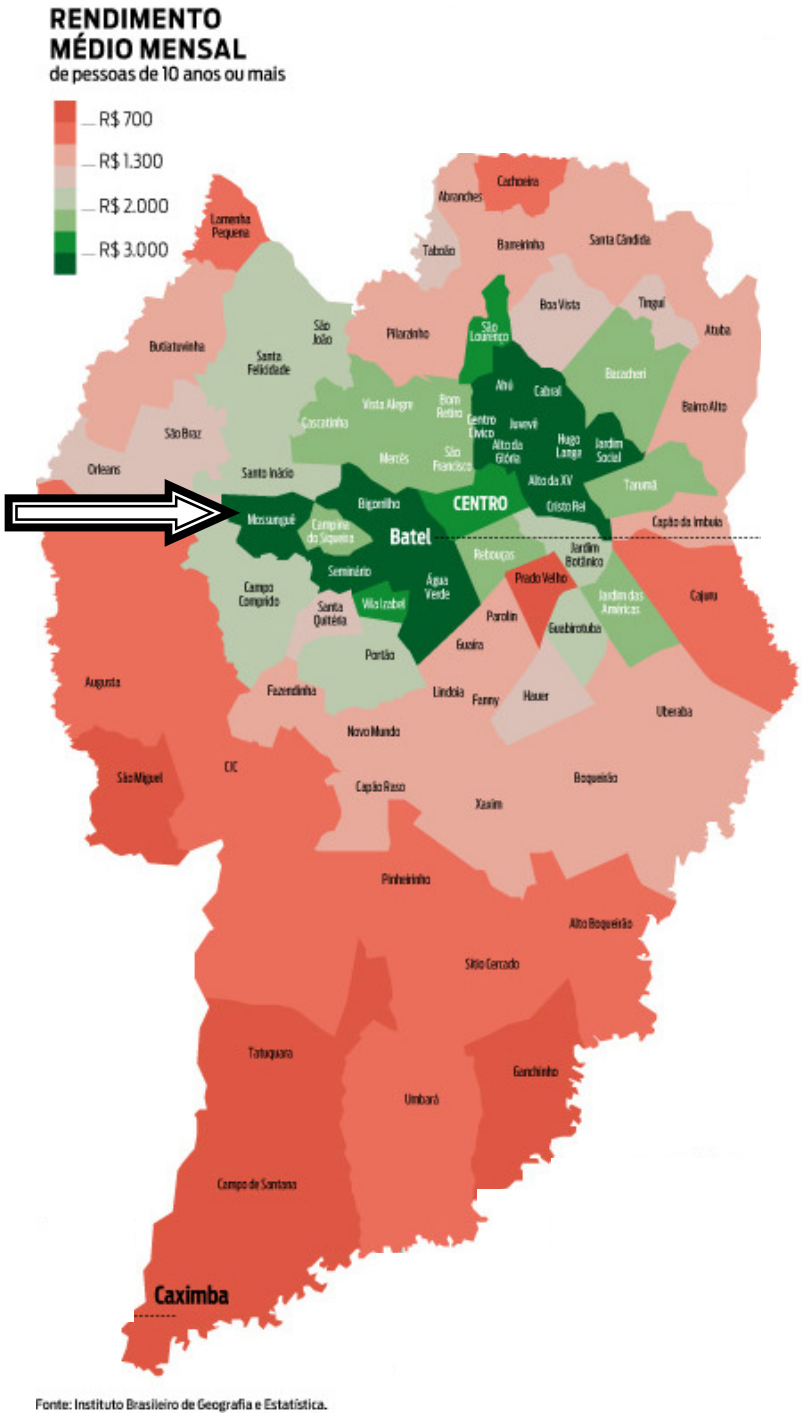
funcionários para lojas e estabelecimentos alimentícios do Park Shopping Barigui, localizado na região oeste de Curitiba, no bairro Mossunguê[34]. De acordo com informações do IPPUC[35] (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), esse é um dos dez bairros que mais cresceu do ano de 2000 a 2010. Nesse período, seu crescimento foi de 71%. Além do crescimento do bairro, o Shopping Center está localizado numa das regiões que tem melhor rendimento médio mensal, como se verifica no mapa[36] a seguir que fornece informações do CENSO 2010. A outra parte da pesquisa, feita através de questionário, foi realizada com alunos participantes da EJA, de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), localizado na região sul dessa mesma cidade.

[34] A breve caracterização do bairro apresentada tem por objetivo elucidar o leitor, que não conhece a região em que se localiza o Shopping Center, a fim de que o mesmo possa entender o porquê das exigências que são impostas ao se contratar funcionários para atuarem em seus empreendimentos comerciais.

[35] Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=131>. Acesso em: 08/02/2014.

[36] Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1196547>. Acesso em: 08/02/2014.

FIGURA 1 – MAPA DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE CURITIBA



Fonte: http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1196547

Para a verificação da primeira hipótese, foi aplicado o questionário junto a dezoito pessoas responsáveis por contratações no Park Shopping Barigüi. Pretende-se observar, nesse caso, dois aspectos referentes ao indivíduo que se candidata a uma vaga de emprego em algum estabelecimento comercial. São eles: emprego da língua oral não-padrão e formação através da EJA. A ideia que centra essa pesquisa de campo é verificar se essas características são barreiras para ascensão social do indivíduo que os apresenta, nesse tipo de comércio.

A segunda observação pretendida com a aplicação de questionários, esses respondidos por alunos de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos que cursam a EJA, é a de como a oralidade tem sido aplicada e exercitada nessa modalidade de ensino. Assim, busca-se estabelecer relações entre as recomendações quanto à oralidade feitas pelas políticas públicas nacionais para a EJA e a prática de sala de aula.

A pesquisa foi realizada apoiando-se em ideais de investigação em Ciências Sociais, defendidos por Alda Judith Alves-Mazzotti e Fernando Gewandsznajder em seu livro intitulado *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*, no qual apontam que:

> As ciências sociais têm desenvolvido uma grande variedade de modelos próprios de investigação e proposto critérios que servem, tanto para orientar o desenvolvimento da pesquisa, como para avaliar o rigor de seus procedimentos e a confiabilidade de suas conclusões. O fato de que esses critérios são decorrentes de um acordo entre pesquisadores de uma área determinada, em um dado momento histórico, não compromete sua relevância. Ao contrário, eles representam uma importante salvaguarda contra o que poderíamos chamar de "narcisismo investigativo", que julga poder prescindir de evidências e de argumentação sólida, baseando-se apenas na afirmação de que "eu vejo assim". (ALVES-MAZZOTTI, 2001, p.110)

Os questionários foram aplicados a fim de investigar como uma parte da sociedade, representada aqui pelos dados dos trinta entrevistados (18 profissionais responsáveis pelas contratações e 12 alunos da EJA), tem visto os dois aspectos principais desta pesquisa: a língua e a educação de jovens e adultos. Ainda que, no universo do emprego em Curitiba, o número de entrevistados possa não parecer significativo, considerou-se o fato de usar um setor específico, numa área de expansão urbana e grande potencial econômico da cidade.

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos questionários de duas formas: através de gráficos e comentários das respostas às questões abertas. Embora os resultados obtidos com a aplicação dos questionários não sirvam para representar a realidade como um todo, eles subsidiam as conclusões deste trabalho de pesquisa, reservados seus limites anteriormente definidos.

5.1.1 Questionários aplicados em um Shopping Center da cidade de Curitiba

O Shopping Center escolhido, Park Shopping Barigui, é composto por 263 lojas, 30 estabelecimentos alimentícios localizados na praça de alimentação, 9 restaurantes privativos, além dos espaços destinados ao lazer. Para a coleta de dados, foram escolhidos estabelecimentos de forma aleatória, totalizando uma média de cinco por cento das lojas e dos restaurantes de *fast food*.

A investigação foi feita através de questionário composto por quatro questões, aplicado pela autora deste trabalho de pesquisa, diretamente aos responsáveis por contratações de funcionários ou aos proprietários de estabelecimentos comerciais. No questionário não foi solicitada a identificação do funcionário, nem do estabelecimento, para que não houvesse intimidação ao respondê-lo. Assim, acredita-se que pode haver mais verdade nas respostas, já que o funcionário não se comprometeu profissionalmente. Para a apresentação dos dados coletados nos estabelecimentos selecionados, fez-se uma separação entre o setor de alimentação, lojas e total dos dois segmentos. No setor de alimentação, o questionário foi aplicado a cinco pessoas dos estabelecimentos localizados na praça de alimentação; no setor loja foram treze as pessoas que o responderam. O questionário, comentado neste capítulo, segue em apêndice.

Os critérios adotados para estruturação do questionário são os seguintes: contemplar aspectos normalmente observáveis em pessoas candidatas a vagas de emprego para três áreas diferentes (área comercial, serviços gerais e atendimento ao público em geral); elencar cargos e/ou funções que não se enquadram a pessoas que utilizam, em sua língua oral, formas da língua não-padrão. Para tal, o questionário foi composto de seguinte maneira: nas três primeiras questões os respondentes

agregaram atribuíram notas de um a seis, sendo seis o maior valor, para os seguintes critérios: aparência, idade, escolaridade e cursos de aperfeiçoamento, comunicação oral (boa pronúncia das palavras), experiência e formação através da Educação de Jovens e Adultos-EJA (antigo Supletivo). O que diferenciava cada uma das questões era área de atuação do suposto candidato. Na primeira, agregou-se os valores pensando no funcionário que atuaria na área comercial; na segunda para atuação em serviços gerais; na terceira para atuar com atendimento ao público em geral. Na última questão, no enunciado foram apresentados exemplos (*"nóis pega a malmita"*, "*brusa", "bassora", "nóis fumo", "menas pessoa", "tô cum pobrema"*, *"pópria")* que são comuns na língua oral de muitas pessoas. O respondente deveria assinalar algumas profissões e/ou cargos que seriam descartados para o candidato a uma vaga de emprego, que utiliza essa variedade de língua oral. Em seguida foi solicitada a justificativa para as alternativas assinaladas.

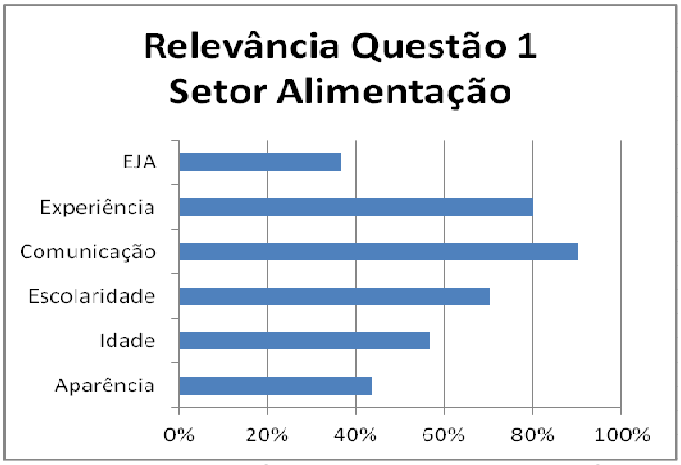
Mesmo com todo o cuidado na elaboração do questionário, foi percebido após sua aplicação, que nele foram solicitados dois dados que não contribuíram para este trabalho de pesquisa: idade do entrevistado e formação. Como não se quis omitir nenhuma informação coletada, esses dados não foram tabulados, apenas comentados, são eles: das pessoas entrevistadas, oito têm entre vinte e trinta anos; sete têm entre trinta e quarenta anos; dois têm entre quarenta e cinquenta anos e um tem entre cinquenta e sessenta anos. Quanto às suas formações: cinco têm ensino médio; três têm curso superior incompleto e sete têm curso superior completo.

A seguir, serão apresentados os dados obtidos com as respostas ao questionário, separados por questões.

5.1.1.1 Primeira questão.

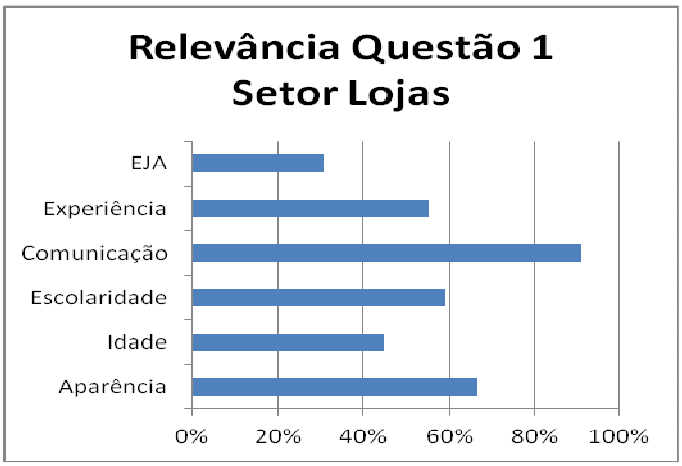
O enfoque dessa questão foi a suposta contratação de funcionário que atuaria na área comercial (vendedor ou gerente). Os resultados do levantamento desses dados estão reunidos nos gráficos 1 a 3.

Gráfico 1 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para área comercial do setor de alimentação - 2013



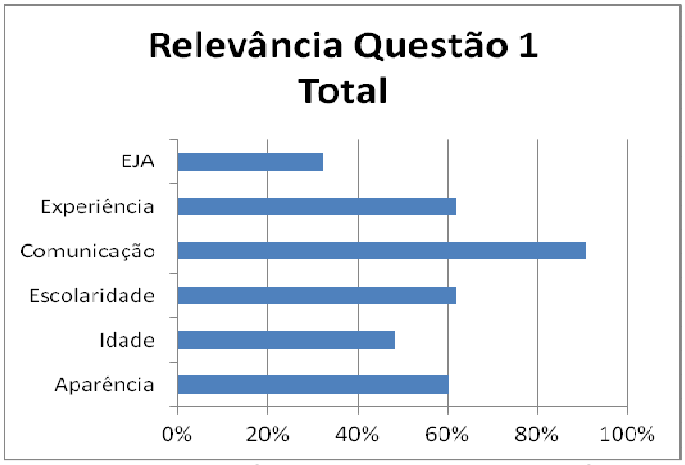
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 2 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para área comercial no setor lojas - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 3 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para área comercial incluindo os dois setores (alimentação e lojas) - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

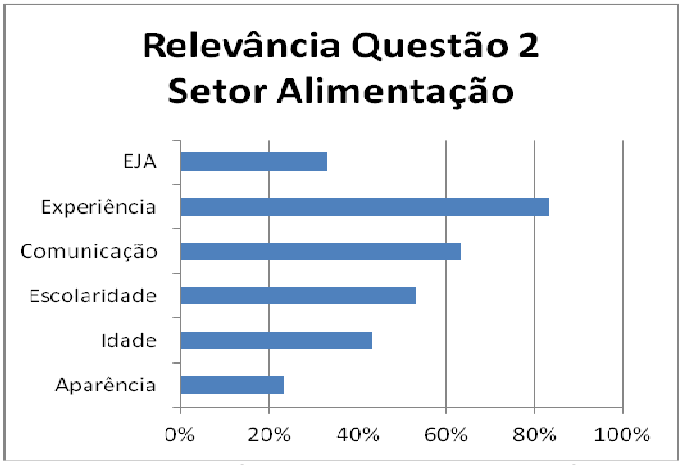
Através da análise das respostas obtidas na questão 01, verificou-se que do total dos 18 questionários respondidos, a comunicação é o principal critério para a escolha do funcionário, totalizando 91% do valor atribuído a ela. Os critérios experiência e escolaridade totalizaram 62%, a aparência teve 60%, seguida da idade com 48% e, por último, a formação pela EJA com 32%. Esses resultados, sinalizam de que a norma utilizada na oralidade tem bastante relevância. Já a formação pela EJA é o critério que menos importa para a escolha dos funcionários para esse setor.

Algumas das pessoas que responderam ao questionário, embora não se tenha solicitado, acabaram mencionando que para a atuação naquele centro comercial a comunicação, entre os demais critérios mencionados na pesquisa, era o mais importante. Se o candidato à vaga não tivesse experiência, mas tivesse boa postura em relação à forma de falar, valeria a pena investir nele e ensinar-lhe as funções que deveria exercer, a perdê-lo pela falta de experiência. Uma das pessoas, graduada em Recursos Humanos e experiente na área de contratação, afirmou que tem sido cada vez mais difícil encontrar funcionários que “falem bem”, qualidade imprescindível para atuar no shopping. Porém, afirmou que, quando trabalhou em outros setores, esse critério não era considerado.

5.1.1.2 Segunda questão.

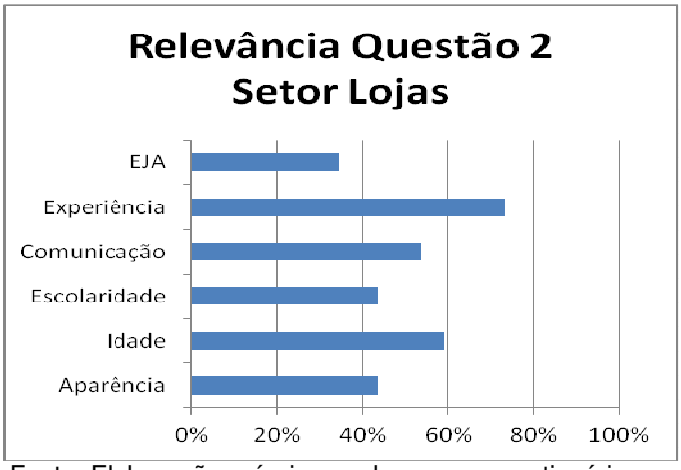
Na segunda questão, os critérios foram avaliados pensando em um candidato a uma vaga para serviços gerais. Os gráficos de 4 a 6 apresentam os resultados.

Gráfico 4 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para serviço gerais no setor alimentação - 2013



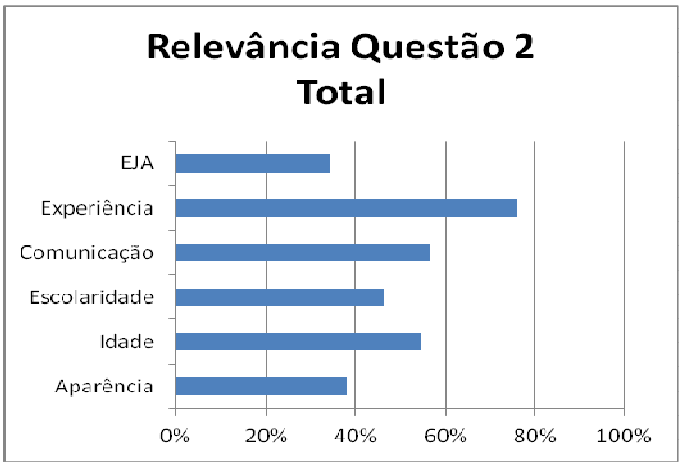
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 5 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para serviço gerais no setor lojas - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 6 – Grau de relevância da oralidade ao contratar funcionários para serviços gerais incluindo os dois setores (alimentação e lojas) - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

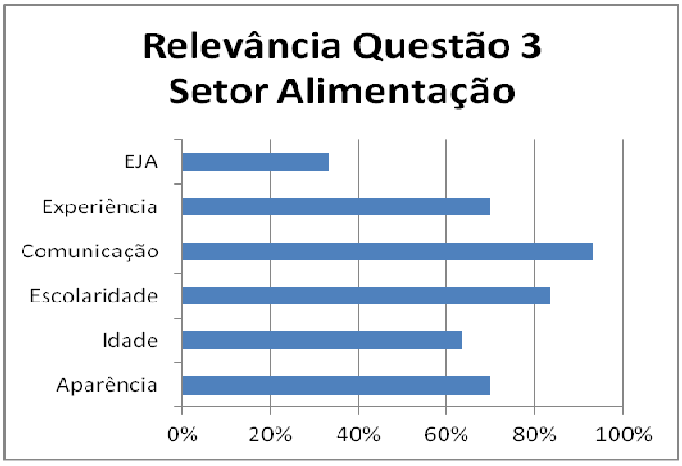
Com os dados obtidos com as respostas à questão 02 do questionário, foi possível verificar que, embora os critérios sejam os mesmos, a importância dada a eles é totalmente diferente do obtido na primeira questão, pois a função a ser exercida também é bem distinta da anterior. Para se ocupar uma vaga para atuar em serviços gerais o que mais importa é a experiência, totalizando 76%, em seguida vem a comunicação com 56%, bem próximo à idade com 55%, a escolaridade vem em quarto lugar com 46%, em seguida a aparência com 38% e, por último, a formação através da EJA com 34%. Com esses resultados, observa-se que a comunicação é um dos critérios mais importantes, embora o empregado não venha a ter contato direto com o consumidor, ela precisa se comunicar com os demais funcionários. Eis o motivo da sua importância. Observou-se também que a formação pela EJA foi colocada como último critério a ser considerado.

Uma das entrevistadas, proprietária de um estabelecimento alimentício, comentou que não avalia, atualmente, nenhum desses critérios, pois se assim o fizesse, não teria funcionários. Para ela só importa se o candidato quer realmente trabalhar.

5.1.1.3 Terceira questão.

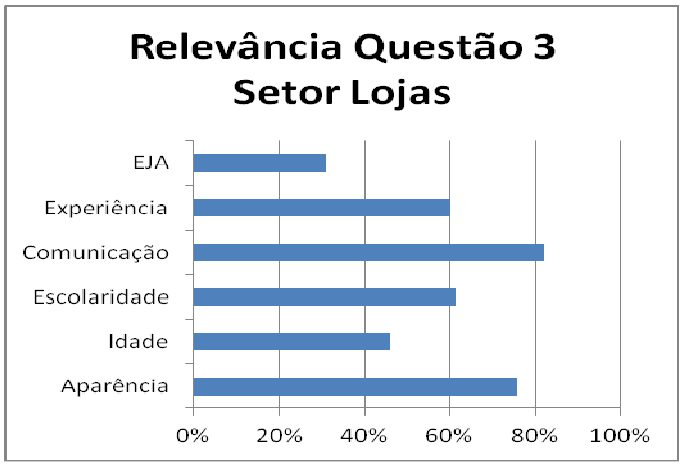
Na terceira questão, a avaliação dos candidatos se daria com vistas à contratação de funcionários que ocupariam cargos de atendimento ao público em geral (recepcionista, secretária, caixa etc.). O resultado levantado a essa questão apresenta-se nos gráficos 7 a 9.

Gráfico 7 – Grau de relevância da oralidade para contratação a atendimento ao público no setor alimentação - 2013



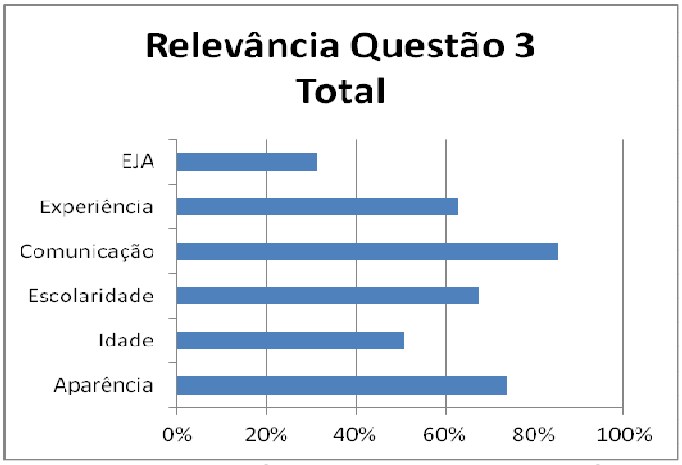
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 8 – Grau de relevância da oralidade para contratação a atendimento ao público no setor lojas – 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 9 – Grau de relevância da oralidade para contratação a atendimento ao público incluindo os dois setores (alimentação e lojas) - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

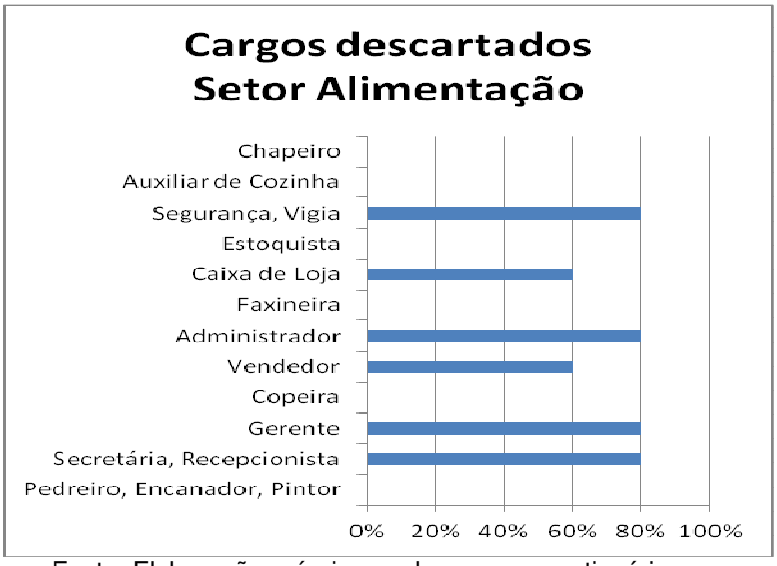
A partir da coleta dos dados apresentados, foi observado que 85% das pessoas que responderam ao questionário consideram a comunicação o principal critério para a escolha do funcionário para atuar com atendimento ao público, em seguida com 74% aparece a aparência, depois a escolaridade com 68%, a experiência com 63%, a idade com 51% e, por último, novamente a formação pela EJA com 31%.

A análise desses dados permite perceber que qualidades exteriores à figura humana importam muito para atuação nessas áreas, ou seja, para atendimento ao público se necessita empregar a língua padrão e ter boa aparência. Salienta-se que o Park Shopping Barigui é um Shopping Center frequentado por consumidores com bom poder aquisitivo: por esse motivo, as exigências nas escolhas dos funcionários são maiores.

5.1.1.4 Quarta questão.

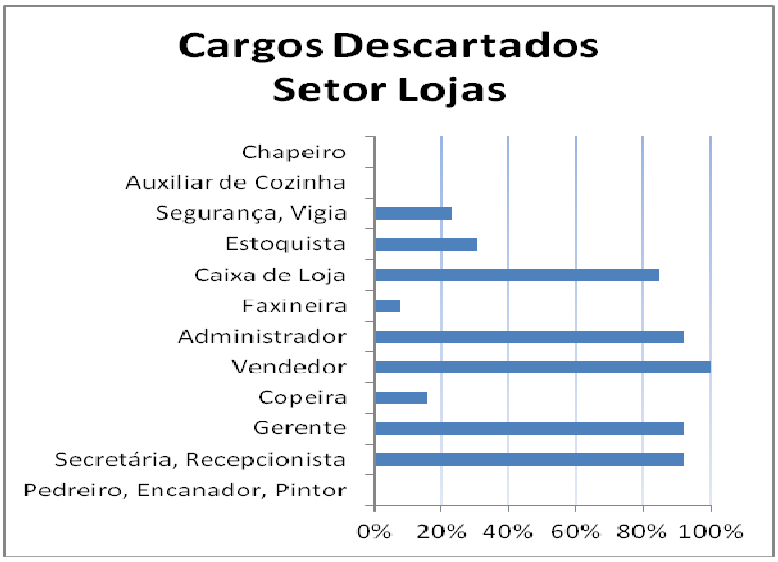
A estrutura dessa questão é diferente das anteriores. Nela, os entrevistados assinalaram profissões e/ou cargos que descartariam para um candidato que se apropriasse da norma não-padrão da língua para se comunicar. Nessa questão foi obtido o seguinte resultado:

Gráfico 10 – Cargos descartados a candidatos que apresentam norma não padrão na língua oral no setor de alimentação - 2013



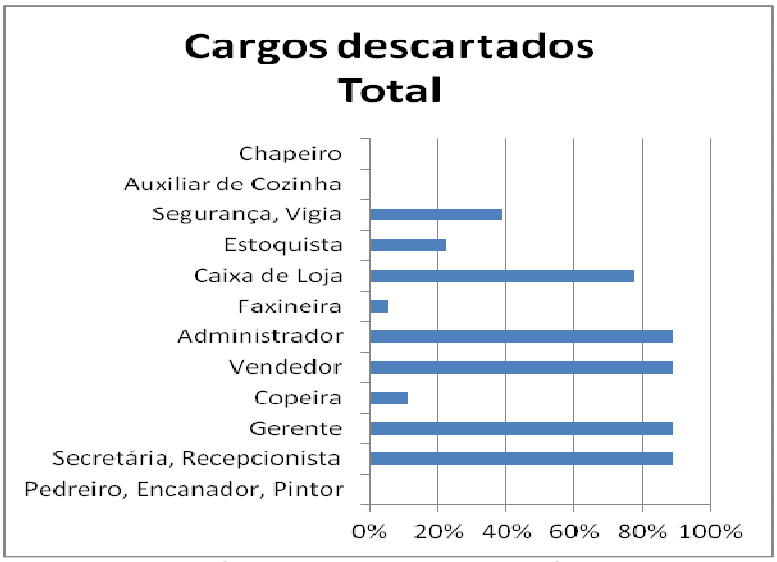
Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 11 – Cargos descartados a candidatos que apresentam norma não padrão na língua oral no setor lojas - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 12 – Cargos descartados a candidatos que apresentam norma não padrão na língua oral incluindo os dois setores (alimentação e lojas) - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

A questão permite constatar que quatro itens obtiveram o mesmo resultado: 89%. São eles: secretária e recepcionista, gerente, vendedor e administrador. Em seguida, com 78%, aparece caixa de loja; com 39%, segurança e vigia; com 22%, estoquista; com 11%, copeira; com 6%, faxineira; e não foram assinaladas as profissões de, encanador, pintor, auxiliar de cozinha e chapeiro. As profissões e/ou cargos que não foram descartadas são as que não exigem contato com os consumidores, de modo que a maneira de falar não interfere na contratação ou não do funcionário. Já as profissões que foram mais assinaladas são aquelas que têm contato direto com o público.

Nessa questão, foi pedida a justificativa dos cargos assinalados, a fim de verificar os critérios empregados ao selecionar as alternativas. Dos cinco entrevistados do setor de alimentação, três apontaram que são funções que têm contato geral com o público. Um justificou apenas como “comunicação”, e outro afirmou que as pessoas que atuam nas funções assinaladas precisam ter pronúncia correta e adequada. Das treze pessoas que responderam ao questionário do setor loja, oito justificaram que assinalaram as profissões e/ou cargos que têm contato direto com o público; dois

relataram que precisam de pessoas bem qualificadas para exercício das funções assinaladas; um justificou com sua experiência de dez anos no ramo e dois afirmaram que suas escolhas se justificam pela importância do cargo e por essas funções terem maiores salários.

Complementando as observações feitas, aponta-se para as colocações de Maria de Lourdes Meirelles Matencio (2001, p.59), ao destacar que as relações de poder fazem a linguagem se naturalizar pelo poder que algumas instituições exercem sobre outras, fazendo assim a linguagem um lugar de conflito e de confronto, seja no que diz respeito ao modo de acomodação da realidade ou na forma de se dizer essa realidade.

Essa afirmação foi comprovada com as entrevistas feitas no Shopping Center: ou a pessoa adequa sua linguagem às formas da classe dominante, ou ela não poderá exercer função que tenha contato com os clientes que pertençam à classe dominante. Alguns dos entrevistados acabaram falando (informalmente), que não deixam de proporcionar a oportunidade de emprego às pessoas que têm essas características na língua oral quando percebem que têm valores como honestidade, integridade e força de vontade, mas as colocam em funções internas nas lojas.

Contrário ao que foi percebido nas indagações quanto à língua oral, a formação básica através da EJA não traz nenhum rótulo negativo aos seus egressos. Alguns entrevistados comentaram informalmente, que antigos alunos de EJA são vistos como pessoas com boa vontade, pois pararam de estudar por algum motivo, mas voltam às escolas, pois objetivam condições melhores de vida que vêm através do estudo, e só assim poderão ter melhores oportunidades de emprego.

5.1.2 Questionários aplicadas em um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos da cidade de Curitiba

Esta parte da pesquisa foi feita mediante aplicação de questionário composto por quatro questões e aplicado por professores de um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), em atendimento à solicitação da autora, impedida de fazê-los pessoalmente. A direção da instituição de ensino não autorizou que o questionário fosse aplicado diretamente pela autora, a fim de preservar a segurança

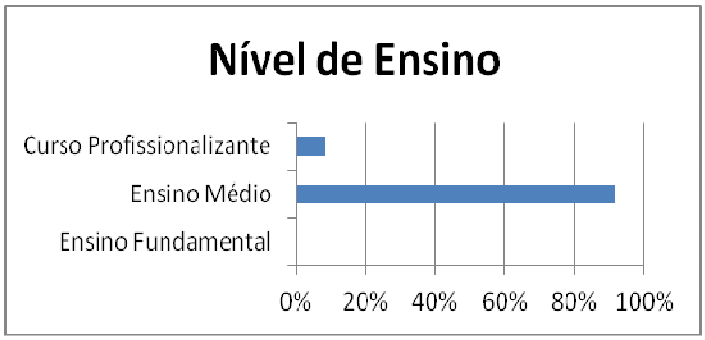
dos alunos e não comprometer o desenvolvimento das atividades diárias em momento inoportuno. Também foi solicitado que o nome do centro de educação não fosse mencionado. Dessa forma, os questionários foram deixados no local, e após alguns dias, recolhidos para se obter o levantamento dos dados. No questionário não foi solicitado o nome do aluno para não expor sua identidade.

Dos alunos entrevistados, um tem dezoito anos; oito têm entre vinte e trinta anos e dois têm cinquenta e cinquenta e um anos.

5.1.2.1 Primeira questão.

A primeira questão verifica o nível de ensino que está sendo cursado pelo aluno.

Gráfico 13 – Nível de ensino cursado - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

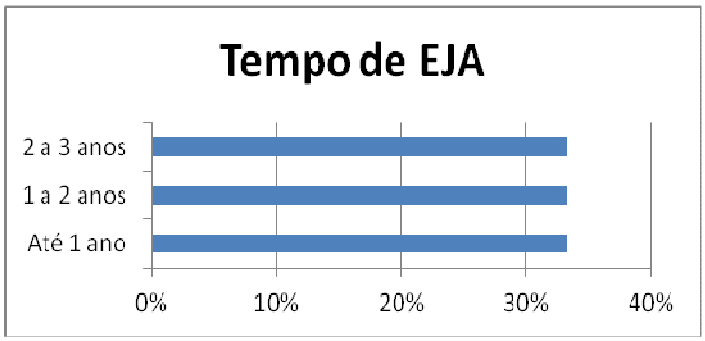
O resultado obtido com as respostas a essa questão foi o seguinte: nenhum aluno cursa o ensino fundamental, 8% frequentam a EJA para obterem o ensino médio profissionalizante, e 92% cursam o ensino médio.

O nível de ensino dos alunos que responderam ao questionário também foi escolhido pelos profissionais que o aplicaram no centro de ensino, sem a opção de escolha da autora deste trabalho de pesquisa. No entanto, foi muito bom os questionários terem sido respondidos por alunos do Ensino Médio, assim as questões que se querem observar têm mais valor.

5.1.2.2 Segunda questão.

A segunda questão pedia o tempo que o aluno frequenta a EJA.

Gráfico 14 – Tempo que o aluno frequenta a EJA - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

O que foi possível analisar nessa questão é que 33% dos alunos frequentam a EJA por menos de um ano, 33% a cursam de um a dois anos, e 33% de dois a três anos.

Essa resposta é relevante para traçar um paralelo com a próxima questão. Ao conhecer quantas vezes o aluno participou de atividades de treino da oralidade, pois pode-se fazer uma média de quantas vezes elas foram aplicadas a cada ano estudado.

5.1.2.3 Terceira questão.

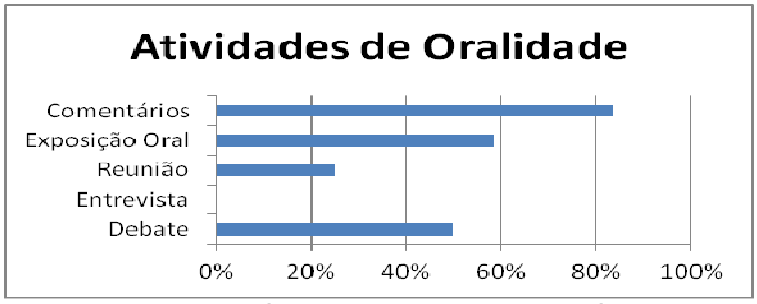
A terceira questão é a mais relevante dessa entrevista: busca verificar tipos de atividades que envolvem a oralidade são propostas aos alunos e quantas vezes eles participaram delas no período que cursam a EJA. A seguir apresenta-se uma breve explicação de como é compreendido cada um dos itens que aparecem no gráfico.

Os comentários são práticas comuns em sala de aula, em momentos em que os professores pedem, informalmente, opiniões dos alunos a respeito de algum assunto. As exposições orais, aqui mencionadas, referem-se às conclusões de pesquisa feitas pelos alunos, individualmente ou em grupos, que também são conhecidas como seminários. Reunião é uma prática importante no ambiente escolar, que visa à

democracia, pois se discute com os alunos problemas que ocorrem na escola, pedindo sua manifestação, já que são o centro do processo de ensino-aprendizagem. As entrevistas costumam envolver tanto a prática da oralidade, quanto da escrita, pois o aluno, primeiramente a estrutura através da escrita em forma de roteiro para poder segui-lo no momento da entrevista; em seguida aborda a pessoa, a entrevista e registra as respostas dadas pela entrevistada. Através dos debates é possível abordar a argumentação, a persuasão e o convencimento, já que o aluno vai defender através da língua oral o seu ponto de vista sobre um determinado tema.

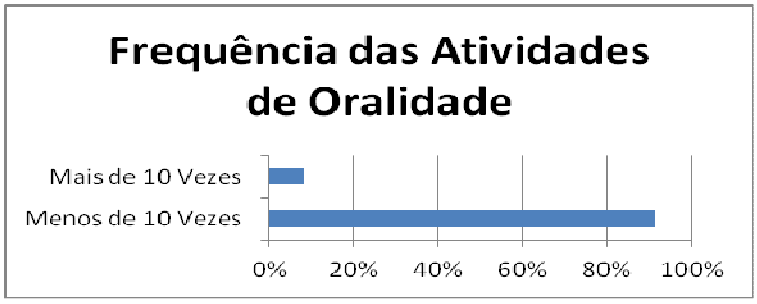
Como resultado dos dados coletados nessa questão tem-se:

Gráfico 15 – Atividades que envolvem a oralidade - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Gráfico 16 – Frequência das atividades que envolvem a oralidade - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Com a análise das respostas que deram dados para a construção do primeiro gráfico foi possível perceber que a atividade que mais foi trabalhada foram os comentários com 83%; em seguida, a exposição oral com 58%; debate obteve 50%,

reunião 25% e entrevista 0%. Cabe lembrar que os alunos que responderam ao questionário frequentam a EJA há um, dois ou três anos.

Observando as respostas que deram base ao segundo gráfico dessa questão, tem-se que 92% dos alunos participaram menos de dez vezes, em todo o tempo que frequentaram a EJA, das atividades de oralidade mencionadas na primeira parte da questão e apenas 8% participaram mais de dez vezes.

Com a análise dos resultados obtidos é possível observar uma grande lacuna na Educação de Jovens e Adultos quanto à oralidade, pois não têm sido promovidas muitas propostas para exercício da habilidade de falar a esses jovens e adultos. Atentando-se aos itens colocados no questionário, pode-se observar que nenhuma das práticas da oralidade era específica às aulas de Língua Portuguesa, ficando ainda mais grave a situação, já que a grande maioria dos alunos participou, no tempo em que frequentou a EJA, menos de dez vezes delas. Salienta-se também que a atividade de oralidade assinalada como mais praticada foi “fez comentários nas aulas sobre diversos assuntos”, o que não requer nenhum planejamento anterior por parte do professor para tal. Como será possível o aluno aprender a empregar a língua na forma padrão se a escola da EJA praticamente não lhe proporciona espaço para isso?

Com esses resultados é possível pressupor que a escola não tem preparado o aluno para o mercado de trabalho nem promove oportunidade para que ele transforme sua vida, metas muito valorizadas nas políticas nacionais para a EJA, adequando às exigências impostas pela sociedade em relação à língua-padrão.

Tem-se consciência de que esses resultados representam a realidade de uma parcela muito pequena para se constatar como verdade, mas já serviram para alimentar a reflexão, deixando abertas várias indagações: será que o problema da não-aplicação de práticas eficazes à oralidade está na formação dos professores? Será que ao menos os professores de Língua Portuguesa percebem a importância do trabalho com a oralidade, incluindo-a em seus planejamentos? Será que os cursos de licenciaturas estão preparando os futuros professores a atuarem na EJA? Será que os alunos que frequentam a EJA já não mais se manifestam oralmente por terem sido repreendidos de alguma forma pela sociedade?

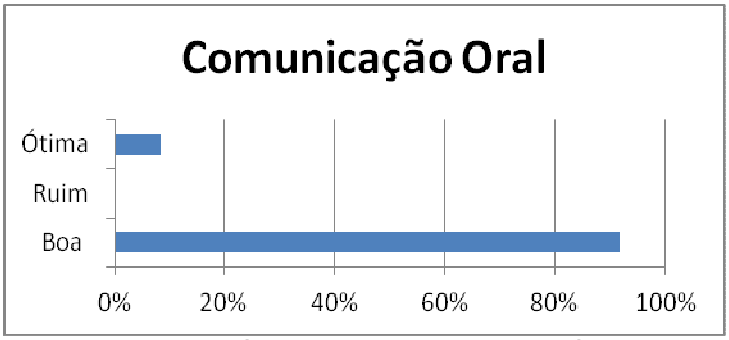
Segundo Gomes (2007, p. 139), ao se trabalhar a oralidade, é necessário respeitar a variedade linguística de cada um dos alunos, já que a exposição oral exige um grande nível de autoestima. Se o aluno for criticado ou provocar risos nos demais colegas da turma, poderá ter dificuldade para se expor oralmente em público para o resto de sua vida.

Os PCN fazem a mesma recomendação (1997 apud GOMES, 2007, p. 139): deve-se ter "um profundo respeito pelas formas de expressão oral trazidas pelos alunos, de suas comunidades, e um grande empenho por ensinar-lhes o exercício da adequação aos contextos comunicativos, diante de diferentes interlocutores, a partir de intenções de natureza diversa". Portanto o respeito às diferentes formas de se comunicar oralmente e as práticas necessárias para o auxílio do desenvolvimento da fala são de total responsabilidade da escola.

5.1.2.4 Quarta questão.

A última questão sugere uma autoavaliação sobre a comunicação oral do aluno e pede uma justificativa para a resposta assinalada. Obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 17 – Autoavaliação da aplicação da língua oral - 2013



Fonte: Elaboração própria com base nos questionários respondidos.

Com a observação dos questionários respondidos percebeu-se que 92% dos alunos que os responderam consideram o uso da sua comunicação oral como boa e 8% a consideram como ótima, nenhum dos alunos a considerou como ruim.

Das justificativas solicitadas tem-se o seguinte resultado: o aluno que avaliou sua comunicação oral como “ótima” justificou pelo bom ambiente de estudo e por ter professores dispostos a ouvir aos alunos. Todos os demais avaliaram sua comunicação oral como “boa”: dois justificaram por terem dificuldade em comunicar-se com os outros e por serem tímidos; quatro afirmaram ter facilidade em dialogar, informar às demais pessoas do que sabe e fazer-se entender; um relatou que o trabalho no comércio o ajuda a se comunicar melhor; um afirmou que precisa ler mais para que sua comunicação oral fique ótima; um atribuiu sua simpatia como justificativa à pergunta; outro justificou apenas “porque é boa”; e um deles não se fez entender no que escreveu, relatou “porque imagens não são totais explicações e ainda os professores são bons e competentes”.

Com os resultados obtidos através da coleta de dados dessa aplicação de questionário, vê-se que, embora as políticas públicas valorizem as atividades que envolvam a oralidade, há, em média quinze anos, pois os PCN foram lançados em 1997, os alunos entrevistados, em sua grande maioria, não participam desse tipo de atividades, as quais deveriam ser corriqueiras, principalmente nas aulas de língua portuguesa.

Segundo Maria de Lourdes Meirelles Matencio:

> A linguagem, mais do que viabilizar representações da realidade, produz a realidade: através dela produz-se um recorte do real que se constitui como realidade. Esse é o processo que (...) permite dizer que não há neutralidade na construção da realidade, pois os usos linguísticos são naturalizados no interior de (e na articulação entre) diferentes instituições. MATENCIO (2001, p. 58)

As propostas de treino da língua oral ensinam o aluno a adaptar a fala para as diversas situações comunicacionais que se passa no dia a dia de qualquer pessoa.

De acordo com Gomes (2007, p. 140), no momento em que os professores elaboram seus planejamentos, já devem planejar atividades que envolvam de diversas formas a habilidade de falar. A comunicação oral pode acontecer de duas formas: uma ocorre com a interação entre duas ou mais pessoas, a exemplo desse caso tem-se: diálogo, entrevista, reunião, estudo de casos etc.; a outra acontece quando uma ou mais pessoas falam e alguns apenas escutam, como exemplo da segunda situação podem ser citados: teatro, palestras, conferências, discursos, entre outros. Quando as

atividades de oralidade não são planejadas, corre-se o risco de serem esquecidas ou de ser atribuído pouco valor a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem vários tipos de pesquisas, cada uma com sua especificidade. Neste trabalho de dissertação de mestrado foi utilizada a pesquisa bibliográfica interdisciplinar, que de acordo com Pardinas (1977 apud LAKATOS e MARCONI, 2002, p. 21), tem o objetivo de investigar, em uma área, os fenômenos estudados por investigadores de diferentes campos das Ciências Sociais.

Desta forma, foi empregada a pesquisa bibliográfica para estabelecer os conceitos que embasaram todo o seu desenvolvimento. Também serviram de fontes sites que disponibilizam os documentos oficiais das políticas públicas nacionais, bem como os que publicaram notícias sobre a polêmica causada em torno do livro didático analisado e, sendo assim, são consideradas fontes primárias. Pardinas aponta que um determinado problema pode ser enfocado de modo distinto, mas mesmo havendo essa distinção há uma correlação entre eles por se tratar do mesmo fenômeno.

Neste trabalho de pesquisa, a língua foi compreendida em distintas áreas do conhecimento. Através da Linguística, mais especificamente da Sociolinguística, foi possível conceituar norma e norma culta da língua e introduzir essa perspectiva ao ensino da língua portuguesa. As contribuições da área da educação, para essa finalidade, foram discutidas à luz das metodologias empregadas para o ensino de língua portuguesa, bem como as políticas públicas nacionais que regulam a EJA quanto ao ensino da língua. Com isso, as ideias defendidas pela Sociolinguística, além de sustentarem a análise feita das políticas públicas nacionais, deram margem a uma observação de aplicação real da língua, gerando a necessidade de investigação direta através de questionários aplicados a dois setores: escola e lojas de um shopping center.

Nessa perspectiva, buscou-se, de modo interdisciplinar, respostas não apenas para a polêmica criada a partir do livro didático, mas para o modo como o ensino de língua portuguesa vem sendo tratado na EJA, e como o aluno que nela se forma é visto pela sociedade. Esse problema, assim posto, somente pode ser analisado com o diálogo entre diversas áreas do conhecimento, como a Linguística (com as teorias da Sociolinguística) e as políticas públicas para a educação.

Assim, foram buscados dados nas políticas públicas que defendem o trabalho com os ideais da Sociolinguística, aplicados na sala de aula da EJA, já que toda a presente pesquisa se iniciou devido às polêmicas apresentadas ao livro didático “Por uma vida melhor”, que é destinado a essa modalidade de ensino. Com esse fim, foram analisados muitos dos relatos a favor e contra o livro didático e mencionados alguns dos comentários que foram julgados como mais relevantes devido ao grau de importância para a área de língua ou para a mídia de grande massa. Como um dos objetivos principais da EJA é preparar o jovem e/ou adulto para o mercado de trabalho, viu-se a necessidade de saber na prática como os egressos são recebidos pelo setor de comércio. Para tal, foi escolhido um único empreendimento da cidade de Curitiba, buscando-se saber o que causa maior discriminação ao candidato a uma vaga de emprego: se a formação pela EJA, ou o uso de variantes linguísticas menos prestigiadas, na oralidade. Por outro lado, percebendo a importância da oralidade no processo de aprendizado, conforme aparece nos textos das diretrizes, viu-se a necessidade de identificar como os alunos, que frequentam a EJA são preparados para a adaptação da língua oral em suas aulas. Para tanto, foram entrevistados jovens e adultos em um centro de ensino especializado em educação de jovens e adultos.

Com relação à polêmica ocorrida em torno ao livro didático “Por uma vida melhor”, constatou-se que ainda tem-se muito arraigado o ensino da língua portuguesa tradicional, que considera a gramática normativa como única forma de se ensinar. Os profissionais que seguem essa visão, que predominam, entendem que o aprendiz só conseguirá transferir para a oralidade a norma-padrão da língua se conhecer a estrutura da língua escrita. Isso foi ratificado por meio de muitos comentários, em especial de pessoas que não têm ligação direta com o ensino da língua materna, que manifestaram considerar impossível o ensino da língua através das vivências e conhecimentos que o aluno já possui. Por outro lado, há os defensores do ensino por meio da aplicação da língua, esses justificam que o aluno só aprenderá o conteúdo quando praticar o que foi lhe mostrado caso contrário serão conhecimentos acumulados sem funcionalidade real.

Após a verificação das manifestações, fez-se uma análise geral do livro “Por uma vida melhor” destinado ao aluno, bem como do manual do professor, e uma análise

meticulosa da parte destinada à língua portuguesa, em especial ao primeiro capítulo, causador dos mal entendidos. Percebeu-se que os autores do livro propuseram uma metodologia para o ensino da língua, voltada à valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e apresentam a norma culta partindo de reflexões que se iniciam com o uso que os alunos já fazem da língua. Isso se comprova na análise do primeiro capítulo do livro intitulado “Escrever é diferente de falar”, em que há bastante contextualização entre os textos e conteúdos apresentados. As frases tomadas como exemplos, que foram recriminadas por muitos, estão totalmente articuladas com o texto-base do capítulo e com as explicações referentes à norma culta da língua. Por outro lado, nos demais capítulos foram observados que em algumas partes são citados textos que não trazem nenhuma relação com o universo dos alunos brasileiros que cursam essa modalidade de ensino, o que levou a pensar se não seria melhor se tivessem sido colocados textos que abrangessem fatos da cultura brasileira, dando mais coerência à coleção. Também se percebeu que alguns conteúdos são apresentados brevemente sem haver aprofundamento, o que pode prejudicar o entendimento do conteúdo aplicado, caso seja empregado por professores que só sigam o livro didático, sem a realização de atividades que complementem os conteúdos apresentados.

No segundo capítulo deste trabalho de pesquisa, foi esmiuçado o referencial bibliográfico acerca de assuntos que embasaram o restante desta dissertação, para tal se contou com autores essenciais referentes à variação linguística, à norma e norma culta da língua e ao ensino da língua portuguesa. A norma culta da língua, ao ser considerada como a única forma correta de ser empregada, agrega dispositivos de poder e de dominação social, tornando a língua instrumento de discriminação e de exclusão social. Nas sociedades contemporâneas ainda se tem muito forte a ideia de uma língua homogênea, fazendo com que as demais formas de aplicá-la sejam vistas como menos prestigiadas, o que ocasiona preconceitos estabelecidos à maneira que se fala. Porém, o que por vezes não se percebe é o fato de que todas as pessoas, independente de sua posição social, expressam-se oralmente de várias formas e que a esse fato também se dá nome de variação linguística.

Ao se considerar que as leis são importantes mecanismos reguladores da função social para a coletividade, em especial, as que regem a educação nacional, e que

refletem no processo de ensino e aprendizagem, no terceiro capítulo foi feito um levantamento das políticas públicas nacionais que legitimam a educação de jovens e adultos. A intenção foi a de dialogar, de modo interdisciplinar, e analisar em que medida as políticas públicas se aproximam das ideias defendidas pela Sociolinguística (linguagem, cultura e sociedade), a fim de detectar se o livro didático, que deu origem à discussão sobre variação linguística, está ou não de acordo com o que é proposto pelos veículos nacionais que direcionam a EJA. Constatou-se, então, que o livro contempla o que vem sendo apresentado desde 1988 com a Constituição da República Federativa do Brasil, que, pelo Artigo 206, garante "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber".

Em todos os documentos das políticas públicas nacionais da EJA analisados, foram constatados elementos da Sociolinguística que, por vezes, aparecem presentes nos direcionamentos ao ensino de língua portuguesa. Sendo assim, conclui-se que o livro "Por uma vida melhor" nada tem de inadequado, e sim, contempla um detalhe salientado em muitas das diretrizes da EJA, que é a valorização dos conhecimentos dos alunos, entendido como valor cultural e social. Outra conclusão é a de que todo o rumor causado pela divulgação do livro didático foi ocasionado pelo fato de ele ter sido analisado por pessoas não conhecedoras do que a Sociolinguística defende, ou seja, os acontecimentos que são exteriores à língua, mas que a influenciam. Embora seja incontestável o dever que a escola tem em ensinar a norma culta ou padrão da língua, o professor deve ter cuidado e sensibilidade para admitir as variedades linguísticas dos alunos como fato real e efetivo da língua, dessa forma, estará evidenciando que toda língua é heterogênea.

A metodologia de ensino de língua portuguesa para a EJA não deve ser pautada na concepção normativista de língua, pois não aceita as demais expressões populares presentes na cultura brasileira, ou seja, ignora o fenômeno da variação linguística. Também não se pauta na concepção estruturalista que ensina através de estratégias mecânicas, não levando o aluno a refletir sobre seu aprendizado, além disso, é aplicada de modo totalmente descontextualizado. O que se propõe para o ensino atual é o

sociointeracionismo[37], que parte da dialogia existente entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Muitas leis que oficializam o ensino mencionam a importância de dois fatores fundamentais para que se efetive esse novo olhar à metodologia de ensino da língua portuguesa: a formação continuada dos profissionais envolvidos com a modalidade de ensino da EJA e a elaboração de materiais didáticos específicos para tal.

Após verificar que o ensino de língua na EJA, a partir do livro aqui analisado, está de acordo com o que é proposto pelas políticas nacionais de educação, viu-se a necessidade de saber como o indivíduo, que participou dessa modalidade de ensino e emprega na língua oral a norma não padrão, é visto pela sociedade, em especial pelo mercado de trabalho. Para ser possível essa observação, foram feitas pesquisas de campo através de aplicação de questionários a alguns empreendimentos comerciais do Park Shopping Barigui. Depois de respondidos, fez-se a análise para obter o levantamento dos dados a cada uma das questões respondidas. Com os dados coletados, foram feitos gráficos que representassem da melhor forma as análises feitas aos questionários, possibilitando assim, uma melhor visualização das respostas obtidas. Com os resultados, percebeu-se que o indivíduo que se apropria do uso de uma língua fora da língua-padrão, não consegue ter as mesmas oportunidades de emprego que aqueles que adotam a língua padrão para se comunicarem. Também ficou claro, a partir das análises feitas dos dados coletados pelos questionários, que o indivíduo que participou da EJA não será discriminado por esse fato, a formação por essa modalidade de ensino não causa nenhuma marca negativa a quem a cursou.

Com base nos dados coletados nos questionários aplicados no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, percebeu-se que, embora todas as políticas públicas nacionais investigadas mencionem sobre a importância de se trabalhar com a variação linguística, a escola tem aplicado poucas atividades que

[37] É uma teoria de aprendizagem cujo foco está na interação. Segundo essa teoria, a aprendizagem dá-se em contextos históricos, sociais e culturais e a formação de conceitos científicos dá-se a partir de conceitos quotidianos. Dessa forma, o conhecimento real da pessoa é ponto de partida para o conhecimento potencial, considerando-se o contexto sócio-cultural. Essa teoria tem início no século XX com os estudos de Lev Vygotsky, que propõe uma situação de ensino/aprendizagem em que o indivíduo aprende por meio de sua inserção na sociedade, da sua interação com outros indivíduos; o contexto social é o lugar onde se dá a construção do conhecimento mediado. Disponível em: <http://www.knoow.net/ciencsociaishuman/sociologia/socio_interacionismo.htm>. Acesso em 26/02/2014.

objetivam fazer o aluno perceber a importância da adaptação da oralidade em diversos contextos sociais. O fato de lhe faltarem atividades que possibilitem uma concretização do aprendizado, passando a adotá-lo no seu dia a dia, faz com que o aluno não consiga entender o porquê da necessidade de adaptar a língua oral. Nesse sentido, pode não ser um aprendizado eficaz, pois todo aprendizado só pode ser assim considerado a partir do momento que ultrapassa os muros da escola e passa a fazer parte das atividades rotineiras de cada pessoa envolvida nele. Quando a escola falha nesse aspecto, o aluno (por ter forte tendência a repetir a maneira de falar de quem está mais próximo a ele) não consegue perceber sozinho que a língua é um sistema heterogêneo, e por isso totalmente adaptável. Com isso, também não percebe que para se conquistar espaços em uma sociedade socioeconomicamente dominada pelas classes elitizadas, faz-se necessário aproximar a sua oralidade à forma utilizada por essas classes de poder.

Traçando um paralelo comparativo e interdisciplinar entre o que foi apontado no capítulo dois, a análise feita ao livro didático, e os dados coletados com a aplicação dos questionários, percebe-se que por mais criticado que o livro tenha sido, os autores têm intensa preocupação com a variação linguística. Essa preocupação fica evidente quando afirmam: “Mas eu posso falar ‘os livro’?”. “Claro que pode. Mas fique atento porque dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico” (BAZZONI *et al*. 2009, p.15), embora um exemplo seja pouco para se trabalhar com conceito fortemente arraigado, já se tem um olhar à adaptação da língua.

Com esta pesquisa, também foi possível observar que o conceito de variação linguística, tão claro para os profissionais da língua e defendido como “adequado” e “não adequado” por eles, para a sociedade, aqui representada pelas pessoas que responderam ao questionário no shopping center, ainda é visto como “certo” ou “errado”. Ou seja, a pessoa “fala certo” ou “fala errado”, e quem fala errado não pode ter contato com os consumidores desse ramo de comércio. Dessa forma, encontra-se outra lacuna na educação básica, em especial no ensino de língua portuguesa: o conhecimento da variação linguística e um olhar contra o preconceito linguístico. Na formação básica, todo indivíduo estuda português por vários anos, mas sai dela agindo com preconceito, sendo assim, pode-se pensar em duas hipóteses: a primeira que as

marcas da língua impostas pela sociedade dominante são mais fortes que os ensinos transmitidos pela escola; a segunda que a escola não tem trabalhado suficientemente esses conceitos com os alunos.

Concluindo, deve-se acrescentar que este tema não se esgota na pesquisa elaborada para esta dissertação de Mestrado. Alguns dos pontos abordados aqui já vêm sendo trabalhados no âmbito acadêmico, a exemplo do preconceito linguístico. Outras questões que a pesquisa apontou ainda requerem estudos mais aprofundados, dentre eles a questão da importância da oralidade no processo de aprendizado, que a pesquisa suscita e que abre caminhos para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

AÇÃO Educativa. **Quem somos.** Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/quem-somos. Acesso em 25/03/2013.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

AZEVEDO, Reinaldo. **Livro didático faz a apologia do erro**. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente. Acesso em 26/03/2013.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Norma linguística.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BAZZONI**,** Claudio. et. al. **Por uma vida melhor: Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental, volume 2**. – 1. Ed. – São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009. – (Coleção Viver, Aprender).

BAZZONI**,** Claudio. et. al. **Por uma vida melhor: Educação de Jovens e Adultos: manual do educador: segundo segmento do ensino fundamental, volume 2.** – 1. Ed. – São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009. – (Coleção Viver, aprender).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Parecer CEB nº: 11/2000. Aprovado em: 10/05/2000.

_____ Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providencias. Diário Oficial da União. Brasília, 10 jan. 2001.

_____ Projeto de Lei Nº 8.035 de dezembro de 2010, aprova o **Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020** e dá outras providências.

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada em 25/10/2011. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília, 2011.

_____ **Lei Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Câmara dos Deputados. 1967.

_____ **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____ **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____ **Lei Nº 5379/67**. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../lei-5379-15-dezembro-1967-359071. Acessado em 06/04/2013.

_____ **Plano Nacional da Educação.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acessado em 30/03/2013.

_____ **Confitea**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf. Acessado em 04/04/2013.

_____ **Educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562. Acessado em 16/05/2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística.** São Paulo: Editora Scipione, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português.** São Paulo: Contexto, 2009.

COSERIU, Eugenio. **Teoría del lenguaje y lingüística general.** Madrid, Cóndor, 1967.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa.** Curitiba: Ibpex, 2007.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Schere, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da linguística moderna.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Estudo da língua falada e aula de língua materna: uma abordagem processual de interação professor/alunos.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Lakatos. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1985.

MUSSALIM, Fernanda, Anna Christina Bentes. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 1996.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: Os Níveis da Fala: Um estudo sociolinguístico do diálogo na Literatura Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Estudos de língua oral e escrita.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos.** Campinas, SP: Papirus, 1999.

SAUSSURE, Ferninand de. **Curso de Línguística Geral.** 30ª ed., São Paulo, Cultrix, 2008.

SEGALLA, Amauri , Bruna Cavalcanti. **O assassinato da língua portuguesa.** Disponível em: HTTP://www.istoe.com.br/reportagens/138200 O ASSASSINATO DA LINGUA PORTUGUESA. Acesso em 28/03/2013.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala.** São Paulo: Scipione, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** São Paulo: Cortez, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS DA EJA

Questionário destinado aos alunos da EJA.

Essa pesquisa auxiliará no levantamento de dados para conclusão de dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Tuiuti do Paraná.

Dados do entrevistado

Idade: _____

1- Atualmente você frequenta a EJA para concluir:

( ) o Ensino Fundamental

( ) o Ensino Médio

( ) o Curso Profissionalizante

2- Por quanto tempo você já participa da EJA? _____ anos.

3- Assinale quantas alternativas forem necessárias para responder a seguinte questão:

- Durante todo o tempo que participou da EJA você:

( ) participou de debates sobre assuntos propostos pelos professores;

( ) entrevistou pessoas;

( ) participou de reuniões para discutir algum assunto importante à escola;

( ) fez exposição oral de pesquisas realizadas individualmente ou em grupo;

( ) fez comentários nas aulas sobre diversos assuntos.

- Das alternativas assinaladas acima você participou:

( ) menos de 10 vezes

( ) mais de 10 vezes

4- Como você considera a sua comunicação oral (fala)?

( ) Boa ( ) Ruim ( ) Ótima

Por quê?

_____

_____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS FUNCIONÁRIOS OU PROPRIETÁRIOS RESPONSÁVEIS POR CONTRATAÇÕES DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS DE UM SHOPPING CENTER

Essa pesquisa auxiliará no levantamento de dados para conclusão de dissertação de Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Tuiuti do Paraná.

Dados do entrevistado:

Idade: _____

Formação: _____

Função exercida na empresa: _____

Ramo de atuação da empresa: _____

1- Avalie de 1 a 6, de acordo com a relevância dos critérios abaixo, os que utiliza para selecionar um candidato a vaga ofertada para **área comercial** (vendedor ou gerente):

( ) Aparência

( ) Idade

( ) Escolaridade e Cursos de aperfeiçoamento

( ) Comunicação oral (boa pronúncia das palavras)

( ) Experiência

( ) Formação através da educação de jovens e adultos – EJA (antigo Supletivo)

2- Avalie de 1 a 6, de acordo com a relevância dos critérios abaixo, os que utiliza para selecionar um candidato a vaga ofertada para **serviços gerais**:

( ) Aparência

( ) Idade

( ) Escolaridade e Cursos de aperfeiçoamento

( ) Comunicação oral (boa pronúncia das palavras)

( ) Experiência

( ) Formação através da educação de jovens e adultos – EJA (antigo Supletivo)

3- Avalie de 1 a 6, de acordo com a relevância dos critérios abaixo, os que utiliza para selecionar um candidato a vaga ofertada para **atendimento ao público em geral** (recepcionista, secretária, caixa, etc):

( ) Aparência
( ) Idade
( ) Escolaridade e Cursos de aperfeiçoamento
( ) Comunicação oral (boa pronúncia das palavras)
( ) Experiência
( ) Formação através da educação de jovens e adultos – EJA (antigo Supletivo)

4- Se em uma entrevista com um(a) candidato(a), para uma vaga ofertada, você observasse que ele(a) fala, por exemplo: *"nóis pega a malmita"*, "*brusa", "bassora", "nóis fumo", "menas pessoa", "to cum pobrema"*, *"pópria".* Quais das profissões e/ou cargos abaixo você imediatamente **descartaria** para esse candidato? Assinale com X quantas quiser.

( ) Pedreiro, encanador, pintor
( ) Secretária, recepcionista
( ) Gerente
( ) Copeira
( ) Vendedor
( ) Administrador
( ) Faxineira
( ) Caixa de loja
( ) Estoquista
( ) Segurança, vigia
( ) Auxiliar de cozinha
( ) Chapeiro

- Que critérios você utilizou para assinalar as funções acima?